

ADRIANO LARENTES DA SILVA

**Fazendo Cidade:**  
**A construção do urbano e da memória**  
**em São Miguel do Oeste-SC**

FLORIANÓPOLIS, FEVEREIRO DE 2004.

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

**Fazendo Cidade:**  
**A construção do urbano e da memória**  
**em São Miguel do Oeste-SC**

Adriano Larentes da Silva

Dissertação orientada pela Profa. Dra.  
Cristina Scheibe Wolff e submetida à banca  
examinadora para obtenção do título de  
Mestre em História Cultural.

Florianópolis, fevereiro de 2004.

## AGRADECIMENTOS

À minha esposa Saionara, pelo amor e companheirismo;

À minha filha Luísa, que, com seus sorrisos e gestos afetuosos, foi em vários momentos fonte de inspiração e incentivo para seguir em frente;

A meus pais, Almidório e Catharina, que, mesmo sem entender completamente os objetivos dessa pesquisa, me apoiaram e incentivaram.

Aos demais familiares, pelo carinho, acolhida e “hospedagem” durante as pesquisas de campo.

A Atilio e Ana e toda a família Greggio, pelo apoio e compreensão.

A Adilson Baldissera e equipe da Rede Peperi de Comunicações, Alexandra Sguário, Alfredo e Selma Gruber, Inês Deon, Gilberto e Martin Andrin, Lucia Vaz, Nelci e Claudete Mittmann, Alfredo Spier, Márcia Daniel e equipe do jornal Folha do Oeste, Marli Zandoná, Ruy Luchesi, Paróquia São Miguel Arcanjo, Igreja Evangélica de Confissão Luterana, Biblioteca Pública José de Alencar, Museu Histórico e Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, Centro de Organização da Memória do Oeste Catarinense – CEOM, e demais pessoas e instituições que colaboraram com materiais e informações para esta dissertação.

A todos os entrevistados e entrevistadas, pelo carinho e depoimentos prestados.

À Maria Nazaré Wagner, bolsistas e professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.

Aos colegas de curso, Edna, Eli, Fernando, Glória Alejandra, Jó, Maurício, Manoel, Marcos, Marilange, Patrícia e Sandro, pela amizade e troca de idéias.

À professora Cristina, pelo incentivo, aprendizagem, amizade e orientação.

Às professoras Bernardete, Eunice e Margarida, pela leitura e arguição da dissertação.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro durante os dois anos deste estudo.

Enfim, a todos que, de uma forma ou outra, contribuíram para a realização do presente trabalho.

## RESUMO

Esta dissertação trata do processo de construção do urbano e da memória em São Miguel do Oeste, Santa Catarina. Através dela, procuro mostrar uma cidade que começou a ser *feita* antes dos anos 40 e que cresceu influenciada pelos discursos de progresso e de prosperidade. Nesta cidade, as fronteiras entre urbano e rural, passado, presente e futuro, real e ideal, foram sempre muito tênues ou inexistentes, sendo deslocadas constantemente pelos inúmeros sujeitos que por ela passaram. Foram estes sujeitos que *fizeram* São Miguel do Oeste em diferentes momentos, deixando suas marcas nesta cidade e a ela atribuindo significados diversos, conforme suas experiências e seu poder de interferência e transformação da realidade vivida. Assim, enquanto para alguns São Miguel se fez através da proximidade com os espaços oficiais de poder, da busca por grandes obras e projetos e, mais tarde, também da reconstrução do passado local, o que deu visibilidade aos chamados *pioneiros e desbravadores* do município, para outros a cidade se fez em momentos de conflito, de miséria, de exclusão social e de luta. Foi dessa forma que uma “rede de famílias antigas” pôde manter-se visível e influente até hoje no cotidiano local, com seus membros sendo lembrados anualmente durante a comemoração do aniversário municipal, enquanto um grande número de moradores de São Miguel do Oeste e do Extremo Oeste Catarinense permaneceu segregado, boa parte nas “favelas” da (s) cidade (s), distante dos espaços públicos de poder e da memória oficial.

**Palavras-Chave:** Memória, Urbanização e Exclusão Social

## ABSTRACT

This study deals with the process of construction of the urban and of the memory in São Miguel do Oeste, Santa Catarina. Through it, I try to show a city which started to be *made* before the 1940's and which grew influenced by discourses of progress and prosperity. In that city, the borders between urban and rural, past, present, and future, real and ideal were always very faint or non-existent, being constantly moved by the countless subjects that passed through it. It was these subjects that *made* São Miguel do Oeste in different moments, leaving their marks in this city and attributing to it several meanings, according to their experiences and their power of interference and transformation in the reality. Thus, while for some people, São Miguel do Oeste was made through the proximity with official spaces of power, through the search for big buildings and projects, and lately, also through the construction of the local past which made visible the “pioneers and the explorers” of the city, for other people, the city was made in moments of conflicts, misery, social exclusion and fight. It was in this way that a “net of ancient families” could keep themselves visible and influent until now in the local everyday life, being annually honored during the celebration of the city anniversary, while a great number of residents of the city remained segregated, most of them in the “slums” of the city, far away from both the public spaces of power and the official memory of the city.

**Key words:** Memory, Urbanization and Social Exclusion

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	09
 <i>Capítulo 1</i>	
<b>Festa e Memória: a história de São Miguel do Oeste nas comemorações de aniversário do município</b>	25
Em tempo de festa	29
A festa dos 30 anos do município	32
Selecionando “os primeiros”	38
A Comissão Municipal de Cultura	42
A Festa da Cultura e a “Identidade Catarinense”	49
Observando o todo	57
A contemporaneidade da festa e da memória	64
 <i>Capítulo 2</i>	
<b>Colonização e Diferença: revisitando Vila Oeste</b>	70
O Extremo Oeste indígena e caboclo	75
Chegam os novos moradores	80
Turmeiros	89
 <i>Capítulo 3</i>	
<b>Progresso e exclusão: a cidade vista de baixo (1954-1984)</b>	92
A indústria madeireira e a formação da elite migueloestina	98
São Miguel: a “Princesa do Oeste”	101
A cidade da ordem e do progresso	105
Entre o rural e o urbano	110
De agricultor a operário	114

Mundo Novo, Buraco Quente e Barra do Guamerim:	
territórios de conflitos	119
Mundo Novo: uma região “manjada”	120
“Buraco Quente” não: “agora é bairro Andreatta!”	122
Comunidade X Loteamento: um conflito étnico e social na Barra do Guamerim	128
<i>Capítulo 4</i>	
<b>Favela e Conflito: refazendo o urbano e a memória municipal</b>	<b>136</b>
São Miguel: a “Capital Polivalente de Santa Catarina”	144
O “caso dos favelados” de São Miguel do Oeste	151
Favelados, Sem-Terra e Pequenos Agricultores: exclusão e resistência	157
Aprendendo a reivindicar	162
A concentração da pobreza e os novos conflitos urbanos	170
O discurso dos Excluídos: outros olhares sobre a cidade	179
<b>Considerações Finais</b>	<b>189</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>192</b>
Jornais e Revistas Impressos	202
Internet	203
Documentos Oficiais	204
Entrevistas	205
Outros documentos	209

## Introdução

Em janeiro de 2002 embarquei, em Florianópolis, para uma viagem de cerca de onze horas até a cidade de São Miguel do Oeste, no Extremo Oeste de Santa Catarina (mapa abaixo). Nesta viagem, o trajeto a ser percorrido seria bastante parecido com aquele feito em 1929 pelo então governador Adolfo Konder e sua comitiva.

No meu caso, no entanto, diferente dos excursionistas do final da década de 20, a viagem ao Extremo Oeste não era novidade, pois já a havia feito diversas vezes desde que mudei para a capital catarinense em 1996. Agora, porém, ao contrário de momentos anteriores, meu retorno a São Miguel tinha outros objetivos que não apenas visitar parentes e amigos. Ao invés disso, voltava para um reencontro com lugares e personagens de minha infância, adolescência e juventude, e também para conhecer diversos outros espaços que eu nunca havia estado antes, apesar de ter transitado por eles tantas vezes. Pela primeira vez, veria a cidade e a região com um novo olhar, de pesquisador, de historiador, e não apenas como migrante.



Localização de São Miguel do Oeste no mapa de SC e do Brasil  
Fonte: Acervo do Autor

A saída de Florianópolis ocorreu em um ônibus de “excursão” que fazia o trajeto ao Extremo Oeste semanalmente e que era fretado por ex-moradores desta região.<sup>1</sup> Dentro deste veículo boa parte dos passageiros era composta por migrantes, entre eles jovens, adultos e crianças. Para quase todos estes passageiros, o reencontro com o Extremo Oeste ocorria logo após o embarque, pois diversos elementos presentes no interior do ônibus lembravam muito sua região de origem. Era o caso do chimarrão, da fala carregada pelos “éres”, das conversas reservadas em alemão e italiano, da necessidade da identificação através do sobrenome.

Os motivos que levavam estas pessoas de volta a sua terra natal eram os mais variados. Alguns iam para apresentar seus filhos aos avós pela primeira vez, outros seguiam para rever amigos e matar a saudade de bailes e festas realizados na região. Havia também aqueles que viajavam em busca de documentos para a aposentadoria, enquanto outros estavam voltando para ficar, conforme constatei mais tarde em outra viagem que realizei.<sup>2</sup> Existiam ainda os que eram moradores do Extremo Oeste e estavam retornando após ter permanecido alguns dias na Grande Florianópolis para tratamento de saúde ou para visita aos filhos e parentes que para este local haviam migrado.

Enfim, os objetivos da viagem daqueles que, como eu, seguiam para o Extremo Oeste Catarinense em janeiro de 2002 eram os mais variados e diferiam-se bastante dos que haviam levado o então governador do Estado Adolfo Konder e sua comitiva pela primeira

---

<sup>1</sup> - Este tipo de transporte, se tornou bastante comum nos últimos anos, pois além de ser um negócio rentável para os organizadores das viagens, também atraiu inúmeros passageiros do sistema convencional, este último nas mãos de uma única empresa. Entre os atrativos oferecidos pelos organizadores destas “excursões” estão preços bem menores que os praticados pelo mercado. Em 2003, havia pelo menos três famílias de ex-moradores do Extremo Oeste envolvidas diretamente com o trajeto de passageiros entre Florianópolis e São Miguel do Oeste.

<sup>2</sup> - Esta viagem foi realizada em janeiro de 2003, momento em que conversei com várias pessoas que seguiam para o Oeste. Entre elas estava Elisângela, que na ocasião voltava para morar em sua região de origem depois oito anos residindo em Florianópolis.

vez a esta mesma região em 1929. Isto porque, além de tempos históricos distintos, outro fator que diferenciava estas duas viagens era as representações e significações de ambos os “excursionistas” sobre este espaço, bem como as próprias características do local para onde estes dois grupos seguiram.

Em 1929, quando o Extremo Oeste foi visitado pelas autoridades estaduais, a descrição feita por membros da comitiva governamental mostrou uma “região inculta e desconhecida”, um território de “matérias vastas e desertas”<sup>3</sup>, porém com grande potencial de futuro para aqueles que se dispusessem a enfrentar o que Othon Gama D’Eça chamou na época de “floresta bravia”<sup>4</sup>. Naquele momento, as terras desta região eram ocupadas por indígenas e principalmente por *caboclos* ou *brasileiros*<sup>5</sup> que utilizavam o espaço regional para extração de madeira e erva-mate, para fazer pequenas plantações e criações de animais. Dentre estes últimos habitantes, estavam também aqueles que trabalhavam como peões ou agregados de fazendas localizadas em áreas de campo mais ao norte, próximas à divisa com o Paraná.<sup>6</sup>

Além de indígenas e caboclos, outro grupo, ainda relativamente pequeno, que habitava o Extremo Oeste na época da visita da comitiva governamental, era formado principalmente por colonos descendentes de alemães e italianos, oriundos em sua maioria

---

<sup>3</sup> - Esta expressão, bem como a outra que a sucede, foram usadas por José Arthur Boiteux (1931), um dos integrantes da comitiva de Adolfo Konder.

<sup>4</sup> - D’EÇA, Othon G. Aos espanhóis confinantes. 2ª ed.. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992, p.69.

<sup>5</sup> - Segundo Renk (1997, p. 09), *brasileiro* é a forma como se nominam e *caboclos* é a maneira como são nominados e tratados pela literatura os luso-brasileiros presentes na região Oeste Catarinense no período anterior a entrada dos *colonos “de origem”* (alemães, italianos, etc.), estes últimos vindos em sua maioria do Rio Grande do Sul. Em minhas pesquisas, no entanto, aparecem os dois termos, *brasileiro* e *caboclo*, inclusive nos discursos de *colonos “de origem”*. Por isso, e por entender que ambas são expressões construídas historicamente a partir de relações de alteridade, farei uso destas duas terminologias ao longo da dissertação, escolhendo em cada situação aquela que melhor se adapte ao contexto abordado.

<sup>6</sup> - O Extremo Oeste apresenta uma topografia diferenciada, com áreas mais acidentadas ao Sul e regiões de campo mais ao Norte. Neste primeiro local predominaram as pequenas propriedades, enquanto que no último foram se formando a partir do século XIX grandes fazendas de criar. (Poli, 1991)

das chamadas “colônias velhas” do Estado do Rio Grande do Sul. Estes, diferentemente do que acontecia com os grupos descritos acima, eram considerados por dirigentes da época como promotores ou “obreiros da civilização”<sup>7</sup> e tornavam-se cada vez mais os principais responsáveis pela aquisição e ocupação das terras comercializadas pelas empresas colonizadoras. Assim, iam pouco a pouco formando novos núcleos coloniais no Extremo Oeste, como era o caso, por exemplo, de Mondai e Itapiranga, ambos ocupados na década de 20, e também de Vila Oeste, atual São Miguel do Oeste, colonizada a partir do início da década de 40.

Em São Miguel do Oeste, a empresa responsável inicialmente pela venda das terras foi a Colonizadora Barth, Benetti & Cia. Ltda, com sede em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. Foi esta empresa que trouxe deste estado vizinho os primeiros colonos descendentes de italianos, alemães e de outras etnias que se instalaram em Vila Oeste. A estes colonos, mais do que terras, foram vendidos sonhos, utopias, principalmente através das propagandas que mostravam o Extremo Oeste como “zona de grande futuro”<sup>8</sup>, um lugar de riqueza e de prosperidade.

Nesta época, a base da economia regional era a madeira, extraída através de serrarias instaladas inicialmente pelas próprias empresas colonizadoras e comercializadas em sua maior parte no mercado argentino. Foi esta atividade que possibilitou o crescimento e as mudanças que ocorreram em núcleos coloniais como Vila Oeste e que também

---

<sup>7</sup> - COSTA, A. Ferreira. Oeste Catarinense – Visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Vilas Boas e Cia, 1929, p.31.

<sup>8</sup> - Está expressão aparece em anúncio divulgado pelo jornal Correio Riograndense de 1946 mostrando as vantagens de se adquirir as terras vendidas pela colonizadora Barth Annoni & Cia Ltda. Jornal Correio Riograndense. 6.500 lotes coloniais à venda pela nova “colonização oeste” de propriedade da firma Barth Annoni & Cia. Ltda. Garibaldi: Correio Riograndense, 19 jun. 1946, p.04.

permitiu o fortalecimento da agricultura regional. Além disso, foi nesse ramo de atividade que atuaram muitos dos novos e antigos moradores do Extremo Oeste.

A atividade madeireira, assim como a própria agricultura, teve grande sucesso especialmente até os anos 70. A partir deste período, no entanto, ambos os setores entraram em decadência devido ao esgotamento de boa parte das florestas nativas, às mudanças na legislação ambiental, à entrada das agroindústrias e a implantação de novas tecnologias no campo, as subdivisões das pequenas propriedades, os atrativos oferecidos pelas cidades, além de inúmeros outros fatores. Assim, nos anos 70, e principalmente na década seguinte, o que antes era um local de sonhos, de utopias, passou a ser para muitos, um lugar de decadência, de novas migrações, de abandono do campo.

Segundo Arlene Renk (2000), o que ocorreu nos anos 70 e 80 em todo o Oeste Catarinense foi uma espécie de “sociodicéia às avessas”, pois os discursos de um lugar de futuro e mesmo a imagem dos colonizadores desta região como “construtores do progresso” passaram a ser questionados.<sup>9</sup> Isto ocorreu não só como consequência da crise, mas também pela atuação de inúmeros pequenos agricultores e moradores locais em diversos movimentos sociais que emergiram na região especialmente no início dos anos 80.

Foi influenciada por esta crise vivida pela indústria madeireira e pela agricultura, a qual levou à decadência inclusive as camadas urbanas com maior poder aquisitivo, e também pela presença das populações mais pobres em movimentos sociais, que não só os espaços urbanos e rurais sofreram alterações, mas a própria memória municipal foi ressignificada nos anos oitenta, passando a incluir outros sujeitos que até este período dela estavam excluídos. Foi também influenciada por esta crise e seu agravamento nos anos 90

---

<sup>9</sup> - RENK, Arlene. Sociodicéia às avessas. Chapecó: Grifos, 2000.

que São Miguel do Oeste chegou a 2002 como uma cidade dividida e cheia de contrastes. Nesta cidade, atualmente com pouco mais de 32 mil habitantes (IBGE,2000), vivem e circulam atualmente diferentes sujeitos, entre eles muitos dos que um dia partiram e que de tempos em tempos voltam à ela, como novos excursionistas, modificando sua rotina.

Portanto, é nesse espaço de tempo compreendido entre 1929 e 2002 que transita o presente trabalho. Seu objeto de análise é o atual município de São Miguel do Oeste, suas transformações e seus sujeitos. Porém, não busquei aqui tratar a história local de forma total, seqüencial e cronológica, nem tampouco dar grande destaque a acontecimentos e personagens considerados oficialmente importantes no cotidiano da cidade. Ao invés disso, o que procurei foi dar voz àqueles que foram e continuam excluídos da cidade e do campo, dos espaços institucionais de poder e da memória municipal, mostrando como esta exclusão ocorreu. Para isso, centrei minha análise nos temas Memória e Urbanização, ambos entendidos e trabalhados ao longo de toda a dissertação como construções sociais e como lugares de disputa, seleção, legitimação e exclusão. Partindo destes dois temas, de suas fronteiras e das relações existentes entre eles, trilhei em minha pesquisa diferentes tempos e caminhos, sempre procurando mostrar uma cidade que foi sendo *feita e refeita* a partir do ritmo e do trânsito irregular dos inúmeros sujeitos que por ela passaram e que nela ainda passam. Para chegar a estes sujeitos, muitos deles anônimos, e entender a forma como construíram historicamente o urbano e a memória local, foi preciso percorrer tempos e caminhos bastante diferentes daqueles percorridos pelos excursionistas que descrevi acima.

Na verdade, ao invés de 2002 ou 1929, minha “viagem” na história da cidade e da região tomou como ponto de partida 1984, pois foi esse o ano que São Miguel do Oeste completou seu trigésimo aniversário municipal e que *(re) inventou* seu passado através de uma grande festa pública. Foi também neste ano que a cidade *descobriu* a “favela” e os

seus moradores. A abordagem destes dois acontecimentos está presente no início e no fim do presente trabalho e serve como fio condutor de um amplo debate sobre a cidade e os seus fazedores. Assim, tanto a *(re) invenção* da festa quanto a *descoberta* da “favela” são os lugares de “embarque” de uma “viagem” para diversos tempos e espaços onde se encontram e desencontram os mais diversos sujeitos com suas experiências de vida e seus sonhos. A partir destes dois episódios históricos foi possível revisitar 1954, 1929, 1970, 1930, 1949, 1940, 1944, 1962, 2002, 2003, voltar a 1958, 1946, 1967, 1981... Enfim, percorrer os espaços e tempos que as fontes e documentações encontradas e selecionadas possibilitaram-me percorrer.

O encontro com estas fontes e documentações se deu a partir de 2001, momento em que escrevi meu projeto de dissertação. Com ele, procurava entender o processo de “favelização” de São Miguel do Oeste, suas motivações e conseqüências. Para isso, escolhi as comunidades Sagrada Família, Nossa Senhora das Graças e São Francisco de Assis, todas localizadas na região oeste da cidade. Destas, as duas primeiras são denominadas pejorativamente como “favelas” “Morro da Fumaça” e “Serra Pelada” e a terceira, um conjunto habitacional, é conhecido na cidade como “Vila Basso” ou “Casas Populares”. A idéia, ao escolher estas três comunidades economicamente pobres, era entender como estas se formaram, quem eram os seus moradores e por que estavam ali. Com isso, procurava respostas para o medo e hostilidade que havia na cidade em relação aos moradores desta região. Este medo e hostilidade faziam com que houvesse entre estes dois grupos, “favelados” e outros moradores, um conflito permanente, porém nem sempre explícito.

Visando atingir os objetivos acima, iniciei a coleta de dados sobre as comunidades escolhidas e sobre o processo de formação da cidade como um todo. Até este momento, entre as fontes que dispunha estava primeiramente a minha própria experiência de vida

como morador de São Miguel desde o início dos anos oitenta. A ela se somavam conversas informais com familiares e outros moradores e ex-moradores deste município, algumas notícias extraídas do jornal *Folha do Oeste* e do jornal *O Globo em Foco* da Rádio Peperi AM, além de dados dos Censos Demográficos do IBGE. Já especificamente sobre as três comunidades, a principal fonte que possuía até então era um ofício recebido da Secretaria Municipal de Ação Social datado de agosto de 2001. Foi partindo desta e outras fontes acima que cheguei à cidade em busca de novas informações em janeiro de 2002.

Nesta primeira pesquisa de campo, um dos lugares visitados foi a Biblioteca Pública Municipal, onde iniciei o trabalho de levantamento de bibliografias existentes sobre São Miguel e região. Neste local, como já era esperado, havia uma documentação muito esparsa e reduzida relativa à história do município. Tal documentação era composta basicamente por apostilas organizadas pela Secretaria de Educação do Município, recortes de jornais e alguns outros documentos, todos “salvos” muito mais pela determinação e cuidado das bibliotecárias que ali trabalhavam do que por uma política de preservação da documentação municipal. Além disso, é interessante observar que foi fora da biblioteca que encontrei dois livros sobre a história da cidade que haviam sido publicados recentemente. Destes, o primeiro, lançado em 1999, fora escrito por Cleusa Fiorini, funcionária responsável pelo Museu Municipal de São Miguel do Oeste. Este livro trata da vida e da obra do padre Aurélio Canzi, um dos chamados “pioneiros” da colonização e o primeiro pároco da cidade.<sup>10</sup> Já o segundo livro, publicado em 2000, fora escrito por lideranças de 73 comunidades e por religiosos pertencentes à Paróquia São Miguel Arcanjo.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> - FIORINI, Cleusa de Fátima. A vida e a obra cultural de Aurélio Canzi. São Miguel do Oeste: GBS, 1999.

<sup>11</sup> - Paróquia São Miguel Arcanjo. 50 anos de caminhada: 1950-2000. São Miguel do Oeste, 2000.

Após este primeiro levantamento, a próxima etapa da pesquisa de campo ocorreu em maio de 2002, oportunidade em que iniciei a busca de informações junto aos jornais *Tribuna do Oeste* e *O Celeiro*, ambos dos anos 80 e também os únicos com circulação na cidade e que tinha tido acesso até aquele momento. Isto porque dos demais jornais que eram editados em São Miguel entre os anos 50 e 80 poucos foram encontrados.<sup>12</sup>

Além dos jornais, realizei pesquisas também na Igreja Matriz São Miguel Arcanjo e na Prefeitura Municipal, locais onde consultei o Livro Tombo, o Plano Diretor de 1970, o Código de Posturas de 1982 e diversas leis municipais. Nesta mesma oportunidade aproveitei ainda para gravar entrevistas com três antigos moradores locais. O primeiro foi o fotógrafo Martin José Andrin, morador da cidade desde o início dos anos 50. Através dele, além da entrevista, tive a oportunidade de entrar em contato com várias fotografias que mostravam diferentes etapas da história municipal. O segundo entrevistado foi Ruy Arcádio Luchesi, residente em São Miguel do Oeste desde 1944, ano em que chegou para administrar a Colonizadora e Madeireira Bandeirante Ltda. Com Luchesi, também consegui, além da entrevista, o acesso a um dos maiores arquivos particulares do município. Neste arquivo, organizado em uma sala da sua residência, pude visualizar mais de 200 fotografias que foram por ele tiradas e que retratavam especialmente os primeiros anos da colonização na região, além de mapas deste mesmo período, livros contábeis e registros das terras comercializadas, entre outros documentos. Terminando esta etapa da pesquisa gravei a terceira entrevista, desta vez com Olímpio Dal Magro, ex-prefeito e ex-diretor das colonizadoras Barth, Annoni & Cia Ltda e Pinho e Terras.

---

<sup>12</sup> - Deste período, os jornais que tive acesso no transcorrer da pesquisa estavam todos em mãos de particulares e restringiam-se quase sempre a poucas e esparsas edições.

Como se percebe pela trajetória descrita acima, apesar de meu tema inicial ser as “favelas” de São Miguel do Oeste e os seus moradores, os locais visitados e os sujeitos entrevistados me conduziam por diferentes caminhos e, ao mesmo tempo, acabavam me empurrando o tempo todo para o início da colonização. Isto ocorria principalmente nas conversas que tinha com moradores locais, os quais, assim que sabiam de minha pesquisa, logo indicavam alguém ligado ao que eles consideravam o “início” da história de São Miguel do Oeste. O mesmo acontecia quando ia em busca de fotos da cidade, de notícias de jornais e outras informações. A impressão que tinha era que para os moradores locais, a história da cidade se resumia ao período anterior à emancipação municipal, ou seja, de 1940 a 1953. No entanto, até este momento ainda não havia entendido os motivos pelos quais isto acontecia.

A suspeita inicial era de que as respostas que vinha obtendo se deviam principalmente a minha própria estratégia em não colocar abertamente os reais objetivos da pesquisa. Adotei esta postura porque temia que pudesse ter as portas fechadas em diversos espaços caso dissesse logo no início que meu objetivo não era estudar a colonização e sim a “favelização” de São Miguel do Oeste. Isto porque, conforme já mostrei acima, estudar a “favelização” pressupunha tratar de um conflito sobre o qual nem todos estavam dispostos a se posicionar abertamente, seja por temer represálias dos próprios “favelados”, considerados “violentos” e “vingativos” por muitos, ou por imaginar que minha pesquisa estava a serviço de determinado grupo político, o que poderia render votos ou a perda deles para este ou aquele segmento partidário da cidade. Já sobre a colonização, ao contrário, percebia que não seria difícil obter informações, podendo ser um bom pretexto para chegar até meu tema de maior interesse, pois a colonização era um assunto que muitos gostavam e se orgulhavam de falar. É claro que nem por isso deixava de ser um assunto polêmico e

também recheado de interesses políticos, já que estar entre os chamados “primeiros” moradores ou ter vínculos com o grupo de “pioneiros” não era algo que dependia apenas da escolha de cada um. Um exemplo disso foi o contato que mantive com uma moradora de São Miguel do Oeste logo no início de minha pesquisa. Ela, funcionária de um órgão público local, fez questão de deixar claro ao me atender pela primeira vez que era filha de “pioneiros”, informando, no entanto, em tom de lamento, que o nome do seu pai não constava de algumas narrativas que tratavam dos “primeiros habitantes” do município. Esta situação, assim como outras que acabaria presenciando depois, eu só iria entender de forma mais clara mais tarde, a partir de julho de 2002, quando iniciei um artigo sobre as festas de aniversário de São Miguel do Oeste e a construção da memória municipal. Foi nesse momento que retornei com um novo olhar às minhas fontes sobre a história da cidade, em especial a edição do jornal *O Ceieiro* de 15 de fevereiro de 1984 a qual tratava dos 30 anos do município, percebendo que estava ali parte da explicação para os discursos com os quais eu havia me confrontado até então.

Assim, o que era para ser apenas um artigo, acabou redirecionando a minha pesquisa e os meus objetivos, pois percebi que aquilo que vinha procurando entender inicialmente apenas a partir da lógica da urbanização tinha inúmeras outras amarrações e desdobramentos que me conduziam principalmente em direção à construção da memória municipal. Com isso, já não era mais possível fechar os olhos para uma série de discursos que mesmo não abordando diretamente temas como pobreza, favela e urbanização, contribuíam decisivamente para entender as transformações ocorridas na cidade de São Miguel do Oeste.

A partir de então, ficou cada vez mais visível que os discursos sobre a colonização e a memória dos “pioneiros” e “desbravadores”, com os quais vinha me confrontando, eram

produto de uma construção bastante recente, ocorrida especialmente em um momento de decadência econômica da cidade e de enfraquecimento político das camadas urbanas mais abastadas. Eram os descendentes destes últimos grupos que formavam nos anos oitenta o que Norbert Elias chamou de “rede de famílias antigas”<sup>13</sup>, colaborando para a construção da memória de “pioneiros” e “desbravadores” neste período e para a manutenção e recriação desta até os dias atuais, utilizando para isso, entre outros espaços, as festas de aniversário da cidade. Através destas festas e da retomada do passado, construiu-se o que Jacy Seixas (2001) chamou de “mitos identitários”, os quais, segundo ela, têm o papel de informar à contemporaneidade as ações de reconhecimento social e político. Nesta perspectiva, rememorar não é o mesmo que viver novamente o passado, mas sim uma atividade do presente com significados e implicações diretas no dia a dia de cada sociedade. A memória é “deslocável, móvel, sem lugar fixo”, afirma Michel de Certeau. Segundo ele, “longe de ser o relicário ou a lata de lixo do passado, a memória vive de crer nos possíveis, e de esperá-los vigilante, à espreita.”<sup>14</sup>

Depois de maio de 2002, as próximas pesquisas de campo em São Miguel do Oeste ocorreram em agosto do mesmo ano e em janeiro e fevereiro do ano seguinte. Nestes dois momentos, já com maior clareza da necessidade de incorporar aos meus escritos uma análise sobre as relações entre urbanização e a construção da memória municipal, continuei a busca por informações junto aos jornais, Biblioteca Pública e Museu Municipal, Rádio Peperi, Igreja Luterana e Unoesc - Universidade do Oeste de Santa Catarina. Além desses

---

<sup>13</sup> - ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

<sup>14</sup> - CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 6ªed. Petrópolis: Vozes, 2001, p.163.

espaços, também realizei no mês de janeiro de 2003 uma série de entrevistas com moradores da cidade e do interior, bem como trabalhei na aplicação de questionários, novas pesquisas em jornais em arquivos particulares e no CEOM – Centro de Organização da Memória do Oeste, em Chapecó, pesquisa com dirigentes da AMAPEC – Associação Migueloestina de Apoio as Pessoas Carentes e levantamento na Delegacia de Polícia Civil.

Ao final de todas estas etapas que descrevi acima, o resultado foi um acervo com quase 200 fotografias, as quais serviram como importante fonte de pesquisa, conforme se perceberá ao longo deste trabalho, 43 depoimentos orais gravados, 25 questionários de entrevistas aplicados, cópias, fichamentos e originais de mais de 15 jornais com circulação regional e estadual, sem falar de várias pastas com fotocópias de atas, leis, registros paroquiais, textos de escritores regionais, mapas, dados demográficos, entre outros documentos. Foi a partir deste material que foram produzidos os quatro capítulos da presente dissertação.

No primeiro capítulo, abordei as festas de aniversário de São Miguel do Oeste, mostrando que elas foram fundamentais para dar visibilidade a um pequeno grupo de moradores locais. Este grupo era formado majoritariamente por políticos, proprietários de terras, donos de madeireiras e comerciantes descendentes de italianos e alemães, pertencentes às camadas urbanas migueloestinas. Foram estes sujeitos que, apesar de estarem na cidade desde o início dos anos 40, ascenderam oficialmente ao poder municipal em novembro de 1954 e que se mantiveram influentes por vários anos em São Miguel do Oeste, política e economicamente, fazendo do próprio modelo de cidade construído, uma forma de legitimação e manutenção do seu poder e prestígio. A partir dos anos 80, no entanto, quando o município e a região entraram em decadência, esta elite local,

enfraquecida e fragmentada teve sua atuação redefinida, passando a ser destacada através da transformação de sua memória em memória oficial do município.

Isto ocorreu principalmente a partir de 1984, ano em que São Miguel do Oeste completou seu 30º aniversário de instalação municipal. Neste momento, uma grande festa foi realizada, com desfiles, exposições, bolo de aniversário e diversas outras atrações que objetivavam “resgatar” a história da cidade, valorizando aqueles considerados seus “primeiros” moradores. Identificados através de expressões como “pioneiros” e “desbravadores”, estes últimos foram transformados a partir de então em símbolos máximos da história municipal, bem como em exemplos a serem seguidos pelas novas gerações diante das dificuldades enfrentadas no tempo presente. Ser um deles a partir de então transformou-se em uma espécie de prêmio que muitos até hoje buscam conquistar.

Por outro lado, os demais grupos étnicos e econômicos que ao longo de mais de 60 anos foram gradualmente expulsos e segregados dos espaços públicos, da cidade e do campo, permaneceram excluídos também da história oficial do município. Isto, porém, não impediu que a imagem de alguns destes grupos, como a dos caboclos e indígenas, por exemplo, continuasse sendo estrategicamente utilizada, tal qual ocorreu em momentos anteriores, com a diferença de que, especialmente a partir dos anos 80, isto ocorria não mais em um contexto de afirmação da identidade nacional, mas de valorização e construção da identidade local, regional e estadual.

No segundo capítulo, procurei debater a história de São Miguel do Oeste e sua colonização a partir de um novo enfoque: o da diferença. Para isso, autores como Guido Sassi, Stuart Hall e Homi K. Bhabha foram fundamentais, pois permitiram pensar estes temas como parte de um campo muito maior, de conflito, de luta e de exclusão. Neste capítulo, dei à história municipal uma perspectiva heterogênea, o que permitiu falar do

processo de colonização e também deslocar minhas lentes de pesquisador para locais e sujeitos ausentes dos discursos e da memória construída para a cidade a partir dos anos 80. Nele, procurei fazer o contraponto aos discursos presentes nas festas de aniversário da cidade, mostrando a presença, a importância e o pioneirismo de outros sujeitos na história local.

No terceiro capítulo, meu objetivo foi repensar a trajetória do município de São Miguel do Oeste desde a sua instalação em 1954 até a comemoração dos seus 30 anos em 1984. Os pólos deste capítulo são dois desfiles. O primeiro, realizado em novembro de 1954, no momento da posse do primeiro prefeito e dos primeiros vereadores eleitos de São Miguel do Oeste, e o segundo, ocorrido durante as comemorações dos 30 anos em fevereiro de 1984. Entre estes dois extremos, aparece uma cidade dividida entre os discursos oficiais, cujo foco é o progresso e o desenvolvimento, e os seus inúmeros territórios de exclusão, como era o caso das localidades conhecidas como Mundo Novo, Buraco Quente e Barra do Guamerim.

A consequência deste modelo de cidade do qual tratei no terceiro capítulo, pôde ser sentida mais claramente a partir do início dos anos 80 quando os espaços de pobreza e os conflitos que existiam na cidade ganharam grande visibilidade através de notícias veiculadas pela imprensa local. Foi sobre isto que tratei no quarto capítulo da dissertação, mostrando que, no mesmo ano em que a cidade reinventou seu passado, também construiu novas representações em relação aos pobres e excluídos que nela viviam há muito tempo, os quais a partir deste momento passaram a ser tratados como “favelados”, “sem terra”, “marginalizados”. Assim, em 1984, estes sujeitos foram apresentados pela imprensa local, por um lado, como uma novidade e, por outro, como um grave problema social, “uma doença”, a ser enfrentada. Com a “descoberta” da “favela” nesse momento, formou-se em

São Miguel uma rede de lideranças sociais que, juntamente com o poder público, buscou soluções para o que ficou conhecido como o “caso dos favelados”. Apesar desta mobilização coletiva, os pobres e marginalizados continuaram não só excluídos da cidade, mas também sendo expulsos dos diferentes espaços que nela ocupavam. À medida que se deslocavam de um lado a outro, passaram a ser vistos como uma grande ameaça, devido às vinculações que foram estabelecidas entre eles, os movimentos sociais, como era o caso dos Sem-Terra, por exemplo, e os seus organizadores. Além disso, foram pouco a pouco se tornando uma referência negativa, pois eram a materialização de uma colonização às avessas e de um município cada vez mais decadente. Foi em meio a estas mudanças que a partir de meados dos anos oitenta se formaram na zona Oeste da cidade as atuais comunidades Nossa Senhora das Graças (Serra Pelada), Sagrada Família (Morro da Fumaça) e São Francisco de Assis (Conjunto Habitacional), comunidades estas que hoje formam um dos novos territórios de conflito e exclusão em São Miguel do Oeste.

Todo este debate acima permite refletir sobre um processo de mais de 70 anos no qual estiveram sempre em jogo territórios e memórias, concepções de cidade e de desenvolvimento. Penso que fazer esta reflexão é fundamental, principalmente nos dias atuais quando São Miguel do Oeste acaba de comemorar, com bolo, novos desfiles, discursos e personagens, os seus 50 anos de município.

## CAPÍTULO 1

### FESTA E MEMÓRIA: A história de São Miguel do Oeste nas comemorações de aniversário do município



Desfile dos 30 anos de São Miguel do Oeste – fev. 1984  
Fonte: Prefeitura Municipal de SMO

Do alto da carroça o menino observa e é observado enquanto segura uma faixa que remete a um tempo que ele não viveu.<sup>15</sup> A sua frente, uma mulher de lenço branco na cabeça e vestido de chita segue sentada protegida por um grande guarda-chuva. Pelas ruas da cidade, ambos desfilam com o olhar fixo no horizonte. Em poucos minutos, chegarão à praça central, onde populares e autoridades já estão a sua espera.

---

<sup>15</sup> - O relato a seguir foi feito com base em notícias de jornal e, principalmente a partir das duas fotos presentes na introdução deste capítulo.

Menino e mulher, no entanto, não desfilam sós. Ao seu redor outros personagens também representam passagens da história local como se estivessem em um “grande teatro público”.<sup>16</sup> Lentamente e com gestos meticulosos, todos seguem orgulhosos em seus tratores, caminhões, carroças, cavalos e a pé. Dos dois lados da rua que dá acesso ao palanque oficial, boa parte dos que lhes assistem respondem com acenos, palmas, sorrisos e olhares de contemplação e admiração.



Desfile dos 30 anos de SMO – foto 2  
Fonte: Pref. Municipal de SMO

É quarta-feira, 15 de fevereiro de 1984.

O dia é de aniversário, de festa, de praça lotada, de ruas movimentadas e de feriado em São Miguel do Oeste, no Extremo Oeste de Santa Catarina. Para muitos é também o dia de rememorar o passado da cidade e seus *primeiros* moradores. Por isso, a programação oficial visando comemorar o 30º aniversário de instalação do município iniciou na parte da manhã com um desfile que tinha como objetivo relembrar e homenagear principalmente antigos colonizadores de São Miguel. A presença destes com suas

---

<sup>16</sup> - A representação do desfile acima como “um grande teatro público”, bem como o uso dessa expressão, baseia-se no artigo “O Grande Teatro Público: Oktoberfest (a construção cultural de uma festa municipal)”, escrito pelas historiadoras Maria Bernardete Ramos, Cristina Scheibe Wolff e Lígia de Oliveira Czesnat, publicado pela Revista Catarinense de História (1995, p.15-27).

vestimentas e instrumentos de trabalho deveria reconstruir os tempos de Vila Oeste, apresentada e encenada agora como o “começo” de tudo.

Além do desfile, a programação dos 30 anos de São Miguel do Oeste contou também com um culto ecumênico, apresentações de grupos folclóricos, bandas e conjuntos musicais, almoço, gincana, prova ciclística e diversas outras atrações. No dia do aniversário houve ainda discursos de autoridades locais e estaduais enfatizando a importância dos “pioneiros e desbravadores” da cidade.

“Nossos ancestrais foram homens fortes de corpo e de espírito, onde a honra, o trabalho e a luta são condições essenciais de existir. Esta terra surgiu do amor, do respeito e de civismo, por isso o orgulho de sermos migueloestinos!”<sup>17</sup>

“A coragem e a fé foi o que trouxe os primeiros pioneiros para esta rica região. (...) Vieram as famílias. Todos pensando em dar um torrão para seus filhos. Transformaram as matas num campo de produção. A vila em cidade”.<sup>18</sup>

Os discursos oficiais foram acompanhados por inúmeras pessoas naquele dia, desde as primeiras horas da manhã até a noite, quando a programação foi encerrada com a presença de moradores das áreas urbanas e rurais do município. Estes reuniram-se na praça central da cidade, onde foi cantado o “Parabéns a Você” e cortado e distribuído o enorme bolo de aniversário preparado para a ocasião.



Bolo dos 30 anos de SMO – 15 fev. 1984  
Fonte: Secretaria Municipal de Esporte e Cultura

<sup>17</sup> - Discurso do então prefeito municipal de São Miguel do Oeste, Augusto Paulo Zorzo, reproduzido pelo jornal *O Celeiro*. *O Celeiro*. Festa dos 30 anos foi um sucesso. São Miguel do Oeste, nº 11, ano 01, 19 fev. 1984, p. 10.

“Por mais que a Comissão de Cultura tivesse previsto, não calcularia que a afluência de público fosse tão grande para os festejos dos 30 anos de São Miguel do Oeste. Mais de cinco mil pessoas prestigiaram o evento. Gente da cidade, gente do interior, todos irmanados comemoraram o aniversário de instalação do município”.<sup>19</sup>

A festa dos 30 anos marcou um momento importante, no qual boa parte dos moradores de São Miguel do Oeste pode redescobrir, reinventar e valorizar ainda mais o seu passado e a história local. A partir de então, expressões como “nosso” e “migueloestino” passaram a ser cada vez mais utilizadas durante uma festa que anualmente procurou “irmanar”, ou seja, tornar irmãos, de uma mesma família, todos os moradores locais.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que esta festa foi fundamental para unificar parte dos moradores do município e despertar os valores locais a partir da retomada do passado, ela também contribuiu para produzir uma memória selecionada e fragmentada para a cidade. Através dos seus organizadores, a memória construída privilegiou o período em que o atual município ainda era apenas uma vila, Vila Oeste, pertencente à Chapecó. Deste período, que foi de 1940 a 1954<sup>20</sup>, os que se sobressaíram foram identificados como pioneiros e desbravadores, os quais, especialmente a partir de 1984, passaram a ser oficialmente diferenciados dos demais habitantes locais. Ser um deles a partir de então tornou-se um fator de distinção social ou uma espécie de prêmio que muitos até hoje buscam conquistar.

---

<sup>18</sup> - Discurso do então deputado Neuto Fausto De Conto, reproduzido pelo jornal *O Celeiro*. Ibidem.

<sup>19</sup> - *O Celeiro*. Êxito total na festa dos 30 anos. São Miguel do Oeste, nº 11, ano 01, 19 fev. 1984, p. 01

<sup>20</sup> - A emancipação de Vila Oeste/São Miguel do Oeste ocorreu em 30 de dezembro de 1953, mas a instalação oficial do município se deu apenas em 15 de fevereiro do ano seguinte.

As comemorações dos 30 anos marcaram, portanto, a emergência dos *pioneiros* e *desbravadores* como representantes máximos da história de São Miguel do Oeste. Marcaram também a decadência e o surgimento de novas festas na cidade e a afirmação e valorização dos costumes, do cotidiano e das “raízes” locais. A ascensão de tudo isso, no entanto, ocorreu dentro de um processo que já havia sido desencadeado no final dos anos 70 e que ganhou maior visibilidade na década seguinte com a formação da Comissão Municipal de Cultura. Foi especialmente no interior desta entidade que foram feitas as escolhas para a festa dos 30 anos e onde nasceram posteriormente inúmeras outras iniciativas voltadas à afirmação das especificidades locais e regionais.

Entender esse processo de constituição de uma memória municipal e de valorização e reinvenção do local a partir da festa de 30 anos de São Miguel do Oeste é o principal objetivo deste primeiro capítulo.

### **Em tempo de festa**

No livro *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp*, Maria Bernardete Ramos mostra a transformação de Santa Catarina em um *Estado de Festa* a partir do *boom* festivo iniciado em 1984 com a Oktoberfest de Blumenau.<sup>21</sup> A partir deste momento, segundo ela, os blumenauenses puderam reinventar através da festa, certas práticas culturais dos moradores da antiga colônia e, com isto, voltar a ter orgulho de seu passado germânico.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> - FLORES, Maria Bernardete R. *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

<sup>22</sup> - Idem, p. 32-34.

Com a Oktoberfest, a cultura local ganhou um novo alento e passou a ser mostrada nas ruas, nos salões e por toda a cidade através de desfiles, pratos, bebidas e bailes *típicos*, atraindo assim milhares de turistas. Estes chegavam em número cada vez maior, em busca de lazer, diversão e prazer. Vinham de várias partes do Brasil e do mundo tentar preencher os impreenchíveis *vazios* que, segundo Lipovetsky, foram produzidos pela sociedade contemporânea.<sup>23</sup>

A partir de 1984, o exemplo bem sucedido da Oktoberfest de Blumenau se espalhou por outras cidades próximas, as quais passaram a compor a chamada *Estação do Chopp* catarinense. Com o incentivo de órgãos oficiais de turismo como a Santur (Santa Catarina Turismo) estas e outras festas menores que surgiram passaram a ser vendidas como parte do *Calendário de Eventos* do estado. Santa Catarina foi transformada assim em um *estado de festas*, as quais foram associadas às belezas naturais e ao discurso da diversidade cultural para atrair cada vez mais turistas durante todo o ano.

Nesse mesmo período, além do incentivo ao turismo, o governo do estado também patrocinou, através da Fundação Catarinense de Cultura, uma ampla política cultural que objetivava “resgatar” e valorizar as especificidades existentes nas diferentes regiões de Santa Catarina. Assim, ações voltadas à preservação e conservação do patrimônio histórico e arquitetônico de diversas cidades, bem como medidas de incentivo a criação de museus, conselhos municipais de cultura, entre outras, foram desenvolvidas de forma sistemática principalmente durante a gestão do governador Esperidião Amin, entre 1982 e 1986.<sup>24</sup> Foi nessa época, por exemplo, que surgiram os “Cadernos da Cultura Catarinense” para tratar

---

<sup>23</sup> - LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*. Lisboa: Gallimard, 1983.

<sup>24</sup> - As bases da proposta cultural do Estado para esse período estão explicitadas nos livros Carta dos Catarinense: Santa Catarina: um compromisso com o futuro (1982) e A Vez do Pequeno: uma experiência de governo (1985).

de temas ligados à história, ao folclore, à cultura e à “identidade” de Santa Catarina.<sup>25</sup> Paralelo e dando subsídios a esta política cultural que tinha como compromisso central “Preservar a Identidade catarinense” havia um grupo de intelectuais vinculados em sua maioria ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a instituições de ensino superior. Estes, segundo o historiador Élio Cantalício Serpa, ajudaram a forjar a partir dos anos 80 os discursos sobre a “identidade catarinense”, publicizando-os através da imprensa, da realização de eventos em instituições de ensino superior do Estado de Santa Catarina, da publicação de livros e elaboração de dissertações.<sup>26</sup>

O início dos anos 80 foi, portanto, um período marcado pelo surgimento de diversas festas e pela valorização de culturas locais e regionais em Santa Catarina. Isto, porém, não ocorreu apenas por aqui, mas em vários outros estados e países nos quais a busca pelas “raízes” também passou a ser uma constante. Segundo Vovelle, nessa época uma espécie de “nostalgia das raízes” tomou conta das pessoas, lhes empurrando a buscar no passado e no local aquilo que elas acreditavam que era originalmente seu.<sup>27</sup> Isto fez com que esse período se caracterizasse como um tempo de *redescoberta* e de uma *nova sensibilidade* principalmente em relação à festa.<sup>28</sup> A partir de então, as festas e comemorações passaram a ser quase que uma “obsessão”<sup>29</sup> e um fator de identificação para sociedades cada vez mais fragmentadas, nostálgicas, do desejo e do consumo.

---

<sup>25</sup> - O primeiro número dos Cadernos da Cultura Catarinense é de julho a setembro de 1984 e tratou sobre “Aspectos do Contestado”. Já as duas edições seguintes, uma de outubro a dezembro de 1984 e outra de abril a junho de 1985, traziam como tema central Imigração e Colonização e Folclore de Santa Catarina.

<sup>26</sup> - SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v.14, n.20, p.72, 1996, p. 68.

<sup>27</sup> - VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 254.

<sup>28</sup> - Idem, p. 249.

<sup>29</sup> - Seixas, Jacy A. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 37.

Michel Maffesoli também tratou dessas mudanças ocorridas nas décadas finais do século 20 e as identificou como parte de um movimento de “tribalização” ou “reencantamento do mundo”.<sup>30</sup> Para ele, estava ocorrendo nesse momento um “re-nascimento” de elementos arcaicos esmagados pela racionalização do mundo, o que fazia com que ganhasse cada vez mais força uma nova “estetização da vida”. Segundo Maffesoli, os diversos fanatismos religiosos, as ressurgências étnicas, as reivindicações lingüísticas, as efervescências esportivas, musicais e festivas, o desejo de “estar-junto” e outros apeços aos territórios eram as manifestações mais evidentes do “re-nascimento” desse arcaísmo.

Foi, portanto, dentro de uma perspectiva de nostalgia, de redescoberta e de reencantamento do mundo que ocorreu todo o processo de valorização e reinvenção da festa e do local a partir dos anos 80 em Santa Catarina. Foi também dentro deste contexto que nasceu a festa dos 30 anos do município de São Miguel do Oeste, em fevereiro de 1984.

### *A Festa dos 30 anos do município*

A idéia de comemorar anualmente o aniversário de São Miguel do Oeste com uma grande programação partiu do jornal *O Celeiro*, um semanário que entrou em circulação na cidade e região em dezembro de 1983. Segundo os redatores deste jornal, em notícia publicada na edição do dia 07 de janeiro de 1984, não havia motivos para “um município tão pujante” como São Miguel do Oeste não comemorar o seu aniversário com uma grande festa.<sup>31</sup> Por outro lado, conforme a mesma notícia, a iniciativa de *O Celeiro*, cuja finalidade

---

<sup>30</sup> - MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

<sup>31</sup> - O Celeiro. *O dia do município*. São Miguel do Oeste, 07 jan. 1984. Ano 1, nº 04., p.02.

era *acordar* “os valores (migueloestinos) adormecidos ou relegados a um segundo plano”, já contava com o apoio do poder público municipal, que se comprometera com a formação de uma comissão que ficaria responsável pela organização das comemorações dos 30 anos de São Miguel do Oeste. Além disso, segundo o jornal, seus representantes haviam entrado em contato com o executivo municipal e apresentado sugestões para a programação oficial. Entre as sugestões estavam a realização de gincana, desfiles, jogos, jantares, sessão solene na Câmara de Vereadores e baile de encerramento. Conforme *O Celeiro*, a idéia estava lançada e agora seria a vez das “autoridades representativas” do comércio, da indústria, das entidades esportivas e sociais fazer sua parte.

“(…) se todos derem sua contribuição, temos absoluta certeza do sucesso que a iniciativa alcançará, como também será uma justa homenagem aqueles que com trabalho e vontade de vencer transformaram este torrão num pólo regional, na capital polivalente do extremo-oeste catarinense”. (*O Celeiro*, 07/01/1984, p.02)

É importante destacar que até o momento da divulgação da notícia acima tanto o jornal como o chefe do executivo municipal tinham dúvidas quanto a melhor época para a comemoração do aniversário da cidade. Para o prefeito era necessário aprovar uma lei estabelecendo o dia do município. Já os representantes do jornal defendiam que a referida comemoração ocorresse em 30 de dezembro, data do desmembramento em 1953, ou em 16 de fevereiro, um dia após a instalação oficial do município em 1954. Esta última data, segundo a redação de *O Celeiro*, fora “aventada” como uma alternativa ao 30 de dezembro pelo fato deste dia estar muito próximo das festas natalinas e de fim de ano. Nos dois casos, o que prevalecia era uma indefinição que já durava vários anos.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> - A escolha da data definitiva para comemoração do dia do município foi motivo de disputa e incerteza não só em São Miguel do Oeste, mas também e outros municípios brasileiros. Foi o caso, por exemplo, do município paulista de Votorantin, desmembrado oficialmente de Sorocaba em 1965. Nesta cidade, as autoridades estavam divididas. De um lado, havia aqueles que queriam comemorar o aniversário da cidade em 1º de dezembro, dia da realização do plebiscito que aprovou a elevação de Votorantin a categoria de

Oficialmente, a primeira data instituída pela prefeitura local foi o 30 de dezembro, transformado em feriado de “Criação do Município” em 1955. Quatro anos mais tarde, este feriado foi extinto, entrando em seu lugar o 15 de fevereiro. Em 1967, devido a novas mudanças na legislação federal e municipal, também o 15 de fevereiro deixou de fazer parte do quadro de feriados locais, permanecendo assim até 1981, quando então voltou a figurar entre os feriados instituídos pelo poder público municipal.<sup>33</sup> Todas estas mudanças contribuíram para que durante quase 30 anos as comemorações do dia do município, quando ocorriam, acontecessem de forma irregular, ora sendo realizadas em 30 de dezembro, ora em 15 de fevereiro. Uma rápida análise dos jornais da cidade e região disponíveis neste período mostra bem esta realidade.

No jornal *A Voz da Fronteira* de 1962, por exemplo, aparecem referências tanto ao 15 de fevereiro, considerado dia de aniversário de instalação de São Miguel<sup>34</sup>, quanto ao 30 de dezembro, destacado pelo jornal como o “Dia do Município”.

“Dia 30 de dezembro, o Dia do Município de São Miguel do Oeste, isto é o 8º aniversário da criação de nosso município. Nesta data em 1953, pela Lei Nº. 133, da Assembléia do Estado, São Miguel do Oeste, passou a fazer parte das comunas catarinenses. Desde então, florescente, seguiu em passos largos para um desenvolvimento grandioso, graças aos esforços de seus filhos e de seus dirigentes. “**A Voz da Fronteira**”, congratula-se com este povo pacato, trabalhador e laborioso de nossa terra (...)”.<sup>35</sup>

---

município e de outro os que consideravam mais sensato que a comemoração ocorresse em 27 de Março, dia em que o município fora oficialmente instalado. A decisão final sobre essa disputa coube ao primeiro prefeito eleito que optou pelo dia 1º de dezembro, conforme queria boa parte das pessoas mais influentes da cidade. No entanto, como na época o dia 8 de dezembro era feriado nacional de Nossa Senhora da Conceição, o prefeito decidiu substituir o feriado pela “Semana da Emancipação”, comemorada então, pela primeira vez, entre os dias 1º e 8 de dezembro de 1965 com desfile de rua, baile e jogo de futebol.

Votorantim On Line. [Votorantim vive a primeira semana da emancipação](http://www.theway.com.br/votorantim/historia3.asp). The Way/Cidades. Disponível em: [www.theway.com.br/votorantim/historia3.asp](http://www.theway.com.br/votorantim/historia3.asp). Consulta em 06.07.02.

<sup>33</sup> - As leis instituídas em 1955, 1959, 1967 e 1981 são as seguintes:

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. Lei nº 18 de 13/05/1955. Declara Feriados Municipais.

\_\_\_\_\_. Lei nº 30/59 de 09/11/59. Altera dispositivo de lei e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 326/67 de 18/02/1967. Altera a lei nº 18, de 13 de maio de 1955.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.346 de 20/11/1981. Altera a lei municipal nº 326/67, de 18 de fevereiro de 1967, e contém outras providências.

<sup>34</sup> - *A Voz da Fronteira*. 15 de fevereiro: 8º aniversário da instalação do município de São M. do Oeste. São Miguel do Oeste, 18 fev. 1962, nº 09.

<sup>35</sup> - *A Voz da Fronteira*. 30 de dezembro: dia do município. São Miguel do Oeste, 07 jan. 1962. Nº 04.

Como se percebe, a ênfase do jornal neste momento está nas mudanças ocorridas nos últimos oito anos e na crença de um “desenvolvimento grandioso” do município no futuro. O discurso utilizado procura mostrar uma cidade progressista que caminha a “passos largos”, graças aos esforços e a boa índole dos “laboriosos” moradores e dirigentes locais. O mesmo jornal, no entanto, não faz qualquer menção a festas ou cerimoniais comemorativos na cidade, diferente do que ocorreu sete anos mais tarde, em 1969, quando São Miguel completou seu 15º aniversário. Neste ano, a contribuição do jornal chapecoense *Folha do Oeste*, através de notícias divulgadas e também do envolvimento dos seus representantes na preparação dos festejos de aniversário de São Miguel, foi importante inclusive para a definição da data a ser comemorada: neste caso, o 15 de fevereiro.

Em 1969, o 15º aniversário de São Miguel do Oeste foi destacado em duas edições do jornal *Folha do Oeste*. Na primeira, do dia 08 de fevereiro, uma pequena notícia publicada na coluna “Filiberto Miguel Informa” tratava dos organizadores e das proposições feitas para a festa. Segundo o jornal “o programa” seria iniciado com uma missa campal e teria, posteriormente, “uma gincana automobilística, além de desfile de escolas de samba e outros programas”.<sup>36</sup> A responsabilidade pela organização estava a cargo do próprio colunista Filiberto Miguel, do diretor da sucursal do jornal na cidade, de um membro da prefeitura local e também de representantes da “turma da Rádio Colméia”. Já na segunda edição, publicada no dia do aniversário de São Miguel, as notícias sobre a festa e a cidade renderam três páginas. Nelas, o jornal lembrou a chegada do colonizador Alberto Dalcanalle e do padre Aurélio Canzi, tratou da vinda dos primeiros colonos, da

---

<sup>36</sup> - *Folha do Oeste*. Filiberto Miguel informa: de São Miguel do Oeste. Chapecó, 08 fev. 1969. Ano 5, nº 184, p.06.

construção da capela católica, do processo de emancipação do antigo distrito, dos prefeitos e outras autoridades que governaram a cidade nos seus 15 anos de existência e destacou o prêmio de *Município Modelo*, conquistado em 1966.<sup>37</sup> Além disso, publicou mensagens de empresas e autoridades locais. Nelas, a exemplo do que ocorreu em 1962, o foco principal continuou sendo o progresso e o crescimento da cidade que, segundo o jornal *Folha do Oeste*, estavam estampados no perímetro urbano através de novas e inúmeras obras, entre elas a monumental Igreja Matriz.

“No setor comunitário, o próspero município de São Miguel do Oeste, que hoje completa seus 15 anos de vida emancipada, conta no setor religioso com a construção de uma bela obra arquitetônica, sua Igreja Matriz, que tem à testa da mesma o Pe. Aurélio Canzi. Pelo que a reportagem pôde ter notado, a obra está sendo considerada das mais arrojadas na Engenharia Civil”.<sup>38</sup>

Quase doze anos depois da notícia acima, a indefinição quanto à data para comemorar o dia do município continuava. Desta vez, o dia escolhido voltou a ser o 30 de dezembro. E o destaque em relação à festa dos 27 anos de São Miguel foi dado pelo jornal *Tribuna do Oeste* que, em sua primeira edição, publicou:

“O município de São Miguel do Oeste completou 27 anos de emancipação político-administrativa no último dia 30 de dezembro. As festividades, porém, ocorreram nos dias 17 e 18 últimos. Destacaram-se entre outros fatos, a sessão solene com a entrega de doze obras pelo Prefeito Jarcy Antonio de Martini e a inauguração de um busto ao ex-prefeito Walnir Bottaro Daniel”.<sup>39</sup>

Em novembro de 1981 entrou em vigor a lei municipal 1346, definindo o 15 de fevereiro como data oficial para comemoração da emancipação municipal em São Miguel

---

<sup>37</sup> - No final de março de 1966 uma comissão de autoridades públicas e civis, designada pelo então governador Celso Ramos, indicou São Miguel do Oeste para fazer parte, como Município Modelo, do plano de desenvolvimento agrário do Estado. *Folha do Oeste*. Município Modelo é São Miguel do Oeste. Chapecó, 23 abr. 1966. Ano 2, nº 66, p. 02.

<sup>38</sup> - *Folha do Oeste*. São Miguel do Oeste comemora com festividades seu 15º aniversário de emancipação política. Chapecó, 15 fev. 1969. Ano 5, nº 185, p. 03 a 05.

<sup>39</sup> - *Tribuna do Oeste*. No aniversário, entrega de doze obras. São Miguel do Oeste, 03 jan. 1981. Ano 1, nº 01, p.01

do Oeste. Mesmo assim, as incertezas quanto à data exata para a comemoração continuaram por pelo menos mais três anos, ou seja, até 1984, quando finalmente o dia e a maneira de comemorar o aniversário do município foram fixados, agora com a ajuda do jornal *O Celeiro*. Foi a partir dele e da Comissão Municipal de Cultura, criada pela prefeitura municipal especialmente para a festa dos 30 anos, que se organizou uma nova programação comemorativa, envolvendo diversas lideranças e a população de modo geral, conforme mostra a notícia de 15 de fevereiro de 1984.

“A iniciativa de “O Celeiro” no sentido de que precisávamos fixar de forma eloqüente e festiva, a data magna do município, encontrou a mais ampla receptividade junto ao poder público municipal, não tardando em atribuir à Comissão de Cultura, a organização e coordenação das festividades programadas. Em razão disso, este jornal sente-se duplamente gratificado e feliz. De um lado porque viu aceita a idéia e por outro lado em oferecer a presente edição que é uma homenagem e uma contribuição à própria história de São Miguel do Oeste.”<sup>40</sup>

Com a nova festa de aniversário da cidade, os sujeitos principais das comemorações municipais passaram a ser não mais os dirigentes ligados ao poder público, como ocorria nos momentos anteriores, e sim aqueles definidos como os antigos “pioneiros e desbravadores” do município. Assim, a partir da nova festa, “inventada” em 84, ser pioneiro e desbravador tornou-se oficialmente um fator de distinção social e uma espécie de prêmio desejado por muitas pessoas da cidade e do interior. Neste primeiro momento, no entanto, este prêmio era privilégio de poucos.

---

<sup>40</sup> - *O Celeiro*. Capital Polivalente de Santa Catarina. São Miguel do Oeste, 15 fev. 1984. Ano 1, nº10, Edição Especial, p.02.

### Selecionando “os primeiros”

Segundo o editorial do jornal *O Celeiro* de 15 de fevereiro de 1984, para que o dia do município pudesse ser fixado como uma das comemorações mais importantes de São Miguel do Oeste, era preciso muito mais que a sua própria contribuição enquanto veículo de comunicação e o empenho do poder público na organização e coordenação das festividades de aniversário. Era necessária também a participação de todos os munícipes, criando-se assim um sentimento de comunidade a partir das “raízes e laços históricos” que os uniam. E estas “raízes e laços históricos”, conforme o jornal, seriam encontrados no “vizinho estado gaúcho”, local de onde migraram os chamados “primeiros povoadores” do município.

“A gente migueloestina está de parabéns, pois a partir de agora, seguramente, irá consagrar este dia 15 de fevereiro para comungar em sentimentos comuns, a rememoração desta data que há 30 anos passados marcou o surgimento de São Miguel do Oeste como município autônomo e independente, a figurar em lugar de destaque na moldura do municipalismo catarinense. Ligada por raízes e laços históricos ao vizinho estado gaúcho, os seus povoadores só poderiam ser oriundos daquela unidade da federação”.<sup>41</sup>

Ao valorizar as “raízes gaúchas” da população local, *O Celeiro* procurava reafirmar o discurso de bravura, de coragem e de dedicação dos migueloestinos ao trabalho e de “vocação” da cidade para o progresso, ao mesmo tempo em que conclamava a população do município a “rememorar” o passado dos tempos da antiga Vila Oeste e de seus “primeiros” habitantes. Nas quarenta e quatro páginas da Edição Especial de *O Celeiro*, dedicada aos 30 anos do município, mensagens de autoridades municipais, de entidades e empresas locais mesclavam-se a textos, entrevistas e fotos relativas à história da cidade. Ao longo do jornal, as homenagens privilegiavam aqueles considerados os pioneiros e

desbravadores do município e repetiam incessantemente a importância dos “primeiros”: o primeiro padre, o primeiro delegado, o primeiro time de futebol, a primeira igreja, o primeiro nascimento, o primeiro jornal, o primeiro prefeito, o primeiro... A imagem dos “primeiros”, apresentada aos leitores, era predominantemente masculina, católica, branca e urbana. Etnicamente estes “primeiros” eram mostrados como sendo majoritariamente descendentes de italianos e alemães. Culturalmente eram vistos como gaúchos. Física e mentalmente eram apresentados pelo jornal e pelas lideranças locais como “homens fortes de corpo e de espírito”, verdadeiros “bandeirantes do século XX”, para os quais a honra, o trabalho e a luta eram “condições essenciais de existir”.<sup>42</sup>

Portanto, estavam excluídos desse passado rememorado, caboclos, indígenas, afrodescendentes, alemães luteranos, mulheres de diferentes grupos étnicos e classes sociais, além de colonizadores pobres, principalmente os das áreas rurais do atual município. De todos estes grupos, os três primeiros já estavam presentes na região Extremo Oeste muito antes da chegada da colonização, tendo inclusive permanecido entre os colonos “de origem” ao longo de toda a década de 40 e também nas décadas seguintes, conforme mostrarei nos próximos capítulos dessa dissertação. Na mesma situação destes últimos estavam os “novos moradores” do município, ou seja, aqueles que chegaram em São Miguel entre os anos 50 e 80 e, por isso, também ficaram em sua maioria à margem da história rememorada a partir de 1984. Nesse ano, a memória oficial construída para o município foi, portanto, uma memória fragmentada e selecionada, produto dos discursos e

---

<sup>41</sup> - *Ibidem*.

<sup>42</sup> - A primeira e última citação entre aspas são parte do discurso feito pelo prefeito municipal de São Miguel do Oeste no dia do aniversário da cidade, divulgadas pela edição nº 11 de *O Celeiro*. *O Celeiro*. Êxito total na festa dos 30 anos. São Miguel do Oeste, 19 fev. 1984. Ano 1, nº11, p. 10. Já a expressão “bandeirantes do século XX” é parte da mensagem da prefeitura municipal publicada na edição nº 10 de *O Celeiro*. *O Celeiro*. Op. Cit., p.20.

das ações instituídas por uma parcela das autoridades e lideranças locais através da imprensa, de órgãos e entidades públicas.

Segundo Norbert Elias e John L. Scotson (2000), o passado pode ser em determinados momentos um elemento essencial de distinção de determinados grupos sociais. Através dele, “redes de famílias antigas” podem reivindicar para si a maioria dos postos-chave nas entidades e organizações políticas locais, fazendo uso destas para reforçar e positivar ainda mais sua “auto-imagem” e o seu papel de “guardiões da imagem comunitária e das opiniões e atitudes aprovadas”.<sup>43</sup> Com seu poder e prestígio, estas famílias antigas também podem selecionar fragmentos do passado conforme seus interesses e fazer deles uma espécie de “memória pública”.<sup>44</sup> O pertencimento a esta “rede de famílias antigas”, no entanto, não se dá apenas pelo tempo de residência no local ou pela relação de parentesco existente entre os membros dessas famílias, mas é também uma consequência da forma como determinados indivíduos ou grupos de indivíduos se inserem ou são inseridos no contexto cultural, social, político e econômico da comunidade. Nesse caso, o passado que une os vários sujeitos a uma rede, diferente do que propuseram Elias & Scotson ao estudar Winston Parva, é muito mais do que o tempo vivido conjuntamente. Ele é uma espécie de “pólo agregador” com o qual estes se identificam circunstancial ou permanentemente sem que necessariamente dele tenham feito parte direta ou indiretamente. No entanto, é importante destacar que o passado, ao mesmo tempo em que unifica simbolicamente diferentes sujeitos e grupos de sujeitos em torno de uma memória coletiva, nesse caso uma “memória municipal”, também os separa por meio de fronteiras que são

---

<sup>43</sup> - ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. Op. cit., p.55 e 103.

<sup>44</sup> - O conceito de “memória pública” é trabalhado por NODARI, Eunice. A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954). 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, p.227

forjadas e estimuladas através da emergência e tentativa de legitimação de determinadas “identidades segmentarias”. Identidades estas que, segundo Guarinello (2001), ainda que caracterizando o grupo dos “incluídos”, não é homogênea, nem uniforme, e sim fragmentada. É uma “unidade diferenciada” que caracteriza, entre outros, também a “rede de famílias antigas” acima.<sup>45</sup>

A existência e a atuação de uma “rede de famílias antigas”, materializada através da constituição da Comissão Municipal de Cultura, ao lado dos investimentos do poder público e dos discursos utilizados pelo jornal *O Celeiro*, foram fatores decisivos para o sucesso da festa dos 30 anos de São Miguel do Oeste, fazendo com que esta “despertasse” os valores locais e se transformasse em modelo não só para as festas de emancipação posteriores como também a outros eventos municipais. Esta festa, além de ter sido uma espécie de marco inicial das grandes festas de emancipação na cidade, foi também a maior dentre todas as comemorações de emancipação já realizadas em São Miguel do Oeste nos seus quase cinqüenta anos de município, tendo somado quase vinte dias de atividades.

Da mesma forma, o destaque que esta teve no jornal local foi incomparável a qualquer outra. A explicação para isso talvez esteja relacionada por um lado à própria “invenção” da festa e ao caráter inaugural a ela atribuído pelo jornal *O Celeiro* e, por outro, aos interesses dos proprietários deste jornal que, assim como os proprietários dos jornais *A Voz da Fronteira*, *Folha do Oeste* e *Tribuna do Oeste*, citados anteriormente, vislumbraram na festa de aniversário de município uma oportunidade de vender anúncios e também consolidar, com o apoio da administração municipal da época, o próprio nome do jornal

---

<sup>45</sup> - GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Íris (orgs.). *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. Vol.2. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, 2001 (Coleção Estante USP – Brasil 500 Anos), p. 971-975.

como um produto regional. Além disso, o grande destaque da festa dado por *O Celeiro* só foi possível porque no início dos anos oitenta o comércio e a economia da cidade como um todo ainda eram bastante fortes. Sobre a situação da cidade neste período, no entanto, tratarei no quarto capítulo.

### **A Comissão Municipal de Cultura**

Constituída em janeiro de 1984, a Comissão Municipal de Cultura ganhou notoriedade depois do sucesso alcançado na organização da festa dos 30 anos de São Miguel do Oeste. Composta oficialmente por 17 pessoas, entre as quais filhos e filhas de pioneiros da cidade, a CMC tornou-se desde então um dos principais locais de debate e formulação de ações destinadas à área histórica e cultural deste município. Foi no interior desta entidade que ganharam força diversas atividades como festas, desfiles, encontros, exposições, entre outras, as quais contribuíram decisivamente para a construção e legitimação de uma memória colonizadora entre os moradores de São Miguel do Oeste.

Segundo Marli Zandoná, ex-integrante da Comissão Municipal de Cultura, esta entidade foi proposta pelo jornalista Ademar Baldissera, na época um dos que possuía o maior acervo histórico do município. O objetivo da formação da CMC, conforme Zandoná, era “comemorar os 30 anos de município e ser um instrumento de valorização dos feitos de homens e mulheres que construíram São Miguel do Oeste”.<sup>46</sup> Para isso, segundo ela,

---

<sup>46</sup> - Neste depoimento recente as mulheres aparecem como construtoras da história local. A referência, no entanto, é a um período em que elas ainda estavam de forma geral excluídas da história oficial. Esta inclusão das mulheres nos discursos atuais sobre a história da cidade é um reflexo da própria visibilidade e dos espaços por elas conquistados nas últimas duas décadas, seja através da atividade acadêmica, produzindo livros e debates sobre as questões de gênero, ou mesmo por sua atuação nos diferentes movimentos sociais existentes ao longo deste período.

“foram convidados amigos que afinavam com a idéia, que foi encaminhada ao Prefeito Augusto Paulo Zorzo e este constituiu a referida comissão”.<sup>47</sup>

Além de Marli Zandoná e Ademar Baldissera, outra militante ativa da Comissão Municipal de Cultura desde meados dos anos 80 foi Marli Ribeiro. Para ela, que hoje é uma das principais responsáveis pela organização de festas e eventos municipais em São Miguel do Oeste, o surgimento da CMC em 1984 marcou um “despertar” de muitos moradores para a importância de comemorar o aniversário da cidade e de valorizar elementos da cultura local. Estes, conforme Marli Ribeiro, iniciaram, através da Comissão Municipal de Cultura, um “movimento cultural” visando retomar as “raízes” do município e da região. “Foi um despertar. A gente acordou que tinha São Miguel, que a cidade estava crescendo, que ela estava fazendo aniversário e que tínhamos uma necessidade de comemorar essa data”. A criação desta “necessidade”, segundo ela, devia-se principalmente ao fato de São Miguel não ter naquele momento nenhuma festa que a caracterizasse. “São Miguel não tinha festa de nada. Nós não tínhamos nem pêssego demais, nem milho demais, nem maçã, nem nada que caracterizasse. A única coisa que a gente tinha era pinheiro. Mas pinheiro também não tinha mais”.<sup>48</sup>

A inexistência de uma festa que caracterizasse e projetasse São Miguel do Oeste no cenário estadual e nacional se devia em primeira instância à decadência de um dos maiores eventos oficiais que existia até então no município: a FAISMO, Feira Agropecuária e Industrial de São Miguel do Oeste. Este evento teve sua primeira edição em abril de 1974 e foi projetado para ser a vitrine do setor produtivo da região Extremo Oeste e de Santa

---

<sup>47</sup> - ZANDONÁ, Marli. Questões [entrevista concedida por e-mail]. Mensagem recebida por larentes@yahoo.com.br em 05 junho 2003.

<sup>48</sup> - RIBEIRO, Marli T. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 27 jan. 2003. Acervo do autor.

Catarina como um todo. No entanto, após a 6ª edição, em 1983, a Feira deixou de ser realizada.<sup>49</sup> Com isto, ficou em aberto um espaço que, um ano depois, começou a ser ocupado com a comemoração dos 30 anos de São Miguel do Oeste. No entanto, não foi apenas a decadência da FAISMO que possibilitou a ascensão de uma nova festa e tão pouco foi apenas este o motivador do “despertar” e da “necessidade” que se referiu acima Marli Ribeiro. Ao invés disso, as novas festas que surgiram a partir de 1984 eram parte de um processo mais amplo de valorização do passado e do local. Neste processo colaborou decisivamente um grupo de pessoas vinculadas principalmente à Câmara Júnior local (CAJUSMO).<sup>50</sup> Foi no interior desta entidade que nasceram os Festivais Artístico Culturais, realizados em 1976 e 1977, e a Semana Cultural de 1978. No caso do primeiro evento, o objetivo dos organizadores era “promover o encontro de escritores e poetas, artistas plásticos, artesãos, escultores”, o que contribuiria, segundo eles, para uma maior integração dos diferentes segmentos artísticos da região Oeste e destes com as demais regiões de Santa Catarina.<sup>51</sup> Já a Semana Cultural, realizada em outubro de 1978, além de procurar incentivar os “valores culturais e Artísticos” de São Miguel e do Extremo Oeste, era, conforme lia-se no Boletim Informativo da CAJUSMO, também um evento alusivo aos 25 anos de emancipação política de São Miguel do Oeste. Por isso, nessa ocasião textos sobre

---

<sup>49</sup> - Em 1994 a FAÍSMO foi retomada na expectativa de recuperar o dinamismo econômico que a cidade vinha perdendo.

<sup>50</sup> - As Câmaras Júnior nasceram nos Estados Unidos no início do século XX, se espalhando em seguida por todo o mundo. Nelas, reúnem-se jovens com idade entre 18 e 40 anos. Um dos principais objetivos destas entidades é a formação de lideranças e o incentivo para que estas atuem nas suas respectivas comunidades. Para mais informações sobre este assunto, consultar: <http://www.jcbrasil.org.br/>.

<sup>51</sup> - Sobre os Festivais Artístico Culturais de 1976 e 1977 foram consultados os seguintes documentos: CAJUSMO. Relatório das principais atividades CAJUSMO, dando ênfase ao primeiro Festival Artístico Cultural 1º FAC. São Miguel do Oeste: Câmara Júnior, nov. 1976.

\_\_\_\_\_. II Fac: trabalho de “abertura”. São Miguel do Oeste: Câmara Júnior, 25 jul. 1977, p.02.

\_\_\_\_\_. Relatório II Fac. São Miguel do Oeste: Câmara Júnior, 15 a 23 out. 1977.

\_\_\_\_\_. II Festival Artístico Cultural – antologia: poema e poesia. São Miguel do Oeste: Câmara Júnior, out. 1977.

cultura foram elaborados e posteriormente apresentados na rádio local por representantes da Câmara Júnior, Secretaria de Educação e Cultura Municipal e escolas da cidade. Para o encerramento, estas mesmas entidades preparam uma “Noite Cultural”, na qual foram realizadas homenagens e a entrega de “Placas de Prata”, em alusão aos 25 anos do município, a dois convidados de honra: um deles era o padre Aurélio Canzi e o outro a diretora da Rádio Colméia e ex-primeira dama do município, Idaci Wasun. Na mesma noite, houve ainda uma apresentação folclórica, um show artístico e a apresentação de uma poesia de autoria de Augusto Alberto Neto (Nelci Andrado Mittmann) intitulada “Pioneiro, Potro Chucro!”.<sup>52</sup> Esta poesia, publicada no ano seguinte no jornal *Extremo Oeste*, tinha como sujeito central o pioneiro, de quem relembra a trajetória desde a sua saída do Rio Grande do Sul até sua morte no Oeste de Santa Catarina. Entre um extremo e outro estavam as dificuldades impostas por uma terra que era apresentada como sendo ao mesmo tempo “rica” e “rude”.

“Contradizendo os ditos,  
Duvidando dos escritos  
Tomou a trilha do agreste.  
E foi a lei do mais forte  
Com tenacidade e sorte  
Enfrentou o rude OESTE!  
Varou a estância dividida.  
Talhando cipó a faconada  
Foi cavando uma picada  
Rumo à terra prometida!”<sup>53</sup>

Como se vê, a representação do pioneiro presente na poesia acima era muito parecida com aquela construída anos mais tarde pelos jornais locais. Ou seja, o pioneiro

---

<sup>52</sup> - Câmara Júnior de São Miguel do Oeste. Boletim Informativo Cajusmo. São Miguel do Oeste: Câmara Júnior, 1978.

<sup>53</sup> - NETO, Augusto Alberto [Nelci Andrado Mittmann]. Pioneiro, potro, chucro!. *Extremo Oeste*, São Miguel do Oeste, 11 mai. 1979. In: MOREIRA, Antonio C. e TRENTIN, Eneida L. Relatório final da prática de ensino supervisionada do curso de estudos sociais. Chapecó: Fundeste, 1985, p.99-102 (anexos).

aparece como um homem destemido, “chucro”, disposto a enfrentar a “lei do mais forte”, imposta pelo “sertão”, para poder chegar à “terra prometida”.

Foi baseado nesta mesma representação que, em 1979, o poder público local encomendou ao artista Paulo de Siqueira, um monumento a ser erguido na recém inaugurada praça central da cidade. Construído todo em ferro, assim como era a maioria das outras obras feitas neste mesmo período por Siqueira, o monumento ao desbravador foi inaugurado oficialmente em agosto daquele ano e se tornou a partir de então um dos símbolos da presença pioneira e colonizadora no município de São Miguel do Oeste. Aliado a isso, a prefeitura da cidade realizou no ano seguinte um concurso para escolha do hino oficial do município. Deste concurso, participaram vários autores, porém apenas dois foram classificados para a escolha final. Ambos tinham em comum em suas letras a reverência aos pioneiros e a chegada destes em Vila Oeste na década de 40. Das duas letras, uma era de autoria do professor e poeta Nelci Andrado Mittmann, o mesmo que no ano anterior havia publicado no jornal *Extremo Oeste* a poesia “Pioneiro, Potro Chucro!”, enquanto a outra, que ao final acabou sendo a escolhida, foi escrita pelo também professor e então prefeito da cidade Jarcy Antonio De Martini.

Na letra do hino escrito por De Martini a representação do pioneiro forte e destemido se manteve. É esta representação, por exemplo, que aparece na primeira e quarta estrofe do hino, nas quais o nascimento e crescimento da cidade estão associados diretamente à presença dos colonos gaúchos.

“Na floresta verdeal oestina  
Os primeiros colonos chegaram:  
Deslumbrante, mas fértil colina  
Em cidade novel transformaram.”

(...)

“Festejemos o grupo pioneiro,  
No trabalho e na luta fiel:

Desbravou um rincão brasileiro,  
Nele fez despontar São Miguel”.<sup>54</sup>

Diante dos exemplos acima é possível perceber algumas das matrizes dos discursos empreendidos a partir de 1984 pela imprensa e por representantes do poder público e da Comissão Municipal de Cultura. Com base nestes exemplos, pode-se afirmar que a festa dos 30 anos não foi um momento de ruptura ou simplesmente o início de uma prática de valorização que não existia antes. Ao invés disso, foi um tempo de redescoberta, redefinição e consolidação da festa e das representações que existiam sobre a história e a cultura local. Dessa forma, não houve uma substituição pura e simples da FAISMO por outros grandes eventos, mas a ascensão, a partir de uma lacuna existente, de um modelo de festa que já estava sendo pensado e experimentado há vários anos. Por outro lado, o fato da ascensão das novas festas ter ocorrido sem grandes rupturas não significa que não houve uma mudança importante de uma festa para a outra. Isto porque, apesar de ambos os eventos estarem dentro de uma lógica comum de identificação com o local e o regional, as suas motivações e significados não eram necessariamente os mesmos. Antes, com a FAISMO, o que se buscava era, em última análise, o progresso ou a sua materialização em um futuro próximo. Agora, com a festa de aniversário da cidade e outros eventos criados a partir dela, as atenções estavam voltadas para o passado e, principalmente, para os sujeitos que dele foram selecionados. É claro que tanto no primeiro como no segundo caso, a referência a ambos os tempos sempre existiu, porém o que ocorreu a partir dos anos 80 foi uma maior valorização do passado em detrimento do futuro.

---

<sup>54</sup> - Folha do Oeste. Hino de São Miguel do Oeste. Ano 18, nº 814, 09 fev. 2002, suplemento especial.

Com as novas festas, especialmente o passado pioneiro e colonizador do município tornou-se uma espécie de “espelho” capaz de direcionar as novas gerações no caminho do desenvolvimento. O passado ligado à época de Vila Oeste nesse caso foi transformado no que Hobsbawm (1998, p.23) chamou de “tribunal de apelação”, cuja principal função seria servir como orientador das gerações futuras face às mudanças do seu tempo.<sup>55</sup> “Em 1984, quando comemoramos 30 anos precisamos cada vez mais nos espelhar na esperança e na garra dos pioneiros, para continuarmos crescendo”, dizia o cartaz comemorativo elaborado pela Comissão Municipal de Cultura.<sup>56</sup> Através de documentos como este e das atividades que realizavam, os membros desta Comissão assumiam gradativamente para si a tarefa de “guardiões da memória municipal”, ou seja, tornavam-se os principais responsáveis pela continuidade de um passado que eles mesmos ajudaram a reinventar e valorizar. Era graças a esta Comissão, composta, segundo texto escrito no jornal *O Celeiro*, por “uma plêiade de Jovens dinâmicos” e “arrojados”, que “os grandes feitos” dos desbravadores da cidade ficariam marcados na memória municipal.

“Há que realçar na iniciativa, marcas profundas de pioneirismo, através dos atos de uma geração contemporânea, que segurou com mão firme o facho brilhante do desbravador do passado, cultuando no presente toda uma história que haverá de marcar sobejamente os passos da nova geração. A prole dos grandes homens do passado, não esconde o insopitável desejo de dar continuidade, a sublime missão de trabalhar em favor do desenvolvimento. Para isso, lançando mão de instrumentos que toquem o âmago da sensibilidade de cada cidadão, na tentativa de despertá-los na formação de uma corrente positiva com elos conscientes (...)”<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup> - Além de HOBBSAWM, outro autor que tratou desta questão foi Catroga (2001, p.59-64), o qual mostrou que a utilização do passado como um instrumento capaz de oferecer “lições” às gerações futuras tornou-se recorrente nos discursos positivistas europeus desde o século 19, tendo ganhado destaque especialmente nas comemorações cívicas nacionais a partir deste período.

<sup>56</sup> - Comissão Municipal de Cultura. Comemore São Miguel do Oeste: 30 anos de município. São Miguel do Oeste: CMC, 1984.

<sup>57</sup> - Moura, James. “Os 30 anos de SMOeste”. *O Celeiro*, São Miguel do Oeste, nº 42, ano 01, 22 set. 1984. Coluna Ponto Crítico, p. 21.

Como se percebe pela citação acima, era graças ao “pioneirismo” de uma “geração contemporânea” que o “facho brilhante do desbravador do passado” podia agora continuar aceso em novas mãos. Assim, os feitos dos “grandes homens do passado” marcariam “sobejamente” o tempo presente através dos passos das novas gerações, as quais seriam as responsáveis por dar continuidade às suas memórias e à “sublime missão” de prosseguir com o “progresso” conquistado coletivamente. Por outro lado, essa “nova geração”, “prole dos grandes homens do passado”, já não escondia mais seu “desejo” de seguir o exemplo dos feitos de seus antepassados. Por isso, reunida na Comissão Municipal de Cultura, ela vinha desenvolvendo uma série de atividades que tocassem “no âmago da sensibilidade de cada cidadão”, procurando “despertá-los” para o seu pertencimento cultural e para que valorizassem o lugar e as coisas da sua terra. Foi assim que, depois de fevereiro de 1984, surgiu uma série de eventos objetivando dar continuidade ao trabalho iniciado com a festa dos 30 anos.

### **A Festa da Cultura e a “Identidade Catarinense”**

Pouco mais de três meses depois da festa de aniversário da cidade, foi realizado em São Miguel do Oeste o II Encontro Regional de Cultura, reunindo representantes de secretarias de educação, desporto e turismo de municípios do Oeste de Santa Catarina e também técnicos da Fundação Catarinense de Cultura. Segundo o jornal *O Celeiro*, o encontro, que já havia sido realizado no ano anterior na cidade de Chapecó, era uma iniciativa da Fundação Catarinense de Cultura e tinha como objetivo “uma maior descentralização e interiorização da cultura”, além de incentivar a criação de comissões ou departamentos culturais nos municípios que ainda não possuísem um “órgão incentivador”

nesta área. A idéia da Fundação, de acordo com um dos dirigentes da Comissão Municipal de Cultura de São Miguel do Oeste, era implantar no Oeste do estado “uma cultura tradicional, inexistente até então”. A ausência dessa cultura, segundo ele, era o resultado de uma colonização recente, cuja maior preocupação até aquele momento havia sido o desenvolvimento econômico e social. “Mas agora já existe uma infraestrutura adequada para que se comece a pensar na parte cultural da população, principalmente uma cultura nossa e não apenas consumo do que vem de fora”, afirmou o representante da Comissão Municipal de Cultura, em entrevista ao jornal *O Celeiro*.<sup>58</sup> Durante o evento, segundo o mesmo jornal, também foi feita uma exposição de fotos antigas de São Miguel do Oeste e foi lançada a idéia de transformar em museu e centro de artes um antigo moinho colonial existente no centro da cidade.<sup>59</sup>

As fotos expostas no II Encontro Regional de Cultura pertenciam ao jornalista Ademar Baldissera e já vinham sendo mostradas em colégios e outros lugares de São Miguel do Oeste. Intitulada “Retratos de Vila Oeste”, a exposição de mais de 200 fotos foi visitada, entre outros, por alunos e professores da Escola Chapeuzinho Vermelho que, segundo a sua direção, demonstraram grande interesse, pois as fotos mostravam a “história de sua própria cidade” e contribuía para que todos pudessem “valorizar e exaltar São Miguel do Oeste”.<sup>60</sup>

Além do Encontro Regional de Cultura e das exposições descritas acima, outro evento que ocorreu em São Miguel do Oeste em 1984 foi a Festa da Cultura. A criação desta festa tinha o objetivo de dar continuidade as comemorações dos 30 anos de São

---

<sup>58</sup> - O Celeiro. São Miguel sedia II Encontro Regional de Cultura. São Miguel do Oeste, nº23, ano 01, 12 mai. 1984, p. 24.

<sup>59</sup> - O Celeiro. São Miguel foi destaque no II Encontro Regional de Cultura. São Miguel do Oeste, nº 26, ano 01, 02 jun. 1984, p. 15.

Miguel, contribuir para a formação de uma “cultura tradicional” no Oeste Catarinense e também suprir a “necessidade” que, conforme mostrou em entrevista Marli Ribeiro, os moradores locais tinham de festa.

Sobre este último ponto, é importante destacar que a “ausência” e a “necessidade” de festa de que falou acima Marli Ribeiro diz respeito muito mais a grandes festas e eventos oficiais do que a outras formas de comemorações locais. Portanto, a referência à “ausência” ou “necessidade” não significa a negação pura e simples de inúmeras festas religiosas, esportivas e comunitárias que há muitos anos vinham sendo realizadas em localidades da cidade e do interior de São Miguel do Oeste. Até porque se seguíssemos a lógica e a existência destas, veríamos que a cidade desde o seu nascimento nos anos 40 sempre conviveu com festas. Destas, as dedicadas a São Miguel Arcanjo, padroeiro municipal, a Festa do Colono e Motorista e a Romaria de Nossa Senhora do Caravággio foram sempre muito movimentadas, reunindo e envolvendo boa parte dos migueloestinos. No entanto, não foi em relação a este tipo de comemorações que se referiu Marli Ribeiro, mas sim a eventos como a FAISMO e, principalmente, a festas com o formato daquela que comemorou os 30 anos de município. Para Ribeiro, o que a cidade tinha necessidade naquele momento era de uma festa que pudesse sintetizar e representar os traços culturais da população local. E, nesse sentido, a Festa da Cultura, realizada pela primeira vez em outubro de 1984, foi fundamental.

“Com duração de cinco dias, está esquematizada toda a programação da Festa da Cultura, que acontece de 11 a 15 de outubro, fazendo parte ainda dos festejos alusivos aos 30 anos do município. Numa programação da Comissão Municipal de Cultura, com o apoio da Prefeitura, a Festa deverá ter a participação aproximada de 15 mil pessoas, tratando-se, portanto, do maior evento cultural já realizado no município (...)”<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> - O Celeiro. São Miguel do Oeste ontem, hoje, amanhã. São Miguel do Oeste, nº 27, ano 01, 09 jun. 1984, p. 13.

<sup>61</sup> - O Celeiro. Pronta a programação geral da Festa da Cultura. São Miguel do Oeste, nº 42, ano 01, 22 set. 1984, p.17

Entre as atividades programadas para a primeira Festa da Cultura, estavam apresentações de grupos de danças e grupos folclóricos, feiras, exposições, projeção de filmes infantis, café colonial, jantar típico italiano, shows musicais e baile público na praça central. Durante o evento, houve também uma reconstituição da Guerra do Contestado com a participação de mais mil figurantes.

“Essa Guerra do Contestado tinha pouco conhecimento na nossa região, mas ela era de grande importância para o pessoal que estava em Porto Alegre, que estudava e que gostava disso. Trouxeram pra gente a Guerra do Contestado e a gente passou a gostar da história, enfim a ver que também tinha a ver com a gente, tinha a ver com a nossa região, tinha a ver com a região do Irani pra cá. E a gente fez um grande teatro. Foi a primeira vez que se fez um grande evento, um grande teatro (...). Ali, entrou desde pessoas simples do interior...houve um envolvimento muito grande de toda a comunidade”.<sup>62</sup>

A reconstituição da Guerra do Contestado durante a Festa da Cultura dava continuidade ao trabalho de valorização deste episódio histórico, tanto em nível local como estadual. Em São Miguel do Oeste, ela ocorria cerca de dois meses após a montagem de uma exposição fotográfica, denominada OS PELADOS, na qual os sujeitos principais também eram os caboclos do Contestado. Organizada pelos membros da Comissão Municipal de Cultura, tanto esta exposição quanto a teatralização, ambas realizadas em São Miguel do Oeste, acabaram trazendo à tona a história de (ex) habitantes da região que na prática estava excluído não só da história oficial, mas também do dia a dia deste município. No entanto, para minimizar esta contradição, os caboclos do Contestado foram *estandardizados* como símbolos de um passado distante que não interferia ou colocava em xeque a primazia daqueles identificados como pioneiros e desbravadores de São Miguel do Oeste. Esta situação foi uma forma encontrada pelos membros da CMC para, por um lado,

---

<sup>62</sup> - RIBEIRO, Marli, op.cit.

fazer parte de um debate estadual sobre o Contestado e, por outro, poder valorizar os descendentes de europeus que colonizaram o município.

Ao recuperar a Guerra do Contestado, os membros da Comissão Municipal de Cultura inseriam-se entre aqueles que, como o governador do estado Esperidião Amin, desejavam forjar uma “Identidade Catarinense” naquele período. Segundo o historiador Élio Cantalício Serpa, “o discurso da identidade Catarinense foi a marca registrada, na esfera cultural, do governo Espiridião Amin – 1982/1986 – que esboçou toda uma proposta de incentivos a eventos e concessão de subsídios que visavam dar voz ao discurso da Identidade Catarinense.”<sup>63</sup> Para Amin, o “jagunço do contestado” era o símbolo máximo desta identidade. Por isso, a sua “presentificação” era incentivada através de uma política estadual desenvolvida, principalmente, pela Fundação Catarinense de Cultura.

“O Estado, de certa forma, cercava de diversas maneiras o objetivo máximo da sua proposta cultural. Patrocinou a produção de vídeo e as prefeituras que tinham afinidades com o poder estadual realizavam eventos culturais sobre o Contestado”.<sup>64</sup>

A teatralização da Guerra do Contestado durante a Festa da Cultura de 1984, assim como a exposição de fotografias sobre OS PELADOS que ocorrera em agosto do mesmo ano, evidenciava, portanto, a existência de afinidades políticas entre os membros do poder público local, da Comissão Municipal de Cultura e o governo do Estado. Além disso, representava a contribuição de São Miguel do Oeste para a criação de um “catarinenssismo” em Santa Catarina, ideal perseguido não só pelo então governador do Estado, mas também por inúmeros outros sujeitos, conforme já mostrei anteriormente.

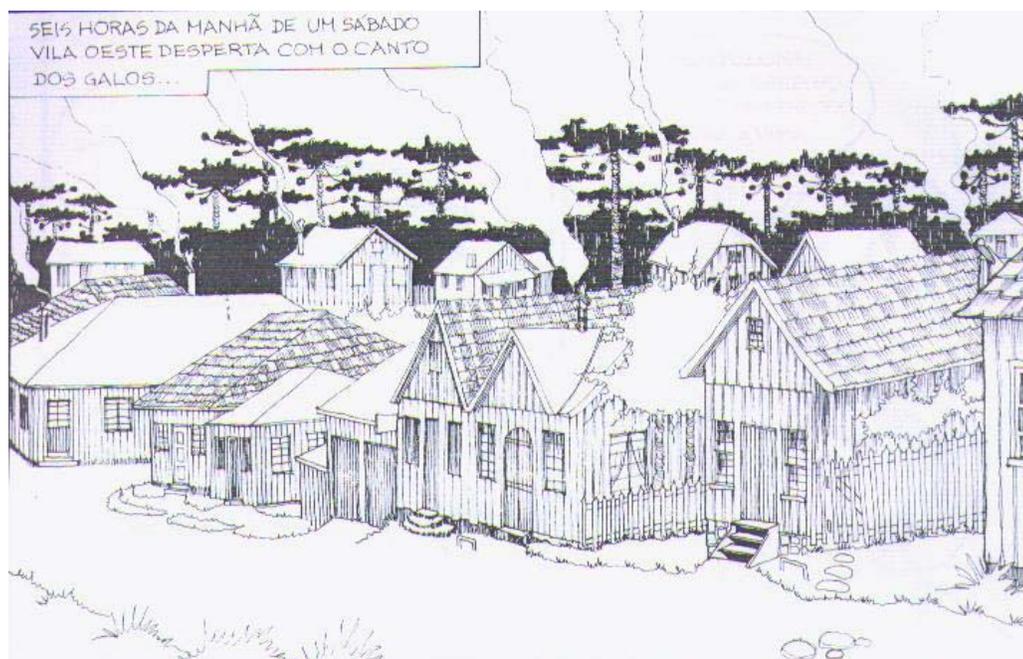
Além da teatralização da Guerra do Contestado, outro atrativo da I Festa da Cultura foi a Feira Regional do Livro. Nesta Feira, mais de 300 títulos foram colocados à

---

<sup>63</sup> - SERPA, Élio Cantalício. Op. Cit., p. 72.

<sup>64</sup> - Idem, p. 75-76

disposição do público, entre eles alguns lançados durante o próprio evento. Este foi o caso, por exemplo, de três obras, duas delas abordando assuntos ligados à história de São Miguel do Oeste. Destas, a que causou maior polêmica foi uma história em quadrinhos escrita pelo arquiteto e cartunista Marcos Telles. Intitulada “Vila Oeste, Porco Dio”, a obra de Telles virou inclusive objeto de debate na Câmara de Vereadores da cidade pelo fato de alguns vereadores considerarem ofensivos o título e algumas das caricaturas feitas. “Vila Oeste, Porco Dio”, segundo escreveu na época Marcos Telles, era uma história em quadrinhos que lembrava o passado e satirizava o presente de São Miguel do Oeste.<sup>65</sup>



Representação de Vila Oeste feita por Telles na abertura de sua obra

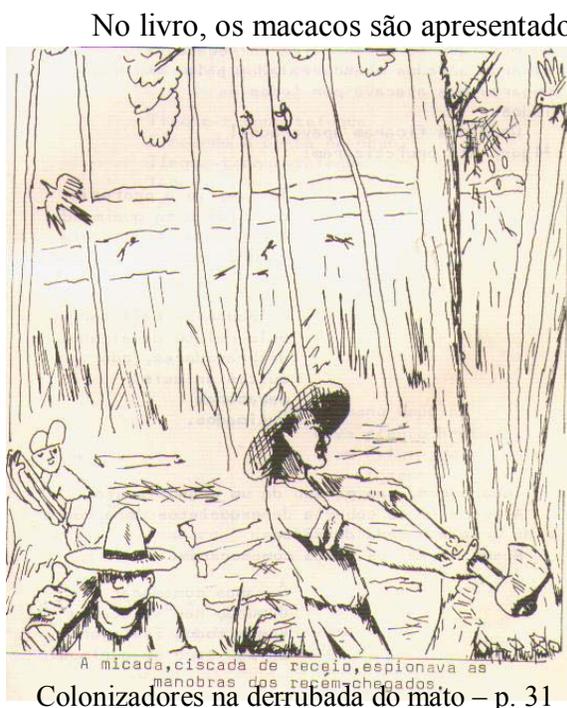
“Os pinheirais, as casas cobertas com tabuinhas, a antiga igreja matriz, os clássicos entre Guarani e Atlético, os bailes do C.T.G., fazem parte do cenário do passado onde desfilam os quarenta personagens de Vila Oeste, Porco Dio. Através de caricaturas de políticos e figuras populares, pretendemos homenagear São Miguel do Oeste em seu trigésimo ano de emancipação”.<sup>66</sup>

<sup>65</sup> - TELLES, Marcos. Convite. São Miguel do Oeste, out. 1984.

<sup>66</sup> - Ibidem.

Durante a Feira do Livro ocorreu também o lançamento de duas outras obras, ambas escritas pelo poeta Augusto Alberto Neto (Nelci Andrado Mittmann). A primeira, intitulada “Xiii! Roubaram um pedaço da lua” conta a história de uma indiazinha que um dia percebeu que estava faltando um pedaço da lua. Já a segunda obra, intitulada “Deu Mico no Milharal”, trata da chegada dos colonizadores gaúchos no Oeste catarinense e do impacto que isto causou na flora e na fauna da região. Segundo uma breve apresentação feita pelo próprio autor, o livro “Deu Mico no Milharal” foi escrito “numa tentativa de preservar e retornar às origens, valorizando todos os elementos integrantes da vida” e lembrando a chegada do Homem branco “no sertão”.

“Quando os gaúchos decidiram explorar e colonizar o Oeste Catarinense e outros Estados do Norte, foram obrigados pelas circunstâncias, a enfrentar diversas e adversas dificuldades. Além dos perigos naturais do sertão bravio, tais como os tigres, as cobras, os carrapatos e os mosquitos-borrachudos que não deixavam os homens, as mulheres e as crianças em sossego, havia chusmas de macacos que desafiavam os colonizadores com suas peraltices”.<sup>67</sup>



<sup>67</sup> - NETO, Augusto Alberto [Nelci Andrado Mittmann]. Deu mico no milharal. São Miguel do Oeste: Edição do autor, 1984, p. 11 (Série Os Desbravadores – vol. I).

fazer plantações e a cortar “com pesados machados” as árvores mais grossas.

Diante da nova situação os “micos” resolveram agir com hostilidade, atacando o milharal dos colonizadores que começava a produzir. Tudo isto, gerou conflito e morte e fez com que os animais decidissem então abandonar o seu território. Antes de partir porém, reclamam em tom de lamento:

“As matas foram ao chão  
Nada sobrou da realeza  
Onde os homens metem mão  
Destroem toda a natureza!...”<sup>68</sup>

Desmatamento, colonização e o cotidiano dos moradores de Vila Oeste entre os anos 40 e 60. Estes são os assuntos centrais do livro “Deu Mico no Milharal” e da história em quadrinhos “Vila Oeste, Porco Dio”. Nestas obras, houve a inserção de uma discussão que dava uma perspectiva um pouco diferente à história oficial que estava sendo construída naquele momento principalmente pela Comissão Municipal de Cultura. Em “Deu Mico no Milharal”, por exemplo, o pioneiro aparece não apenas como o agente do progresso, mas também como aquele que possuía uma prática cultural nociva ao meio ambiente.<sup>69</sup> Já em “Vila Oeste, Porco Dio”, a dicotomia presente/passado é quebrada com o trânsito irregular

---

<sup>68</sup> - Idem, p. 40. Longe de qualquer intenção de tratar indígenas como “selvagens” ou animais, poderíamos dizer que as relações estabelecidas entre macacos e colonizadores, no caso da história do livro “Deu mico no milharal”, são muito semelhantes àquelas existentes entre indígenas e colonizadores ao longo da história de SC. Um exemplo claro dessa situação foi a dos índios Botocudos ou Xocleng do Vale do Itajaí, os quais causaram medo e apreensão entre os imigrantes alemães que colonizaram esta região no século 19, sendo muitas vezes acusados de atacar suas lavouras de milho e outros produtos. Décadas mais tarde, no entanto, depois de perseguidos e mortos por bugreiros contratados para exterminá-los, parte dos índios Xocleng, a exemplo do que aconteceu com o grupo Kaingang e Guarani, acabou fugindo para outras regiões de Santa Catarina e de estados vizinhos ou foi aldeada, deixando a maior parte das suas terras nas mãos dos novos moradores. Para maiores informações sobre este assunto consultar: SILVA, Fábio José. Medo branco de sombras indígenas: o índio no imaginário dos moradores do Vale do Itajaí. Florianópolis: UFSC, 2003 (Trabalho de Conclusão de Curso em História); e SANTOS, Sílvio Coelho. Índios e brancos no Sul do Brasil. Florianópolis: Edeme, 1973.

<sup>69</sup> - Esta percepção sobre os impactos causados pelos pioneiros no meio ambiente não deixa de ser um reflexo de uma nova sensibilidade em relação à natureza e uma conseqüência de um amplo debate que vinha ocorrendo em todo o mundo neste período, motivando a entrada em cena de novos grupos de ambientalistas e ecologistas.

de personagens entre um tempo e outro. No entanto, mesmo tendo adotado perspectivas diferentes, ambos os autores também acabaram de certa forma contribuindo para a manutenção dos discursos que vinculavam pioneiros e desbravadores há um tempo inicial e heróico. O próprio momento do lançamento das obras e as intencionalidades dos autores descritas no início de uma e no convite para a outra são bastante significativas das vinculações existentes.

### **Observando o todo**

Pelo que vimos até aqui, o processo desencadeado pela festa dos 30 anos de São Miguel do Oeste foi extremamente importante para a consolidação de uma prática de valorização da cultura e da história local. Com ele, São Miguel passou a ter duas grandes festas oficiais a partir de 1984, ambas bastante semelhantes entre si.

A primeira era a festa de aniversário municipal que, desde então, ganhou uma periodicidade anual e transformou-se em espaço de exaltação do passado colonizador e de geração de novas perspectivas para o futuro. Entre 1984 e 2003 esta festa foi realizada sempre próxima ou no próprio feriado de 15 de fevereiro, estendendo-se algumas vezes por outras épocas do ano.<sup>70</sup> Em muitos momentos, a festa de aniversário do município foi também o espaço encontrado por autoridades e lideranças locais para a abertura de eventos ou mesmo para inauguração de obras e monumentos. Foi isto que ocorreu, por exemplo, em 1988, quando o município completou 34 anos, e em 1994 durante o 40º aniversário da cidade.

---

<sup>70</sup> - Os únicos anos em que a festa de aniversário do município não ocorreu foram 1986 e 1996.

Em 1988, o ponto alto da comemoração do aniversário municipal foi a inauguração do “Museu Histórico de São Miguel do Oeste”, um dos ideais perseguidos pelos membros da Comissão Municipal de Cultura desde 1984.

“Em solenidades que contaram com a presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas, convidados especiais e população em geral, foi inaugurado oficialmente, segunda-feira, dia 15 de fevereiro, o Museu Histórico de São Miguel do Oeste. Localizado no antigo prédio da prefeitura, o Museu praticamente reconstituiu a história do município, através de uma bem montada exposição fotográfica, de objetos e pertences doados por pioneiros que desde meados de 1940 passaram a trabalhar e residir na região do Extremo-Oeste de Santa Catarina”.<sup>71</sup>

Durante a inauguração do museu, segundo o jornal *Folha do Oeste*, as autoridades presentes lembraram nomes de desbravadores e pioneiros da cidade, salientando a importância destes para o progresso de São Miguel do Oeste. Na mesma ocasião, convocaram a população a fazer doações de documentos e outros materiais antigos que pudessem “enaltecer” cada vez mais “os feitos” das famílias pioneiras.<sup>72</sup>

Já em 1994, a exemplo do que havia ocorrido em anos anteriores, a festa dos 40 anos de São Miguel do Oeste culminou com a abertura dos JASMOS - Jogos Abertos do município. Na ocasião, todo o cerimonial festivo ocorreu no Estádio Padre Aurélio Canzi e contou com a presença de autoridades, delegações esportivas e população em geral. Para este momento também compareceram, como convidados de honra, antigos moradores do município, os quais chegaram em suas carroças e foram saudados como heróis pelas autoridades e público presente.

“Queremos Levar nosso Canto a Todo o Canto deste nosso Rincão..... cantar as figuras VIVAS, que deram a vida por este Chão..... Do Nosso Pioneiro AURÉLIO, ao Já Esquecido ELIAS, da Gruta de Santa Lurdes, Jamais Esqueceríamos. Vila Oeste, dos Pinheirais..... do Cheiro da Mata Virgem.... do Canto dos Pássaros, da Lama nas Ruas....

---

<sup>71</sup> - Folha do Oeste. Inaugurado Museu Histórico de São Miguel. São Miguel do Oeste, nº108, ano 02, 20 fev. 1988, p.12.

<sup>72</sup> - Ibidem.

dos Primeiros Heróis Desbravadores, que aqui aportaram através da Balsa do Rio Uruguai.”<sup>73</sup>

A leitura do texto acima pelo mestre de cerimônia foi feita ao som da música *El Condor Pasa* e precedeu a movimentação das carroças com os colonizadores até a frente do palanque oficial, a execução do hino de São Miguel, a leitura de uma relação de nomes de pioneiros, o “Parabéns a Você” e a abertura dos XIII JASMOS com uma encenação sobre os jogos olímpicos na Grécia antiga. Com isso, os antigos gregos e os seus deuses foram colocados lado a lado com pioneiros e desbravadores.

Foi em função dessas e outras especificidades descritas acima que as festas de aniversário de município constituíram-se, especialmente a partir dos anos 80, como espaços de retorno às origens, de produção e seleção de memórias, não só em São Miguel do Oeste, mas também em diversas outras cidades catarinenses e brasileiras. Transformado em feriado municipal em um grande número de cidades, o dia do município é hoje umas das comemorações presentes em diversas regiões do Brasil. Seu caráter, sua organização e os seus objetivos, no entanto, dependem muito da dinâmica e do sentido que os habitantes e as lideranças de cada local lhes imprimem.

Em Santa Catarina, o dia do aniversário de instalação, emancipação ou fundação municipal faz parte do calendário oficial de vários municípios.<sup>74</sup> Em muitos deles, como são os casos de Blumenau, Florianópolis, Chapecó e Joinville, esta é a única data que foi transformada em feriado local permanente pelo poder público municipal. Já em outras, como Criciúma, Joaçaba, São Francisco do Sul e São Miguel do Oeste, este dia faz parte de

---

<sup>73</sup> - Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. Cerimônia de abertura dos XIII Jasmos e 40 anos de São Miguel. São Miguel do Oeste: Sec. de Cultura, Esporte e Comunicação/ Comissão Municipal de Cultura, 1994, p.01

<sup>74</sup> - As informações sobre os feriados municipais em Santa Catarina foram retiradas da página na internet do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, onde constam os feriados de 89 cidades catarinenses. Tribunal de

um quadro mais amplo de feriados locais. Dentre estes, estão principalmente os feriados religiosos dedicados a santos católicos, padroeiros municipais ou não, e outros como o *Dia do Colono e do Motorista* ou feriados móveis que marcam o início de festas, como é o caso de Ituporanga onde acontece a *Festa Nacional da Cebola*.<sup>75</sup>

A existência de festas de aniversários municipais, de feriados e de outras datas comemorativas locais e nacionais, faz com que anualmente, em muitos municípios, memórias sejam “re-presentificadas”<sup>76</sup>, disputadas, silenciadas, ao mesmo tempo em que identidades individuais e coletivas são (re)construídas a partir de *locais* híbridos que genericamente poderíamos chamar de *feira*. A *feira*, nessa perspectiva, é um *local* híbrido porque nela estão presentes material, temporal e simbolicamente não só diferentes grupos étnicos, religiosos, políticos e econômicos que advogam para si vantagens em relação a outros grupos com base no passado, mas também aqueles a quem estes grupos, através da (re) construção do passado, tentam silenciar, mas que nem sempre conseguem.<sup>77</sup> E se não conseguem, é porque talvez os sujeitos, os quais se pretende silenciar, fazem da sua ausência nos cerimoniais e discursos comemorativos uma presença constante por meio de “gritos simbólicos” que irrompem por todos os lugares da festa. Estes “gritos”, segundo Homi K. Bhabha (1998), mesmo sendo indecifráveis aos ouvidos, são perceptíveis através de modos, gestos, rituais, hábitos, noções de tempo, e representam a existência de um ponto

---

Justiça de Santa Catarina. Feriados Municipais. Disponível em: <http://www.tj.sc.gov.br/institucional/feriados.htm>. Consulta em 06.07.02.

<sup>75</sup> - Além destes feriados, existe o “Dia do Sapateiro” comemorado na cidade de São João Batista no dia 25 de outubro, o dia 26 de dezembro, feriado municipal em São Carlos, no Oeste do Estado e o “Dia da Reforma”, comemorado no dia 31 de outubro nas cidades de Maravilha, Mondai, Palmitos e Cunha Porã (idem, p.04) Na cidade de São Miguel do Oeste, além do dia da emancipação, outro feriado municipal existente atualmente é o do padroeiro do município, São Miguel Arcanjo, comemorado no dia 29 de setembro.

<sup>76</sup> - “Re-presentificação”, segundo Catroga (2001, p.46) significa tornar presente novamente dentro da tensão tridimensional do tempo (presente, passado e futuro). CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). Fronteiras do Milênio. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2001.

de “esmaecimento” de culturas, um “entre-lugar” no qual emerge a diferença.<sup>78</sup> Por outro lado, a festa tomada enquanto “entre-lugar” também é capaz de deslocar para um único local, através de memórias individuais e coletivas, tempos históricos diferentes ou que foram tornados diferentes. Assim, presente, passado e futuro se misturam, se completam e, por vezes, até se excluem, mesmo que continuem inseparáveis. Com base nessa perspectiva, a festa pode ser lida, portanto, como um *local* de “entre-lugares”, “entre-tempos” e “entre-culturas”, de ausências e de presenças, de valorização e esquecimento. Nesse *local*, mesmo que de forma invisível, memórias são disputadas, construídas e reconstruídas, seja para manter o *status quo* ou para modificá-lo.

Tomando as festas enquanto uma categoria ampla de análise, Norberto Luiz Guarinello (2001) sugere que elas são “laboriosamente e materialmente preparadas, custeadas, planejadas, montadas, segundo regras peculiares a cada uma e por atividades efetuadas no interior da própria vida cotidiana, da qual são necessariamente o produto e a expressão ativa”.<sup>79</sup> Para esse autor, a festa aparece como uma interrupção do tempo social, “uma suspensão temporária das atividades diárias”, “uma produção social”. Segundo Guarinello, as festas estimulam a produção de uma determinada identidade entre os participantes, dada pelo compartilhamento do símbolo que é comemorado e que se inscreve na memória coletiva como um afeto coletivo, como “uma junção dos afetos e expectativas individuais”, como “um ponto comum que define a unidade dos participantes”. Para ele, a festa é, em um sentido bem amplo, “produção de memória e, portanto, de identidade no tempo e no espaço sociais”. Porém, as festas não apenas unificam diferentes, mas também

---

<sup>77</sup> - Para Homi K. Bhabha (1998), o “entre-lugar” é o local da diferença, o ponto de intervalo entre culturas e tempos diferentes. BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

<sup>78</sup> - BHABHA, Homi K. Op.cit. p. 179-180.

<sup>79</sup> - GUARINELLO, Norberto Luiz. Op.cit., p. 971-975.

traçam fronteiras, espontâneas ou impostas, entre os “aptos a dela participar e os que são estranhos a ela”. Conforme Guarinello, uma festa pode representar uma tentativa de impor determinada identidade segmentaria ao conjunto da sociedade, “seus sentidos podem ser forçados, manipulados, disfarçados”.<sup>80</sup>

Esse “disfarce” e “manipulação”, proposto por Guarinello, no caso das festas dedicadas à comemoração do aniversário municipal se dá principalmente a partir do poder público, o qual tem a responsabilidade de definir a programação, os sujeitos homenageados e também a própria visibilidade da festa. Porém, a sua “invenção” nem sempre é apenas iniciativa governamental, como foi o caso das comemorações de aniversário que ocorreram a partir de 1984 na cidade de São Miguel do Oeste.<sup>81</sup>

Além das comemorações do aniversário municipal, a segunda grande festa oficial que ganhou importância e força após 1984 foi a Festa da Cultura. Esta festa, que inicialmente surgiu como uma extensão das comemorações dos 30 anos e da decadência da FAISMO, despontou, principalmente a partir de sua segunda edição em 1986, como um espaço fundamental para que a cultura local pudesse ser amplamente valorizada. Entre 1986 e 1994 a Festa da Cultura movimentou anualmente a cidade de São Miguel do Oeste e região Extremo Oeste de Santa Catarina.<sup>82</sup> No início dos anos 90, a divulgação desta festa chegou inclusive ao Rio Grande do Sul, ao Paraná e a Argentina.

A idéia dos organizadores da Festa da Cultura, segundo Marli Zandoná, era criar e fortalecer em São Miguel do Oeste um evento que pudesse ser referência na região Oeste e em todo estado, atraindo turistas de diferentes locais, assim como acontecia com as Festas

---

<sup>80</sup> - Ibidem

<sup>81</sup> - O termo “invenção” está sendo usado com base nos escritos de Hobsbawm & Ranger (1984, p.10) sobre a “Invenção das Tradições”. HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

de Outubro do Vale do Itajaí, em especial com a Oktoberfest. “Na época (meados dos anos 80), a Oktoberfest de Blumenau tomava proporções nacionais e espelhados no sucesso de Blumenau, guardadas as proporções, tencionávamos fazer algo que repercutisse no Estado e principalmente na região”.<sup>83</sup> Porém, ao contrário das Festas de Outubro do Vale do Itajaí, a Festa da Cultura não estava centrada em uma única etnia, mas principalmente na diversidade cultural que caracterizava a região Extremo Oeste. “Idealizamos valorizar a culinária italiana, considerada a descendência de grande parte dos pioneiros: e ir avançando em todos os segmentos”, continuou Zandoná.<sup>84</sup> Assim, ao mesmo tempo em que havia uma valorização das etnias de maior predominância no processo de colonização da cidade, em especial a italiana, abriu-se espaços na Festa da Cultura para manifestações culturais ligadas a diversos outros grupos, como poloneses, afrodescendentes, indígenas e até açorianos.

Isto ocorria em partes porque no momento da invenção desta festa em 1984, os seus organizadores não haviam encontrado algo que fosse “típico” o suficiente para a caracterização da cidade e da festa. “São Miguel não tinha festa de nada. Nós não tínhamos nem pêssego demais, nem milho demais, nem maçã, nem nada que caracterizasse”, afirmou acima Marli Ribeiro. Sobre esse assunto, além desse depoimento de Ribeiro, o texto escrito em 1992 para o lançamento da 8ª Festa da Cultura também é bastante elucidativo.

“Já vai longe o ano de 1984, quando um Grupo de Pessoas se reuniu e decidiu que São Miguel do Oeste deveria ter uma Festa Típica..... aí começou alguns Problemas, Típico de Que? Não tínhamos nenhuma Fruta Típica, a FAISMO, Nossa Feira, já estava Morrendo (...).”<sup>85</sup>

---

<sup>82</sup> - Neste período, a Festa da Cultura, tinha uma duração média de uma semana e acontecia geralmente durante o mês de outubro.

<sup>83</sup> - ZANDONÁ, Marli. Op.cit.

<sup>84</sup> - Ibidem

<sup>85</sup> - Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. Lançamento da Festa da Cultura. São Miguel do Oeste: Comissão Municipal de Cultura, 1992.

Foi, portanto, por falta de um elemento caracterizador que a Festa da Cultura, diferente da festa de aniversário de município, se tornou bastante abrangente, não privilegiando apenas um ou outro grupo étnico. Da mesma forma, os organizadores da Festa da Cultura acabaram gradualmente incorporando atrações semelhantes as que até 1983 faziam parte da FAISMO, dando a festa atual um caráter ainda mais ampliado.

Segundo Marli Ribeiro, a rápida expansão da Festa da Cultura e a transformação desta em uma espécie de “mini-FAISMO”, a falta de continuidade dos investimentos do poder público e o próprio ressurgimento da Feira Agropecuária e Industrial de São Miguel do Oeste, foram fatores decisivos para que a Festa da Cultura deixasse de existir após a 10ª edição em 1994. Nesse ano, ocorreu exatamente o inverso do que havia acontecido dez anos antes quando, depois do fim da FAISMO, havia nascido a Festa da Cultura. Além dos fatores citados acima, o fim de uma festa e a ascensão da outra se devia também à necessidade que a cidade tinha a partir dos anos 90 de encontrar alternativas para a grave crise econômica na qual estava envolvida. Por isso, entre a FAISMO e a Festa da Cultura, os representantes do poder público optaram por retomar a primeira.

### **A contemporaneidade da festa e da memória**

“Eu participei uma vez. É bonita. (...) A gente vê pelo jornal. (...) Uma época teve. Até eles fizeram dos pioneiros. Foi o ano passado ou retrasado. Eu achei importante aquilo. A história dos pioneiros. Porque nunca era comentado. Daí agora a própria Igreja Matriz ela fez um livro da história de cada comunidade do município. Então cada comunidade tem a sua história nesse livro”. Josefina, 04/02/03

Das festas e eventos inventados e reinventados ao longo dos últimos 30 anos, os que permanecem sendo realizados hoje em São Miguel do Oeste são as festas de aniversário do município e a FAISMO, ambos mantendo boa parte das motivações iniciais.

No caso desses dois eventos, as expectativas estavam voltadas desde 2003 para o 50º aniversário da cidade. Por causa disso e por questões econômicas e políticas, a FAISMO, que vinha sendo realizada de dois em dois anos foi transferida para 2004. Pelos mesmos motivos, a festa dos 49 anos do município foi bastante modesta, tendo sido dispensadas inclusive as homenagens aos pioneiros e suas famílias, diferente do que aconteceu em 2002 (depoimento acima). Segundo Marli Ribeiro, em 2003 os pioneiros não foram homenageados porque estava se pensando em fazer um grande evento de cinquenta anos, “um resgate da história”. Para 2004, segundo ela, seria instituído um troféu aos pioneiros vivos e aos representantes dos já falecidos. Por conta disso, já havia, desde o início de 2003, a preocupação de pessoas que se consideravam pioneiras em deixar o nome na lista de espera para serem homenageadas.

“Para você ter uma idéia essa semana (final de janeiro de 2003) veio um senhor e disse: ‘olha eu sou pioneiro e estou aqui desde mil e novecentos...se vão ser homenageados, será que poderiam me chamar?’. Como esse ano não vai ter homenagem de pioneiro então é um fato estranho porque ele tem oitenta e poucos anos e ele disse: ‘mas será que eu vou viver até o ano que vem’. Porque o ano que vem completa cinquenta anos e a gente quer fazer um evento bem grande em todos os sentidos”.<sup>86</sup>

Situações como esta acima, mostram a produção dos chamados pioneiros nos últimos anos no contexto local e regional. Hoje é bastante comum muitos moradores de São Miguel

---

<sup>86</sup> - RIBEIRO, Marli. Op. cit.

As comemorações dos 50 anos de São Miguel do Oeste iniciaram no dia 08 de fevereiro de 2004 com um “Desfile da Reconstituição Histórica” que contou com a presença dos chamados “pioneiros” e “desbravadores” de São Miguel do Oeste. Estes, em número bem maior que em anos anteriores, abriram simbolicamente o Desfile sendo saudados como heróis pelo grande público presente na praça central da cidade. Além deste Desfile as comemorações dos 50 anos contaram também com o corte do bolo de

referirem-se com orgulho aos tempos de Vila Oeste e aos seus antepassados que ali viveram. Expressões como “puro mato”, “puro sertão”, “não tinha nada”, “havia tudo por fazer” entre outras, são recorrentes quando o assunto é a história da cidade. São elas que ajudam a ambientar o ouvinte em um tempo de dificuldades e “desbravamento” do qual muitos dizem não conseguir esquecer. “Aqui aquela época era puro mato (...), puro sertão” lembra Seu David.<sup>87</sup> “Nós choramos, choramos. Choramos o dia inteiro. Choramos, choramos. Sair do meio de uma cidade pra vim aqui no mato. Ah, eu e minha irmã choramos. Nunca vou me esquecer”, recorda Dona Carmelinda.<sup>88</sup> Procurando valorizar relatos como estes algumas escolas têm realizado atualmente palestras com antigos moradores para que estes contem suas histórias aos alunos. Outras realizam visitas a bibliotecas e ao museu local, onde estudantes e professores aproximam-se visual e imaginariamente do passado da cidade e de parte de seus moradores. Apesar desse crescente interesse pela história local, um dos poucos materiais didáticos disponibilizados para consultas na Biblioteca Pública Municipal é uma apostila montada pela Secretaria Municipal de Educação na qual constam nomes das primeiras famílias colonizadoras e de autoridades municipais, datas, mapas e explicações sobre alguns símbolos municipais.

Outro espaço que historicamente tem sido importante para a constituição da memória municipal e regional é a Rádio Peperi AM. Era nessa emissora, que até o início de 2003 os moradores de São Miguel do Oeste e região podiam ouvir todos os sábados pela manhã um programa radiofônico no qual boa parte dos entrevistados era de antigos

---

aniversário, shows musicais, sessão solene na Câmara de Vereadores, além de outras atividades festivas encerradas no dia 15 de fevereiro.

<sup>87</sup> - ANDREATTA, David. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva.

São Miguel do Oeste, 27 jan. 2003. Acervo do autor.

<sup>88</sup> - ANDREATTA, Carmelinda. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 27 jan. 2003. Acervo do autor.

habitantes do Extremo Oeste. Intitulado “Retrato Falado”, este programa foi ao ar pela primeira vez em abril de 1990 em substituição a um antigo programa de entrevistas da emissora chamado “O Outro Lado do Eu”. Como apresentador o Retrato Falado tinha o jornalista e proprietário da emissora, Ademar Baldissera que, conforme mostrado anteriormente, também era ex-integrante da Comissão Municipal de Cultura e um dos maiores idealizadores e entusiastas da história local desde o início dos anos 80. Para a primeira entrevista o convidado foi Olimpio Dal Magro, ex-diretor das empresas colonizadoras Barth & Annoni e Pinho e Terras e primeiro prefeito eleito da cidade.

Desde 1990 foram 217 entrevistas gravadas para o programa Retrato Falado, todas com duração média de uma hora. Destas, a maioria foi reprisada após a morte de Ademar Baldissera em 1997, algumas delas mais de uma vez, geralmente quando um dos entrevistados falecia. Além do “Retrato Falado”, a divulgação de inúmeros outros programas e a transmissão de eventos comemorativos, como as festas de aniversário de município e as Festas da Cultura, fizeram da Rádio Peperi AM um dos espaços centrais no processo de valorização e preservação da memória municipal. Juntamente com os jornais impressos com circulação local e as práticas instituídas pelo poder público migueloestino, esta emissora colaborou para que a história de São Miguel do Oeste fosse mantida em bases muito semelhantes aquelas construídas especialmente a partir de 1984.

Atualmente, quando o assunto é a história do município, não é difícil encontrar, entre novos e antigos moradores de São Miguel do Oeste, referências a Vila Oeste e as pessoas que ali viviam. Em levantamento que fiz no início de 2003 em treze comunidades do perímetro urbano de São Miguel, entre os vinte e três nomes lembrados pelos entrevistados quando foram perguntados sobre pessoas importantes na história da cidade os dois primeiros eram do grupo definido como “pioneiro”, ou seja, do grupo que chegou a partir

de 1940. Um deles, o mais citado, foi o do padre e pioneiro Aurélio Canzi e o outro o do ex-diretor das empresas colonizadoras Barth, Annoni e Pinho e Terras, Olimpio Dal Magro.<sup>89</sup>

No mesmo levantamento os entrevistados foram questionados sobre as quatro principais festas e eventos existentes atualmente em São Miguel do Oeste. A idéia ao fazer estas questões era perceber as representações dos moradores locais principalmente em relação à festa de aniversário de município. Como resultado foram citados mais de vinte festas ou eventos. Destes os quatros principais, segundo os moradores, eram, em ordem de importância, a FAISMO, a festa do padroeiro São Miguel Arcanjo, a festa de aniversário do município e o MOTOCÃO (encontro de motoqueiros).

Já quando o assunto era especificamente as comemorações do aniversário municipal os significados atribuídos foram os mais variados. Dona Nelcy, por exemplo, foi pela última vez à festa em 2000. Disse que gosta de ir para “ver a altura do bolo”. Já Sadi afirma que ouviu falar da festa, mas não lembra que dia é. Acha que é em agosto. Seu Severino diz que esta festa “sempre tem”. Nela, autoridades e população “fazem aquele bolo, se ajuntam”. Dona Elza acha que o lado bom da festa são as homenagens aos pioneiros. Quanto ao bolo diz que não é importante. No geral não concorda com a programação. Afirma que poderia ser diferente, com palestras e outras atividades de conscientização. Janete e Leandro, apesar de se dizerem um pouco “por fora”, confirmam que ouviram a programação através do rádio e que é uma festa grande que reúne as pessoas da região

---

<sup>89</sup> - Foram aplicados 25 questionários, respondidos por 32 pessoas residentes nas regiões Norte, Sul, Leste e Oeste da cidade. As perguntas foram abertas e feitas em sua maioria na residência dos entrevistados, os quais foram escolhidos aleatoriamente.

principalmente para shows.<sup>90</sup> No geral, a maioria dos entrevistados demonstra conhecer a festa de aniversário de município, apesar de pouco mais de 20% deles se dizerem freqüentadores.

Os dados e os depoimentos apresentados acima revelam, portanto, as visões de diferentes sujeitos em relação às festas e à história local. Através destas informações é possível perceber que houve a manutenção e a ressignificação das festas inventadas em 1984 e das representações que os organizadores destas festas tinham em relação à história municipal. O fato de os pioneiros aparecerem em primeiro plano e de as festas de aniversário de município terem sido consideradas as terceiras em importância, é produto de todo um “trabalho de memória” que foi e continua sendo realizado especialmente pelo poder público municipal com o apoio da imprensa e de uma parcela das lideranças locais. Foi graças a estas e outras instâncias do poder, que um grupo seletivo de antigos moradores de São Miguel do Oeste, os quais tiveram maior visibilidade ao longo da trajetória do município, foi destacado dentre os demais habitantes. Enquanto isso, a grande maioria da população, principalmente aquela economicamente mais pobres, ficou não só à margem da história oficial, como também continuou excluída em diversos espaços da cidade e do campo.

---

<sup>90</sup> - Entre os termos associados pelos entrevistados à festa de aniversário municipal, os quatro primeiros foram, respectivamente, bolo, shows, praça e pioneiros.

## CAPÍTULO 2

### COLONIZAÇÃO E DIFERENÇA: revisitando Vila Oeste

No romance *São Miguel*, Guido Wilmar Sassi revela o dia a dia de uma localidade e de sujeitos ainda hoje pouco conhecidos na história de Santa Catarina.<sup>91</sup> Às voltas com uma grande seca e totalmente dependentes da extração e comercialização da madeira, os moradores de Vila Oeste pediam diuturnamente a graça e a intercessão do seu santo protetor, São Miguel Arcanjo, e de outros “santos” populares para que a chuva chegasse e a enchente viesse.

“Chegados às margens do Uruguai, os homens depositaram o santo em um oratório feito de pedras e as mulheres acenderam velas. Fabiano começou os padre-nossos e as ave-marias. Depois falou ao seu povo, recomendando-lhe que tivesse fé nos poderes do santo. Deus mandaria a chuva que vinha do céu e fazia com que o rio enchesse, para benefício de todos eles. O povo tivesse fé. Rezasse, fizesse devoção. Logo seria o dia de São Miguel, e o santo mandaria a enchente, para acabar com as privações de todos”.<sup>92</sup>

A história se passa nos meses de agosto e setembro, no início da década de 50. Nela, Sassi transporta o rio Uruguai para o centro da Vila<sup>93</sup> e faz dele um dos seus principais personagens. É esse rio que faz movimentar toda a economia local, que leva a madeira e os balseiros no tempo das cheias para a Argentina, que estimula sonhos e saudades para os que vão e para os que ficam, que gera a vida, mas também a morte. É a partir do rio e da falta de chuva que o autor cria personagens, romances e intrigas que mostram a heterogeneidade da população de Vila Oeste. Em *São Miguel*, Sassi revela também o cotidiano de

---

<sup>91</sup> - SASSI, Guido Wilmar. *São Miguel*. 2ªed. Rio de Janeiro: Antares/Mec, 1979. A primeira edição é de 1959.

<sup>92</sup> - Idem, p.236.

<sup>93</sup> - Vila Oeste não é/era banhada pelo rio Uruguai. A localidade mais próxima por onde esse rio passava nos anos 40 era a Vila de Mondai.

trabalhadores explorados por madeireiros e atravessadores. Pessoas como Mário que, mesmo trabalhando incansavelmente com a madeira, não dispunha sequer de um pequeno rancho para morar e ter sua independência depois que se casasse com Anita.

Em seu livro, Guido Sassi traz à tona, portanto, muito mais que cenas e intrigas de amor ou uma história desvinculada dos problemas do seu tempo e que se passa em um lugar apenas imaginário. Ao invés disso, seu romance é um retrato da situação vivenciada em Vila Oeste, no Extremo Oeste de Santa Catarina, entre 1943 e 1946. Neste período, a Vila, que mais tarde foi denominada São Miguel do Oeste, enfrentou uma forte seca e, em consequência disso, uma grave crise econômica. Conforme mostrou Heinen (2000), isto fez com que o desespero e a falta de perspectivas tomassem conta dos poucos migrantes que já haviam se estabelecido no local.

“As poucas famílias residentes falavam em sair. A colonização à beira da falência. (...) O desespero era tamanho em Vila Oeste, que, pelo fim de 1945, largaram a madeira embalsada em pequenos pelotões separados, para conseguir descer pelos canais das corredeiras”.<sup>94</sup>

Outro relato que mostra bem as dificuldades enfrentadas na época foi escrito em 1950 pelo então pároco da Vila, padre Aurélio Canzi. Nele, padre Aurélio, após ter uma visão do “menino Deus” e de anjos que lhe mostraram a proximidade da enchente, resolve comunicar a boa nova aos madeireiros de Vila Oeste. Estes, no entanto, não acreditaram naquela história e mais tarde, no início de 1946, foram surpreendidos pela enchente.

“Vila Oeste sofria a consequência da seca. Não dava enchente no Uruguaçu (sic) e não descia madeira; começou uma grande falta de dinheiro. Neste ínterim, foi feita a Estrada Vila Oeste - Dionísio Cerqueira, mas nem a madeira levada nesta Fronteira resolveu para salvar a (colonizadora) Barth Anoni que quase se foi a bancarrota, tanto que neste ano (1945) nem foi feita a festa de São Miguel (...). No fim do ano o peregrino começou a fazer uma novena e no dia do Santo Natal à uma hora da tarde teve uma visão e avisou aos madeireiros que no próximo mês de janeiro daria uma grande enchente e que muito bem

---

<sup>94</sup> - HEINEN, Luís. Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina. In: Paróquia São Miguel Arcanjo. 50 anos de caminhada: 1950-2000. São Miguel do Oeste, 2000, p. 11 e 12.

poderia marcar na barranca do Uruguay (sic) o lugar onde chegaria a água. Poucos ou nenhum acreditou, a enchente veio e todos andavam desprezados e a desgraça foi grande”.<sup>95</sup>

Aqui, mais uma vez os personagens e os acontecimentos descritos por Guido Sassi confundem-se com os da Vila Oeste da primeira metade dos anos 40. No entanto, apesar das inúmeras aproximações existentes entre o romance e os acontecimentos vivenciados na prática pelos moradores locais, a Vila Oeste descrita por Sassi nem sempre se assemelha à Vila construída discursivamente nos anos 40 e 50 e principalmente àquela idealizada e construída a partir dos anos 80 e que tem sido constantemente reinventada nos dias atuais. Na Vila Oeste de Sassi, diferente das demais, não existem grandes homens e tampouco aparecem e se sobressaem desbravadores e pioneiros descendentes de italianos e alemães. Pelo contrário, nela os mais de 20 personagens existentes pertencem a diferentes grupos étnicos e classes sociais e todos, indistintamente, dependem do rio e da chuva para sobreviver. Em *São Miguel*, a presença de colonos descendentes de italianos e alemães na região é retratada como parte de um conflito étnico e econômico e de decadência dos antigos coronéis locais. Neste romance, estes colonos aparecem como “estrangeiros” que aos poucos vão tomando conta de tudo.

“No que é que eu me fiz? Foi na erva-mate, você sabe disso. Mas naquele tempo havia homem de verdade. Agora vocês deixaram os estranja (sic) tomar conta de tudo. Quem é que manda no mate que ainda tem? É estrangeiro. Quem é que manda na madeira? É gringo do Rio Grande. Essa italianada tomou conta de tudo. E vocês de braço cruzado, achando bonito. Fosse no meu tempo...”<sup>96</sup>

O trecho acima, mostrando parte de um diálogo entre o coronel decadente Gracílio Medeiros e seu filho Graciliano, vai na contramão da maioria dos depoimentos que até hoje

---

<sup>95</sup> - Paróquia São Miguel Arcanjo. São Miguel do Oeste. Livro Tombo: 1949-2002. Livro nº 01, folha 11.

<sup>96</sup> - SASSI, Guido W. Op. cit., p.50.

foram construídos sobre Vila Oeste. No entanto, não busco aqui provar sua veracidade ou simplesmente negá-lo. O que me interessa de passagens como essa é mostrar que Sassi trabalha por um lado com a ausência de grandes homens e por outro com existência de diferenças e semelhanças entre os habitantes de Vila Oeste. Assim, o autor abre atalhos que podem levar a uma análise da história do atual município de São Miguel do Oeste a partir de uma outra perspectiva que não aquela que tem sido tradicionalmente utilizada. É uma perspectiva que vai do centro às *margens* e inclui outros *primeiros* e outros inícios, que extrapola os gabinetes, os discursos oficiais e os sujeitos e territórios de maior visibilidade, que focaliza para além da colonização, mostrando uma vila, uma cidade e uma região bastante plurais.

A partir da pluralidade existente na Vila Oeste descrita por Guido Sassi, é possível pensar a colonização e o processo de urbanização do atual município de São Miguel do Oeste dentro de um outro contexto: o da diferença. Assim, a homogeneidade, construída por práticas discursivas e não discursivas baseadas na descendência étnica (italianos e alemães), na supremacia da religião católica e na primazia e no empreendedorismo dos colonos gaúchos, passa a ser questionada. Da mesma forma, a harmonia entre os primeiros migrantes e a inexistência de conflitos, dá lugar a diversas fronteiras. São fronteiras étnicas, econômicas, territoriais, culturais. Pensar a partir da diferença, portanto, permite dar um novo enfoque às relações que vêm sendo estabelecidas e reconstruídas ao longo de mais de sessenta anos pelos diversos sujeitos que ocuparam e que ocupam o Extremo Oeste Catarinense e, em especial, o atual município de São Miguel do Oeste. Permite também, pensar nas identidades italiana, alemã, cabocla, negra e indígena como construções híbridas e sociais, estabelecidas em momentos de alteridade e tensão. Assim, são ressignificados discursos que tomam as relações Nós/Outros ou, por exemplo, italianos/caboclos,

simplesmente como estruturas binárias. Isto possibilita que, como mostrou Homi K. Bhabha (1998), surjam lugares de encontro, “entre-lugares” ou um “terceiro espaço”, entre esses dois grupos. Os “entre-lugares”, segundo Bhabha, rompem com binarismos como os do exemplo acima e outros como público e privado, passado e presente, psíquico e social e criam uma “temporalidade intervalar”, um lugar de fronteira, que podem ser percebidos especialmente em momentos de conflitos.<sup>97</sup>

O enfoque dado por Homi K. Bhabha à questão da diferença é reforçado pelos estudos de Stuart Hall e Flávio Pierucci. Esses dois autores trabalham a diferença a partir de um contexto de identidades fragmentadas e que estão em constante (re) construção dentro e fora do discurso. Para Hall, a diferença está sujeita a um jogo de inclusão e exclusão de identidades, de fechamento e marcação de fronteiras simbólicas, de busca daquilo que lhe falta.<sup>98</sup> Segundo este autor, “identidade e diferença estão inextricavelmente articuladas ou conectadas em identidades diversas, sem que jamais uma venha a obliterar totalmente a outra”.<sup>99</sup> Já Pierucci, além de reforçar e utilizar-se dos escritos de Hall, vai além ao apontar para os dilemas de pensarmos a diferença em contextos de migrações. Conforme Pierucci, a diferença nestes contextos é multifacetada e tem na sua base outras diferenças. São diferenças “fenotípicas”, “epidérmicas”, étnicas, de nacionalidades, de status jurídico e status social, diferença sócio-econômica de renda e escolaridade, histórica, lingüística, religiosa, comportamental, ética, de valores, diferença cultural.<sup>100</sup> No entanto, segundo Pierucci, é preciso ter cautela diante de tantas diferenças, pois elas podem ser uma “cilada”

---

<sup>97</sup> - BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

<sup>98</sup> - HALL, Stuart. Quem precisa da identidade. In: SILVA, Tomaz T. (org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 106.

<sup>99</sup> - HALL, Stuart Apud PIERUCCI, Flavio. Ciladas da Diferença. São Paulo: Editora 1999, p.159.

<sup>100</sup> - PIERUCCI, Flavio. Op. cit., p. 173.

se levadas ao extremo.<sup>101</sup> Isto significa que os argumentos utilizados muitas vezes para justificar determinadas diferenças em contextos de afirmação de identidades, correm o risco de serem estimuladores de xenofobias e provincianismos, revertendo-se no que o autor chama de “diabolização da diferença”.<sup>102</sup>

Os escritos de Bhabha, Hall e Pierucci nos ajudam, portanto, a compreender as mudanças ocorridas no Extremo Oeste Catarinense e no atual município de São Miguel do Oeste a partir de um enfoque que privilegia a construção da diferença em diversos momentos, desde o período anterior a Vila Oeste até a colonização e urbanização deste município e região.

### **O Extremo Oeste indígena e *caboclo***

Em abril de 1929 a comitiva do governador Adolfo Konder chegou pela primeira vez ao Extremo Oeste de Santa Catarina. A região até então era um lugar desconhecido das autoridades estaduais e por isso, segundo discursos da época, precisava ser visitada, “descoberta” e estrategicamente ocupada.

A viagem de Mondaí a Dionísio Cerqueira levou seis dias, período em que a comitiva governamental seguiu por picadas abertas na mata. Nos locais onde parava, o grupo aproveitava para descansar e fazer anotações sobre tudo o que encontrava. Surgiam então descrições e representações do Extremo Oeste que variavam da beleza até a selvageria e os mistérios da floresta.

“Cercava-nos a majestade da paisagem bravia, a floresta brasileira, com todo o seu esplendor e os seus mistérios! Os rumores das suas germinações, o perfume das suas flores

---

<sup>101</sup> - Idem, p. 175-176. 34,

<sup>102</sup> - Idem, p. 175.

e a sapidez estranha dos seus frutos! Os gritos estridentes, bárbaros dos seus pássaros e o murmúrio humano e doce das suas águas!”<sup>103</sup>

Além dos elementos da natureza, que apareciam “estranhos” e “bárbaros” a viajantes como Othon Gama D’Eça, outro fator que chamava a atenção era as características dos habitantes da região, os quais também eram descritos com entusiasmo e estranhamento. Dois desses habitantes, foram encontrados pela comitiva de Konder próximos ao atual município de Guaraciaba.

“Encontramos, acampados num “passo”, dois camaradas que andam a roçar a picada: um grande velho, com a cara cheia de rugas como o caroço do pêssego, e um rapazola robusto, cor de cobre, de olhos zombeteiros e cabelos ásperos como o cedenho, já de *winchester* pela bandoleira”.<sup>104</sup>

Os dois homens encontrados, segundo Gama D’Eça, demonstravam ter um grande conhecimento da região, pois indicaram o caminho até Barracão-PR e contaram “duns alemães” que se perderam na “mataria” e que, por isso, haviam passado cinco dias comendo apenas pinhão. Além disso, ao contrário dos viajantes, não pareciam ter medo de animais selvagens. O mais velho, conforme Gama D’Eça, inclusive “sorriu com superioridade” ao ouvir falar em tigres.

Em 1930, um ano depois da visita de Adolfo Konder e comitiva ao Extremo Oeste, a região do atual município de São Miguel do Oeste foi novamente percorrida. Desta vez pelo padre jesuíta Theodoro Treis, de Itapiranga-SC, que, em apenas quatro dias, teria batizado 80 crianças *caboclas*. O relato deste acontecimento foi registrado por Edvino Holscher, diretor do Museu São Jorge de Guaraciaba, em seu manuscrito de mais de 400 páginas. Neste mesmo documento, Holscher escreve ainda sobre a existência de uma

---

<sup>103</sup> - D’EÇA, Othon G. Aos espanhóis confinantes. 2ª ed.. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992, p.79.

<sup>104</sup> - Idem, p. 91

serraria que instalara-se naquele mesmo ano na atual comunidade de São Vicente, hoje também interior de Guaraciaba. Esta serraria, segundo ele, teve que ser fechada em 1936 devido à resistência dos caboclos que estavam na área.

“A serraria foi fundada em função de um caminho que existia entre Porto Alegre até Mato Grosso do Norte, com vicinais pelas quais faziam contrabando com a Argentina (erva mate, sal, pólvora, madeira serrada), bem como, uma vasta área de Araucárias no local da implantação da serraria. (...) (No entanto,) os caboclos que moravam na região não aceitaram a forma como os proprietários entraram nas matas. Sem ordem e permissão começaram a derrubada”.<sup>105</sup>

Outro relato escrito por Holscher, mostra que já no início da década de 40, quando colonos migrantes começavam a chegar ao Extremo Oeste, parte do fornecimento de carne suína e de gado que Vila Oeste recebia provinha de caboclos que habitavam a região. “(...) os porcos eram tocados por piques abertos que cortavam o sertão em varas de dezenas de animais”, escreveu ele.<sup>106</sup>

A presença dos dois homens descritos por Gama D’Eça e de outros sujeitos que foram encontrados pela comitiva governamental, das 80 crianças batizadas pelo padre Theodoro Treis e dos demais habitantes que, segundo Edvino Holscher moravam e tinham seus negócios na região, mostra portanto, que o Extremo Oeste Catarinense, apesar de ainda não muito povoado, já apresentava no período anterior a colonização vários sinais de ocupação. Era uma ocupação feita principalmente por brasileiros ou caboclos que utilizavam diferentes espaços da região para extrair madeira e erva-mate, criar animais e fazer pequenas plantações. Conforme mostrou Artur de Lara Ribeiro em entrevista que concedeu a Antônio Moreira, a realização de todas estas atividades visava

---

<sup>105</sup> - Holscher, Edvino C. História de Guaraciaba. Livros 1-2 Man. In: HOELSCHER, Adelir C. Linha Olímpio: uma comunidade e sua memória. Chapecó: Unoesc, 1999 (Trabalho de Conclusão de Curso em História), p. 33 e 34.

<sup>106</sup> - Ibidem.

fundamentalmente à subsistência, não havendo grandes preocupações em gerar excedentes ou delimitar territórios.

“(…) Naqueles tempos, lá onde nós morávamos era folgado para a caboclada, porque terra não compravam, tinham a vontade. Fazia casa, criava galinha, criava porco (…). Nós tínhamos isso aí tudo pra nós. Morávamos onde queria, criávamos onde era dono, nós éramos donos”.<sup>107</sup>

Os caboclos, portanto, eram os “donos do sertão”. Moravam “onde queriam”, deslocando-se constantemente de um ponto ao outro em busca do sustento para a família. Essa situação mudaria anos mais tarde, quando grande parte deles foi sendo gradualmente expulsa das terras onde morava. Segundo Jesus de Rosa Lima, isto aconteceu porque os caboclos já não se enquadravam mais diante do novo modelo de ocupação implantando.

“(…) quase todos foram embora, não se enquadravam. Ficou os que tinham requerimento (…) requeriam a gleba, mas nem pagava imposto. Quando vieram, veio a firma, (os caboclos) foram vendendo, foram naquelas glebas, tinha muito pinhal. (…) não se enquadravam com o ambiente. Eles foram criados de outro jeito. A cultura era diferente de toda essa gente que tinha, era diferente. (…) ele era assim, não de trabalhar por dia ou por mês, nada disso, não tinha nada disso. (…) quando veio a medição, foi tirado e feito a gleba deles e tirado a metade no imposto atrasado que ficou com esses vendedores de terra, esses que comeram tudo”.<sup>108</sup>

Além dos caboclos, outros dois grupos que também habitavam o Extremo Oeste neste mesmo período eram compostos por índios kaingang e guarani.<sup>109</sup> Alguns indígenas deste último grupo inclusive participaram da comitiva de Adolfo Konder em 1929 e foram descritos como “tropeiros correntinos” por Othon Gama D’Eça.

“São dois tipos de novela regional, de perfis agrestes, os tropeiros correntinos. Usam uma sobrecalça de lona branca e um pano de listas vivas na cabeça. Tisnados, de nariz aquilino e de cabelos negros, corridos e ásperos como crinas, acusam logo a raça guarani. Falam,

<sup>107</sup> - MOREIRA, Antonio C. A produção do espaço e a mudança de cultura na área rural de São Miguel do Oeste, de 1950 a 1980. 1990. 49 f. Monografia (Pós-Graduação em Geografia Humana) Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana II, FAFIG, Guarapuava, Paraná.p. 10. Os depoimentos extraídos deste trabalho estão originalmente transcritos em linguagem coloquial.

<sup>108</sup> - Moreira, Antonio C. Op. cit. p. 21.

<sup>109</sup> - Para mais informações sobre os índios do Oeste Catarinense consultar *Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - CEOM*, nº 06 e nº 08.

porém, o português, tão corretamente como o espanhol, e creio que nem conhecem a língua da sua gente”.<sup>110</sup>

Esta descrição acima mostra que muitos indígenas já dominavam perfeitamente alguns códigos dos descendentes de europeus como, por exemplo, a língua. Falavam “tão corretamente” o português e o espanhol, segundo Gama D’Eça, que pareciam desconhecer o idioma “da sua gente”. O uso que faziam da língua era parte das estratégias de sobrevivência desenvolvidas por eles. Possuíam, portanto, vários “disfarces”<sup>111</sup> e mostravam-se então sujeitos cultural e lingüisticamente *híbridos* que ora privilegiavam o espanhol, ora o português e, se necessário, também o guarani. Apesar do uso híbrido que faziam da língua, seus traços físicos aos olhos de quem não era do local, como Othon Gama D’Eça, “logo” acusavam o seu pertencimento étnico e contribuíam para demarcar mais claramente as fronteiras identitárias entre eles e o grupo visitante. “Tisnados, de nariz aquilino e cabelos negros” ou “cor de cobre, de olhos zombeteiros e cabelos ásperos como o cedenho”. Características físicas que, para Gama D’Eça, apareciam definidoras de identidade no jogo Nós/Outros, mas que nem sempre definiam claramente quem era indígena e quem era “caboclo”. No caso daqueles acompanhantes da comitiva governamental, no entanto, a denominação “tropiceros correntinos” sugeria pelo menos um dos seus locais de origem: a Argentina.<sup>112</sup>

Foi deste país vizinho e de outros lugares da região que muitos indígenas saíram a partir da década de 40 para trabalhar junto a caboclos e colonos “de origem” na abertura de

---

<sup>110</sup> - D’EÇA, Othon G. Op. cit., p.72

<sup>111</sup> - Segundo Maffesoli (1993, p.55), “Para sobreviver, é preciso avançar disfarçado e não revelar nada a ninguém, *nem mesmo a si próprio*”.

<sup>112</sup> - Além do relato de Gama D’Eça, a referência aos “indígenas argentinos” aparece também em entrevistas que gravei com antigos moradores do Extremo Oeste.

estradas, derrubada da madeira e “limpeza da área” que começava a ser comercializada pelas companhias colonizadoras instaladas na região de São Miguel do Oeste.

### **Chegam os novos moradores**

No início da década 40, um novo grupo de pessoas chega à região do atual município de São Miguel do Oeste e ao Extremo Oeste Catarinense. Este grupo, assim como os que chegaram em épocas anteriores, também tinha os seus objetivos claramente definidos. Desta vez, no entanto, o que buscavam não era apenas o reconhecimento e a integração da área visitada ou a conversão dos “infiéis” que ali residiam, mas principalmente a efetivação de um negócio extremamente lucrativo: a venda de terras e a derrubada e comercialização da madeira.<sup>113</sup>

Apesar dos evidentes interesses existentes, a chegada deste grupo de colonizadores, que recentemente haviam constituído no Rio Grande do Sul a firma Barth, Benetti & Cia Ltda, foi apresentada na época e principalmente posteriormente como um gesto nobre que possibilitou a entrada da “civilização” em uma região de “puro mato”, onde “não tinha nada” além de uma natureza “inóspita”. A partir desse momento, toda a área do atual município de São Miguel do Oeste foi minuciosamente levantada e geometricamente dividida em pequenos lotes que possuíssem em média 25 hectares. Da mesma forma, foram definidos o local da sede da colonização e a forma como as famílias que adquirissem terras seriam distribuídas. Inicialmente, a Barth, Benetti optou pela separação das famílias conforme a situação étnica e religiosa de cada uma. Assim, aos descendentes de italianos

foi destinada a região de Canela Gaúcha, aos alemães evangélicos a atual comunidade de Sete de Setembro e aos alemães católicos a região do Alto Guamerim.<sup>114</sup>

Nessa época, além da venda de terras, outro negócio muito lucrativo para a Barth, Benetti foi a retirada e comercialização da madeira. Para isso, ela possuía diversas serrarias e empregados espalhados pela região. “Tinha serraria por todos os lados”, recorda Adolfo Jagnow, que no início dos anos 40 trabalhou na derrubada da madeira nos arredores de Vila Oeste.<sup>115</sup> Eram cerca de 8 ou 9 serrarias, segundo ele, quase todas de propriedade da empresa colonizadora. Nestas serrarias trabalhavam lado a lado descendentes de italianos, alemães, caboclos, negros e indígenas, sendo que neste primeiro momento estes três últimos grupos compunham boa parte do quadro de trabalhadores.<sup>116</sup> “Gente branca naquele tempo não ia trabalhar no mato”, confirma Dona Eleonora, esposa de Seu Adolfo.<sup>117</sup> Para ela e o marido, a pobreza era um dos principais fatores que levava os colonos “de origem” a procurarem as serrarias. “A vida era assim mesmo, a gente era pobre, não tinha nada. E trabalhava, a gente só trabalhava”, lamenta Seu Adolfo.

A dedicação ao trabalho, as necessidades vividas naquele momento pelos diferentes grupos que ocupavam a região e principalmente os interesses das empresas colonizadoras em relação à madeira e às terras do Extremo Oeste, foram fatores decisivos para que

---

<sup>113</sup> - Dentre os membros do grupo recém chegado, alguns integrantes, como era o caso de Alberto Dalcanale, já vinham atuando há vários anos no ramo de colonização, sendo inclusive sócios de outras empresas colonizadoras da região Oeste Catarinense.

<sup>114</sup> - Além da Barth, Benetti, outras colonizadoras do Oeste Catarinense também fizeram a divisão de suas terras conforme a etnia e a opção religiosa dos migrantes. Este foi o caso, por exemplo, da Volksverein, em Itapiranga e da Sul Brasil na região de Maravilha, ambas estudadas respectivamente por Werle (2001) e Werlang (1992). Em São Miguel do Oeste esta divisão perdurou até 1944, quando assumiu o novo administrador da firma, Olimpio Dal Magro. DAL MAGRO, Olimpio. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 11/05/2002. Acervo do autor.

<sup>115</sup> - JAGNOW, Adolfo e Eleonora. Entrevista informal concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 07 fev. 2003.

<sup>116</sup> - Dentre os trabalhadores destes três grupos, um dos nomes lembrados por Adolfo Jagnow foi Martim Abel, o qual, segundo ele, era um ex-cativo.

<sup>117</sup> - JAGNOW, Adolfo e Eleonora. Op. cit.

grandes extensões de floresta nativa fossem devastadas a partir do início dos anos 40. Em menos de quatro anos, somente nos arredores de Vila Oeste, foram milhares de árvores derrubadas, provocando uma mudança considerável na paisagem local. Esta mudança pode ser percebida por fotos dessa época, nas quais aparecem as primeiras casas do núcleo colonial em meio a árvores cortadas e a floresta remanescente.



Vila Oeste – Início dos anos 40  
Fonte: Foto Stúdio Andrin

Sobre as transformações ocorridas na paisagem local nos primeiros anos da colonização, escreveu padre Aurélio Canzi ao relatar sua chegada em Vila Oeste em fevereiro de 1944:

“Encantadora foi àquela manhã de seis de Fevereiro em que um dos peregrinos se levantou ao clarear o dia, e assomando à janela, contemplou (...) Vila Oeste, sendo que, no ano de 1940, no mesmo mês um dos peregrinos por aqui havia passado e o pinheiral majestoso convidava, a elevar a Deus um cântico de eterno louvor tão belo êle (sic) era; mas agora parte destas gigantescas árvores haviam cindido ao braço vigoroso do desbravador gaúcho”.<sup>118</sup>

---

<sup>118</sup> - Este relato foi escrito por padre Aurélio em janeiro de 1950 no Livro Tombo da Paróquia São Miguel Arcanjo, São Miguel do Oeste. Livro nº 01, folha 08.

Pelo relato acima percebe-se que a madeira, a mata, mesmo sendo abundante e “encantadora”, ia rapidamente sendo retirada. No entanto, a maior parte do lucro com a venda dessa madeira não ficava com aqueles que a derrubavam ou eram proprietários das terras devastadas, mas sim com a própria colonizadora. Segundo Grando (2001), nas áreas do Extremo-Oeste onde predominavam os pinhais, o objetivo era a venda da madeira, enquanto nos locais onde predominava a mata subcaducifólia, vendiam-se os lotes, mas as árvores consideradas nobres como pinheiros, cedros e louros de porte ficavam sob o domínio da empresa colonizadora.<sup>119</sup> Além do lucro, a retirada da madeira tinha o objetivo de “limpar a área”, seja para o plantio ou para a construção de novas casas. No caso da vila (sede da colonização), a construção de novas casas e demais edificações interessava diretamente a colonizadora, pois contribuiria para passar uma imagem de progresso e desenvolvimento aos compradores que ali chegassem em busca de terras e de riqueza.

A vila, portanto, era a vitrine do restante da área que estava sendo vendida e por isso, devia ser cada vez mais desvinculada do caráter de isolamento e “selvageria” que a natureza lhe conferia. Nesse sentido, a extração e venda da madeira acabou sendo fundamental, pois além de ser uma boa fonte de renda para colonos, balseiros e demais trabalhadores, para os donos de serraria e, acima de tudo, para os atravessadores, também representava, para os dirigentes da época, uma espécie de afastamento da “barbárie” e a aproximação da “civilização”. Ser “civilizado” em contextos como esse, conforme mostrou Arruda (2000), significava afastar-se do “atraso”, “embrutecimento” e “isolamento” que

---

<sup>119</sup> - Grando, Paulo J. O Extremo-Oeste Catarinense: características da organização espacial e perspectiva de desenvolvimento sócio-econômico. In: FONTANA, Ailton (Org.). Construindo a sustentabilidade: uma perspectiva para o desenvolvimento regional. São Miguel do Oeste: McLee, 2001, p.24.

diversos elementos da natureza, entre eles as próprias matas, impunham aos habitantes do que desde o século 19 foi construído como “sertão” por viajantes, engenheiros, médicos, sanitaristas, geógrafos, botânicos, romancistas, entre outros.<sup>120</sup> Desde essa época, segundo Arruda, sertão e cidade transformaram-se em termos com significados opostos e muitas vezes foram usados para designar lugares imaginários e utópicos.<sup>121</sup> Assim, enquanto o sertão foi construído como o local da “barbárie”, a cidade aparecia como “propulsora do progresso da nação” e como um espaço habitado por pessoas “civilizadas”.<sup>122</sup>

No caso da microrregião Extremo Oeste catarinense, sertão e cidade, mesmo mantendo a diferenciação mostrada acima, apareciam muitas vezes como espaços complementares. Isto se dava principalmente a partir das propagandas das empresas colonizadoras, nas quais ambos eram divulgados como sinônimos de riqueza e de prosperidade aos colonos que se dispusessem a comprar as terras que estavam sendo oferecidas.

“ TERRAS férteis e de primeira qualidade, com matas virgens cobertas de madeiras de lei e pinhais, servidas de abundantes águas e ótimo clima. São terras apropriadas para o plantio de alfafa, trigo, milho, feijão, fumo, cana, parreiras e etc. Não há formigas.

Faz apenas 5 anos que entraram os primeiros colonos, os quais já são mais (de) 2.000. Existe a VILA OESTE, Centro da Colonização, com mais de 200 casas; é provida de luz elétrica, paróquia, comércio, indústria, escolas, médico, oficina mecânica, moinho, serrarias, selarias, hotéis, ferrarias e de outros muitos confortos. E’ zona de grande futuro.

As ESTRADAS são excelentes, dando saída aos produtos por Barril e, mais tarde, para o Norte. Há Linhas de ONIBUS de Carazinho todas as 2<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup> feiras, passando por Sarandí, Barril, Águas do Prado, Mondai e daí até Vila OESTE, centro da Colonização. – AS TERRAS SÃO LEGALIZADAS com títulos perfeitos, dando-se escritura imediata.

Mais informações os interessados poderão obter com a firma BARTH, ANNONI & CIA LTDA. em Carazinho, à Av. Flores da Cunha N.1452, C. postal 95 – fone 87. Ou ainda com o sr. ARCISO PERTILE, C. postal 95, Carazinho, e com os diversos agentes espalhados no interior do Estado.

<sup>120</sup> - ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000, p.167 e 168.

<sup>121</sup> - Além de Gilmar Arruda, outro trabalho interessante sobre esta temática foi escrito por Naxara (2001), mostrando a construção do “sertão”, as relações entre natureza e civilização e a forma com estes foram concebidos durante o século 19 por escritores como Euclides da Cunha e viajantes como Auguste de Saint-Hilaire. Naxara, Márcia. *Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX*. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001.

<sup>122</sup> - ARRUDA, Gilmar. *Op.cit.*, p. 168.

OS NEGÓCIOS podem ser efetuados no escritório da firma em VILA OESTE, ou em CARASINHO (sic)<sup>123</sup>

Como se vê por esta propaganda, divulgada em 1946 pelo jornal Correio Riograndense para atrair colonos gaúchos para o Oeste de Santa Catarina, “terras férteis” e “matas virgens cobertas de madeiras de lei e pinhais” apareciam como grandes atrativos e como elementos capazes de garantir bons lucros e o sustento da família colona nos primeiros anos da migração para uma região que poderia lhe assegurar “grande futuro”. Da mesma forma, a propaganda enfatizava o não isolamento do local onde as terras estavam sendo vendidas, destacando com letras maiúsculas a existência de uma Vila, “VILA OESTE”, habitada por diversos moradores e servida por “ESTRADAS” e “ONIBUS”, além de “outros muitos confortos”. As propagandas, portanto, por um lado transformavam o “sertão” e a natureza em um lugar de utopias e sonhos e por outro mostravam o seu gradativo afastamento da “barbárie” através da ocupação e construção de núcleos coloniais por famílias de colonos migrantes. Estes colonos, ganhavam assim o *status* de “elemento civilizador”<sup>124</sup> que com seu “braço vigoroso” assumiam para si a tarefa de “desbravar” uma região que até então era vista por muitos que ali chegavam como um lugar de “matarias vastas e desertas”, “sem justiça, sem lei, sem escola”.<sup>125</sup>

---

<sup>123</sup> - Anúncio divulgado pelo jornal Correio Riograndense de 1946 mostrando as vantagens de se adquirir as terras vendidas pela colonizadora Barth Annoni & Cia Ltda. Jornal Correio Riograndense. 6.500 lotes coloniais à venda pela nova “colonização oeste” de propriedade da firma Barth Annoni & Cia. Ltda. Garibaldi: Correio Riograndense, 19 jun. 1946, p.04.

<sup>124</sup> - Aqui o status de “elemento civilizador” se contrapõe a discursos construídos no final do século XIX e início do século XX por intelectuais como Silvio Romero, que via nos grupos germânicos e italianos um “perigo” para o país, conclamando as autoridades brasileiras a valorizar o “elemento português”. ROMERO, Silvio. O elemento Português no Brasil (Conferência). Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1902.

<sup>125</sup> - Esta descrição “selvagem” do Extremo-Oeste catarinense pode ser encontrada nos relatos feitos por José Arthur Boiteux, outro membro da comitiva do governador Adolfo Konder que em 1929 visitou a região. Boiteux, José Arthur (1931).



Além dos agentes propagandistas e das propagandas em jornais, outra estratégia utilizada principalmente pela Colonizadora Bandeirante era o envio de correspondência a possíveis famílias interessadas em adquirir terras.

Nesta correspondência, havia por fora do envelope o mapa acima, mostrando a área que estava sendo vendida, e no seu interior um boletim com informações sobre a fertilidade das terras, os produtos que poderiam ser plantados e as possibilidades de futuro para os colonos e suas famílias que resolvessem se instalar na região de Vila Oeste.<sup>128</sup> Segundo Ruy Luchesi, as terras naquele momento eram “baratíssimas”, pois a empresa (Bandeirante) tinha uma certa obrigação de colonizá-las já que as havia recebido do governo federal. Mesmo assim, o negócio era difícil, pois nem todos dispunham do dinheiro necessário para a aquisição destas.

O local de origem dos colonos compradores que chegaram ao Extremo Oeste a partir dos anos 40 era principalmente as “colônias velhas” do estado do Rio Grande do Sul, mas havia colonos também do Paraná, parte de Santa Catarina e até mesmo do estado de São Paulo. O transporte até Vila Oeste era feito geralmente em automóveis ou ônibus das próprias colonizadoras ou de agentes que acompanhavam os colonos até a área que estava sendo comercializada. Para os que resolviam adquirir terras, as duas colonizadoras tinham condições variadas. No caso da Bandeirante, o pagamento era feito quase sempre em duas parcelas, sendo a primeira no ato da venda e a segunda no momento em que a escritura era lavrada em cartório. No caso da Barth, Annoni, o prazo podia ser maior, dependendo das condições do comprador. “Nós fazíamos o seguinte: metade era a vista e metade em seis meses. Se não pagava no prazo eles pagavam 9% de juro ao ano. E pagavam como podia

---

<sup>128</sup> - O mapa acima, elaborado pelo diretor da Bandeirante, Ruy A Luchesi, foi encontrado no arquivo pessoal deste colonizador em formato de carimbo, tendo sido passado para o papel em uma tipografia da cidade.

pagar”.<sup>129</sup> Para abrigar os recém chegados a estratégia das duas colonizadoras também era um pouco diferente. A Bandeirante, por exemplo, não construiu um barracão para abrigar os primeiros migrantes, mas sim pequenas casas onde estes se alojavam temporariamente até fixar-se definitivamente em suas terras. Já a Barth, Annoni, tinha um barracão, “um galpão”, com capacidade para cerca de 10 famílias.

O que as duas colonizadoras tinham em comum, conforme Ruy Luchesi, é que ambas eram empresas como qualquer outra, pois dependiam do dinheiro recebido para continuar no mercado.

A entrada das empresas colonizadoras e a chegada de novos moradores ao Extremo Oeste nos anos 40 representaram, portanto, uma mudança considerável na maneira de ocupação do espaço regional e de relação homem/meio ambiente. Se antes, os caboclos e indígenas eram “donos” de tudo, extraindo da natureza apenas o necessário para seu sustento, agora com a chegada dos colonos “de origem” eles foram, por um lado, tornados “intrusos”, sendo expulsos das terras onde moravam, e, por outro, aproveitados como mão de obra barata na derrubada e beneficiamento da madeira, na abertura de estradas e no trabalho na agricultura. Assim, caboclos e indígenas mesmo tendo contribuído decisivamente para as transformações ocorridas, tiveram sua presença reduzida populacional e simbolicamente, ocupando a partir de então um papel de coadjuvantes em um processo no qual a lógica passou a ser a dos colonizadores.

---

<sup>129</sup> - DAL MAGRO, Olimpio. Op. Cit.

## Turmeiros



Fonte: Acervo pessoal de Ruy A. Luchesi

Na foto acima, de 1944, um grupo de “turmeiros” é retratado no momento em que abria mais uma estrada em Vila Oeste. Um deles, no centro da imagem, com um dos joelhos no chão, parece posicionar seu braço direito estrategicamente sinalizando sua coragem e força física. A sua frente uma enxada.

Coragem, força física, enxada. Elementos que foram e continuam sendo utilizados como símbolos da colonização de São Miguel do Oeste e como forma de distinção do grupo de “pioneiros” do município. Então aquele homem acima também foi um pioneiro, um desbravador? Pergunto-me enquanto tento imaginar o rosto do Desbravador erguido na praça central e de um outro homem de ferro com sua enxada. Concluo que não, eles não têm o mesmo semblante.

O semblante do homem de joelhos é caboclo, é negro, é indígena, é de “bugre” diriam alguns moradores locais. Ao seu redor, outros têm o mesmo rosto: o rosto do

esquecimento e da exclusão. Para muitos, talvez eles tenham sido personagens secundários de uma história na qual os heróis são brancos, descendentes de europeus. Para outros, no entanto, tiveram a mesma importância dos demais colonos, pois também foram fundamentais para o desenvolvimento do atual município de São Miguel do Oeste e da região.

O que se sabe, é que a partir da década de 40, enquanto agrimensores e engenheiros práticos definiam, junto com os administradores das empresas colonizadoras Barth, Benetti e Bandeirante o melhor local para a construção da praça, da igreja, do cemitério e das estradas, os sujeitos acima identificados como “turmeiros” eram os responsáveis pela execução do serviço. Trabalhavam em vários grupos e em toda a região. Conforme Ruy Luchesi, ex-administrador da Colonizadora e Madeireira Bandeirante Ltda, o número de turmeiros na época era muito grande. “Tinha muita gente. Eu não posso calcular o número, mas era muita gente que tinha. (...) Nós pegávamos turmas com 30, outras com 10, outras com 20. Às vezes tinham várias turmas pegando o trajeto”.<sup>130</sup> Estas turmas, segundo ele, moravam provisoriamente em barracos cobertos com folhas de palmeiras ou tabuinhas de madeira, os quais elas mesmas construía próximo aos locais de trabalho e que seriam abandonados três a quatro meses depois, quando concluíssem o trajeto contratado.

Sobre os turmeiros escreveu padre Aurélio Canzi em 1950 ao relatar suas viagens pela região:

“Especialmente gratos nós testemunhamos pela caridosa acolhida que nos foi prodigalizada por toda a parte. Sem esquecer os donos de casas de pouso, mencionamos destacadamente as autoridades, os chefes de empresas (sic), as professoras e professores, os afoitos motoristas que nos conduziam por estradas praticamente intransitáveis, e os humildes turmeiros que tantas vezes nos valeram nos piores atoladores, e nos deram guarida em sua barraca, para não pernoitarmos ao relento”.<sup>131</sup>

---

<sup>130</sup> - LUCHESI, Ruy A. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 10 mai 2002. Acervo do autor.

<sup>131</sup> - Paróquia São Miguel Arcanjo, op. cit, folha 03.

Como se vê, o contato entre o padre e as turmas de trabalhadores de estradas foi freqüente desde os primeiros anos da colonização. Para padre Aurélio, que se autodenominava “peregrino”, este contato além de lhe garantir “guarida” durante a noite, era também a possibilidade que tinha de concretizar um dos seus grandes ideais: evangelizar indígenas e principalmente o grupo de caboclos existente na região.

“Os caboclos, os matreiros, neste coração de peregrino têm e sempre tiveram um lugar de destaque e honra por serem pobres e abandonados. Cristo veio a terra para evangelizar aos pobres, um dia algum talvez alcance possuir o ideal do peregrino.”<sup>132</sup>

A presença dos turmeiros na região refletia a sociedade heterogênea que Guido Sassi tão bem revelou no romance São Miguel. Além deles, quantos outros “pobres e abandonados” existiam no Extremo Oeste? Quantos outros viviam em condições precárias trabalhando aqui e ali, migrando de um lugar ao outro? Quantos outros eram turmeiros, mas também balseiros, peões de madeira e trabalhadores rurais? Destes, quantos eram caboclos, indígenas, afrodescendentes? Quantos possuíam mulheres e filhos?

É muito difícil precisar numericamente, mas com certeza a quantidade destes trabalhadores era muito grande. Apesar disso, há poucas referências a eles e principalmente a suas famílias na história oficial do município e região.

Vale lembrar, no entanto, que, mesmo excluídos da memória oficial, estes trabalhadores foram essenciais para o desenvolvimento regional antes, no início e nas décadas seguintes à colonização. Além disso, continuaram presentes no campo, nas madeiras e nos novos bairros que nasceram na cidade de São Miguel do Oeste a partir dos anos 50 e 60, tendo sua imagem ressignificada em vários momentos da história local e nacional, conforme mostrarei nos próximos capítulos dessa dissertação.

---

<sup>132</sup> - Idem, folha 09

## CAPÍTULO 3

### PROGRESSO E EXCLUSÃO: A CIDADE VISTA DE BAIXO (1954-1984)

Em novembro de 1954 um grande desfile festivo marcou a posse do primeiro prefeito e dos primeiros vereadores eleitos de São Miguel do Oeste. Nesta ocasião, desfilaram pelas ruas da cidade, meninos e meninas com trajés de escolares e de indígenas, além de homens e mulheres, a pé, a cavalo, em tratores, carros e caminhões.<sup>133</sup>

Entre os participantes do desfile, alguns carregavam cartazes, faixas e a bandeira nacional. Em uma dessas faixas, conduzida juntamente com uma imagem de um índio guarani, lia-se: “C.E. Guarani saúda o prefeito e os vereadores”.<sup>134</sup> Já uma outra, colocada



Desfile de posse do novo prefeito e vereadores – 1954

Fonte: Foto Stúdio Andrin

no alto de um caminhão, lembrava dos diferentes grupos étnicos presentes em São Miguel do Oeste e região: “Homenagem da (madeira) Farro ao

<sup>133</sup> - A descrição deste desfile festivo está sendo feita a partir de um conjunto de sete fotografias tiradas pelo fotógrafo Martin José Andrin no dia da posse do novo prefeito e vereadores de São Miguel do Oeste.

<sup>134</sup> - Foto Stúdio Andrin. Alguns atletas do C. E. Guarani e moças na homenagem ao sr. prefeito e vereadores. 1954. 1 álbum (33 fot.): preto e branco, 10 X 15, foto nº 06.

Fritz, Bepe e ao Caboclo”.<sup>135</sup> Próximo dali, em baixo de árvores, em frente a casas e prédios públicos, dezenas de pessoas pareciam atentas a toda aquela movimentação.

O desfile de posse do novo prefeito e vereadores em 15 de novembro de 1954 marcou um momento importante na história local, pois representou não só a ascensão dos primeiros políticos escolhidos pelo voto popular para administrarem o município recém criado, mas também uma maior visibilidade de sujeitos pertencentes ao grupo que mais tarde seria identificado como “pioneiros” e “desbravadores” de São Miguel do Oeste.<sup>136</sup>

Na eleição de 1954 o prefeito eleito foi Olimpio Dal Magro, comerciante e ex-diretor das colonizadoras Barth, Annoni e Pinho e Terras. Já para vereadores, os escolhidos foram o Ex-Intendente distrital Avelino De Bona, o pároco da Igreja Matriz São Miguel Arcanjo padre Aurélio Canzi, os empresários Pedro Waldemar Ramgrab e Vany Massoni, o ex-delegado de polícia Aloísio Arsênio Klein, o agricultor e representante da Colonizadora Pinho e Terras em Romelândia Arvin Wrasse e o ex-prefeito Walnir Bottaro Daniel. Destes últimos, Canzi e Ramgrab foram eleitos pelo Partido Libertador (PL), enquanto os demais, inclusive o prefeito Olimpio Dal Magro, pertenciam a União Democrática Nacional, UDN.

A composição do poder no recém criado município de São Miguel do Oeste refletia as mudanças pelas quais passava a região do antigo município de Chapecó desde o início dos anos 50. Conforme mostraram Hass (2000) e Nodari (1999), a partir deste período o grupo político dos antigos coronéis, agora concentrado no Partido Social Democrático (PSD), foi gradativamente perdendo seu poder em várias áreas do Oeste em função dos

---

<sup>135</sup> - Foto Stúdio Andrin. Homenagem ao sr. Olimpio Dal Magro, qdo. de sua posse como prefeito. 1954. 1 álbum (33 fot.): preto e branco, 10 X 15, foto nº 09.

<sup>136</sup> - Vale lembrar que, entre fevereiro (mês da instalação do município) e novembro de 1954 (data da posse dos eleitos), a cidade teve dois prefeitos provisórios: Leopoldo Olavo Erig e Walnir Bottaro Daniel.

diversos movimentos emancipacionistas que surgiram em toda a região.<sup>137</sup> Até então, segundo Nodari, era “uma elite de origem portuguesa”, transferida da capital do estado, que ocupava os principais cargos do poder público, como prefeitos, delegados de polícia, juizes de direito, vereadores e outros funcionários de órgãos governamentais. De acordo com ela, estas pessoas, apesar de formarem um grupo relativamente pequeno, “acabavam ditando as normas” da política regional, ao mesmo tempo em que eram as guardiãs dos discursos, da memória e dos símbolos nacionais. Já os outros grupos, como os italianos e alemães, foram obrigados a se adaptar a esta situação, “renegociando sua etnicidade”, principalmente durante o Estado Novo, quando tiveram que se preocupar em garantir a sua sobrevivência econômica, social, cultural e física, diante do processo de nacionalização que os colocou em perigo.<sup>138</sup>

Em São Miguel do Oeste a presença dessa “elite de origem portuguesa” era visível e se refletia nos cargos ocupados em entidades civis e órgãos públicos locais. A Sociedade Amigos de Vila Oeste, por exemplo, formada em 1949 com o objetivo de transformar Vila Oeste em Distrito, tinha como presidente de honra João Batista Zecca e como presidente João Batista Machado Vieira, ambos pertencentes ao grupo dos “de origem portuguesa” ligados à elite chapecoense. Este último fora inclusive o primeiro “Intendente-Exator” da nova Vila, tendo sido sucedido em 1950 por Generoso Rodrigues de Moraes.<sup>139</sup> Neste processo, deve-se levar em conta que a permanência destes últimos em cargos públicos não se devia apenas a uma questão étnica, mas vinculava-se também a sua filiação partidária. Ou seja, Zecca, Vieira e Moraes eram ligados direta ou indiretamente ao PSD, que entre

---

<sup>137</sup> - Somente em 1953, ano do desmembramento de São Miguel do Oeste, foram criados outros sete novos municípios no Oeste: Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Mondai, Palmitos, São Carlos, Xanxerê e Xaxim.

<sup>138</sup> - NODARI, Eunice S. Op. cit. p. 06.

<sup>139</sup> - IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Vol. 32. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p.349 a 352.

1947-1950 estava no poder tanto na prefeitura municipal de Chapecó, quanto no governo do Estado de Santa Catarina.

Mas, e os caboclos e indígenas presentes no desfile de 15 de novembro de 1954?

Estes, como vimos acima, participaram simbolicamente do cerimonial festivo, sendo lembrados por crianças e adultos através do uso de trajes “típicos”, faixas e cartazes. Acompanhados da bandeira nacional ou simplesmente desfilando a pé ou em carro aberto, eles serviram como símbolos da brasilidade de uma região onde o poder estava cada vez mais concentrado nas mãos de descendentes de alemães e italianos. Por outro lado, davam um sentido de unidade a um território dividido por partidos cujos vínculos étnicos ainda eram muito fortes. Segundo Mônica Hass, a imagem da UDN, grande vitoriosa em São Miguel do Oeste, era de um partido voltado especialmente aos alemães, enquanto partidos como PSD e PTB disputavam o eleitorado italiano e caboclo. Esta identificação dos udenistas com os alemães, de acordo com ela, tinha a ver com a campanha de nacionalização ocorrida na era Vargas, “durante os governos de Aristiliano e Nereu Ramos, (este último agora líder do PSD), quando os imigrantes e descendentes de alemães foram perseguidos, presos e maltratados”.<sup>140</sup>

É importante salientar, entretanto que, em 1954, teutos e ítalos já não eram mais considerados uma ameaça ao país pelo governo brasileiro, porém, continuavam fragilizados e influenciados por práticas e representações construídas durante a campanha de nacionalização. Entre estas práticas estavam as comemorações de feriados nacionais com desfiles de escolares e outras formas de demonstrações patrióticas, as quais identificavam a continuidade de um discurso nacionalista em todo o Oeste catarinense. Segundo Nodari

---

<sup>140</sup> - HASS, Mônica. Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local – 1945-1965. Chapecó: Argos, 2000, p.159.

(1999), nos anos 50, a região permanecia influenciada por este discurso construído durante o Estado Novo e que fazia com que o passado pessoal e local acabasse “desvanecido” no universo de uma “memória pública nacional”. “Os interesses locais, regionais, de classe e étnicos, permaneceram, sem dúvida, de uma forma ou outra, mas o teor dominante acabou sendo nacionalista”.<sup>141</sup> Esta situação, de acordo com ela, só se alterou anos mais tarde, quando finalmente a memória pública local e regional passou para o primeiro plano.

Pelas considerações feitas acima, percebe-se, portanto que a presença indígena e cabocla no desfile de 15 de novembro de 1954 fazia parte de um processo mais amplo que tinha, por um lado, a ascensão do grupo dos “de origem” italiana e alemã e, por outro, a decadência dos antigos coronéis locais e daqueles pertencentes a uma “elite de origem portuguesa” que estava no poder até então. Apesar desta mudança, houve a manutenção da “memória pública nacional”, pois esta, em função da campanha de nacionalização, estava “enraizada” na cultura regional.

Ainda sobre indígenas e caboclos, o segundo ponto importante a ser ressaltado é que, apesar de estarem presentes na posse dos recém eleitos e, de forma geral, também no cotidiano da nova cidade, estes dois grupos continuavam sendo vistos como “intrusos” pelos dirigentes locais, tendo pouco ou nenhum acesso aos espaços constitutivos de poder. Aos olhos destes dirigentes e de boa parte da população local, caboclos e indígenas não passavam de mão-de-obra barata a ser utilizada em madeireiras, no transporte das balsas, na abertura de estradas, no trabalho com a erva-mate, na empreitada de lavouras, entre outras atividades. Além disso, estes últimos não faziam parte da cidade idealizada por segmentos da sociedade regional, pois eram vistos como sinônimo de atraso e, portanto, indesejáveis

---

<sup>141</sup> - NODARI, Eunice. Op. cit. p. 291

dentro de uma lógica desenvolvimentista e de progresso. Neste ponto, a exclusão não se limitava aos caboclos e indígenas, mas ia além das fronteiras étnicas chegando inclusive ao grupo dos colonos “de origem” com pouco poder aquisitivo, os quais também não faziam parte diretamente das instâncias locais de poder, apesar de boa parte do discurso regional e estadual se fundamentar na imagem destes como Colonos construtores de uma região progressista e em franco desenvolvimento.

O exposto acima torna-se evidente se retornarmos à nominata dos eleitos em 1954 em São Miguel do Oeste. A partir dela, é possível perceber que de todos os escolhidos naquela ocasião apenas um (Arvin Wrasse) provinha diretamente da área rural do município, o que mostra um controle urbano dos cargos eletivos municipais. Entre os eleitos, a maioria era composta de colonizadores, madeireiros e comerciantes. Eram estes que estavam também à frente de clubes, entidades e associações existentes na cidade, como o Clube Esportivo Guarani, o Clube Atlético Montese e, mais tarde o CTG Porteira Aberta, Clube Comercial, Lions Clube, Associação Comercial Industrial de São Miguel do Oeste, entre outros. Um exemplo bastante elucidativo dos espaços ocupados por esta elite urbana pode ser dado a partir da biografia do ex-colonizador, Olimpio Dal Magro. Este, além de ter sido diretor das empresas colonizadoras Barth, Annoni e Pinho e Terras, foi também um dos principais líderes da Sociedade Amigos de Vila Oeste, primeiro prefeito e, anos mais tarde, vereador de São Miguel do Oeste. Além disso, Dal Magro foi presidente do Clube Esportivo Guarani e do Clube Atlético Montese, sócio fundador do Lions Clube, do Frigorífico Peperi S/A, da Gener Agroindústria e do Frigorífico Safrita de Itapiranga. Foi

ainda proprietário de madeiras, ervateira, empresa de ônibus e concessionárias de veículos.<sup>142</sup>

A biografia de Dal Magro retrata, portanto, os diferentes espaços por onde circulavam as elites locais. Enquanto isso, os pequenos agricultores “de origem”, assim como indígenas, caboclos e outros sujeitos pertencentes às camadas mais pobres da população migueloestina estavam em geral excluídos do processo eleitoral, das decisões tomadas, das entidades criadas e do modelo de cidade desejado por este grupo minoritário. É sobre este município, dividido e cheio de contradições, que tratarei abaixo.

### **A indústria madeireira e a formação da elite migueloestina**

Para o ex-fotógrafo Martin José Andrin a instalação do município de São Miguel do Oeste em 1954 “foi um momento de festa, de alegria”. “Porque facilitava pra tudo. Porque qualquer coisinha tinha que ir a Chapecó. Tudo quanto era documento tinha que ir fazer em Chapecó”.<sup>143</sup> Para ele, assim como para os demais moradores da antiga Vila Oeste e dos outros sete novos municípios criados naquele momento, o desmembramento trouxe maior autonomia e facilitou a vida, permitindo o acesso a serviços antes distantes. Além disso, realimentou o sonho e a esperança de muitos em um futuro cheio de prosperidade, bem como abriu caminho para inúmeras transformações nos espaços urbanos e rurais do novo município.

---

<sup>142</sup> - Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste. Associadas fundadoras da Associação Comercial e Industrial: Olímpio Dal Magro. Disponível em: [www.smo.com.br/acismo/historia/olimpio.htm](http://www.smo.com.br/acismo/historia/olimpio.htm). Consulta em 22/04/2002.

<sup>143</sup> - ANDRIN, Martin José. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 06 mai. 2002. Acervo do autor.

Em 1954, viviam em São Miguel do Oeste em torno de 12 mil habitantes.<sup>144</sup> Deste total, a grande maioria concentrava-se na zona rural onde dedicava-se ao plantio de milho, trigo e feijão, à extração e venda de madeiras e à criação de suínos. Já na sede do município, os moradores residentes estavam envolvidos especialmente com o comércio, os serviços públicos e a indústria madeireira, esta última uma das principais fontes de renda da população local. “O comércio maior que existia aqui era a madeira”, recorda Martin José Andrin, morador da cidade desde 1951. “Serrava madeira e levava pra fora. Então tinha, porque foi contado, 30 caminhões-reboque que carregavam madeira pra Mondai e também para o Carazinho (RS). (...) Quem cortava mais madeira era a Sican – Sociedade Indústria & Comércio Aparício Nunes Ltda. Tinha oito serrarias”.<sup>145</sup>

Apesar de ser um negócio bastante lucrativo, conforme já mostrei no capítulo anterior, e necessitar de diversos trabalhadores, o número de pessoas empregadas em serrarias, madeiras e outros setores da economia local não passou de cinco operários por empresa até o final dos anos 50, segundo dados da Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina.<sup>146</sup> Em se tratando da indústria madeireira, estes números são questionáveis, pois provavelmente não levaram em conta que muitos trabalhadores atuantes neste setor eram contratados apenas como tarefeiros ou empreiteiros e que, por isso, não apareciam nos registros oficiais. “Era tudo empreiteiro”, afirmou Olímpio Dal Magro em entrevista concedida em maio de 2002.<sup>147</sup> “A maior parte era gente que vinha só pra

---

<sup>144</sup> - Os dados de população são uma estimativa feita pelo autor com base nos números fornecidos pelos Censos Demográficos de 1950 e 1960, nos quais São Miguel apresentou uma população total de 7.362 e 19.359, respectivamente.

<sup>145</sup> - ANDRIN, Martin José. Op.cit. A importância da indústria madeireira também é confirmada pelos demais entrevistados.

<sup>146</sup> - IBGE. Op. cit.

<sup>147</sup> - DAL MAGRO, Olímpio. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 11 mai. 2002. Acervo do autor.

trabalhar no serviço de madeireira”, lembrou ele, confirmando que este era inicialmente um ofício étnico desenvolvido especialmente pelo grupo de *brasileiros* residentes na região. Eram estes trabalhadores que, conforme mostrou Martin José Andrin, enfrentavam as piores condições de trabalho, de alimentação e de moradia.

“Eles (os empreiteiros e peões de madeireira) sofriam muito. O que eu vi aonde eles cortavam longe daqui, dá uns quinze quilômetros, o que os empregados passavam no meio daquele mato, o que eles comiam eu não conseguiria comer. (...) Tinha uma serraria aqui, aqui havia seus empregados. Os que puxavam as torras moravam aqui (na Vila). Mas a maioria dos empregados das serrarias que ficavam longe morava onde tinha a serraria, perto da serraria, ao redor da serraria”.<sup>148</sup>

Foi, portanto, a partir do trabalho de sujeitos como estes descritos acima, muitos deles anônimos, que o novo município de São Miguel do Oeste pôde crescer economicamente e desenvolver sua estrutura urbana ao longo dos anos 50. Foi principalmente a partir da extração e comercialização da madeira e da agricultura que se tornou possível a formação de uma elite urbana em São Miguel do Oeste, constituída por donos de madeiras, proprietários de terra, comerciantes, profissionais liberais e funcionários públicos. Esta elite, no entanto, não era homogênea. Ao invés disso, estava dividida por disputas políticas e familiares, formando, segundo Margareth Maria Missen Drefahl, verdadeiros “clãs” locais.<sup>149</sup> Estes “clãs”, de acordo com ela, eram grupos fechados que reuniam as famílias mais abastadas da cidade, as quais atuavam e se reuniam em partidos políticos e clubes sociais, além de outros espaços. Usufruindo do poder econômico que os pais possuíam, os filhos dessa elite eram mandados para estudar em colégios fora do município, principalmente em Curitiba e Passo Fundo, retornando definitivamente à cidade após estarem formados. Eram os membros desses “clãs” que

---

<sup>148</sup> -ANDRIN, Martin José. Op.cit.

<sup>149</sup> - DREFAHL, Margareth M. M.. Entrevista informal concedida a Adriano Larentes da Silva. Joinville, 28 jul. 2002.

ditavam as normas de conduta e o modelo de cidade desejado. Para isso, eles utilizavam-se dos diversos espaços já descritos acima, além dos jornais impressos e mais tarde também do rádio.

### **São Miguel: a “Princesa do Oeste”**

Após a instalação do município em 1954 e, principalmente nos anos seguintes, as autoridades migueloestinas mostravam-se eufóricas e esperançosas com as mudanças que vinham ocorrendo em São Miguel e em todo o país. Esta euforia aparecia estampada na imprensa local que, seguindo a tendência nacional, também procurava reafirmar a importância do progresso para a região e enfatizar os sinais de sua chegada. Para ela, cada nova obra inaugurada representava a efetivação das mudanças desejadas e a certeza de um futuro promissor.

“Com a presença de autoridades estaduais e municipais e o povo em geral que estão convidados para este ato, deverá ser inaugurada, hoje, às 11 horas, os dois conjuntos Diesel que fornecerão luz e força à cidade. Os referidos motores foram cedidos pelo Governo do Estado ao município, por convênio, devendo os mesmos fornecer 300 KW A de luz a cidade de São Miguel”.<sup>150</sup>

Da mesma forma, grandes projetos que surgiam na cidade ou região eram recebidos com festa pelas autoridades e pela população e logo noticiados com entusiasmo pela imprensa local.

“Soube nossa reportagem que um grupo de homens de negócio desta cidade, havia tomado a iniciativa de formarem uma sociedade para a construção de um frigorífico, a sêr (sic) localizado em São Miguel do Oeste. (...) É realmente uma iniciativa de vulto. Grande capital, grande empreendimento”.<sup>151</sup>

---

<sup>150</sup> - Jornal A Voz da Fronteira. Hoje, às 11 horas, inauguração da Força e Luz dos novos motores. São Miguel do Oeste, 06 dez. 1959. Ano II, nº 63, p.01.

<sup>151</sup> - Jornal A Voz da Fronteira. O Extremo Oeste Catarinense será dotado de Moderno Frigorífico. São Miguel do Oeste, 08 abr. 1962. Nº 16, p.01

E continua um dos colaboradores do mesmo jornal em outra reportagem:

“Tal indústria significará, não só um grande passo ao progresso de São Miguel; não só trabalho para dezenas de operários, mas também um melhor pagamento aos suínos criados pelos nossos colonos e granjeiros. (...) Estamos de parabéns”.<sup>152</sup>

Conforme os discursos da imprensa da época, o progresso e os seus benefícios eram objetivos a serem alcançados. Para isso, deveria haver a colaboração dos diferentes setores da sociedade local. Isto faria com que, ao final, todos saíssem ganhando, tanto os moradores do campo quanto os da cidade.

No final dos anos 50, apesar do otimismo com a gradativa chegada do progresso, São Miguel do Oeste ainda era um município essencialmente rural. Em 1958, segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, viviam na área urbana do município apenas 1650 pessoas, o que representava menos de quinze por cento do total da população.<sup>153</sup> O restante, cerca de oitenta e cinco por cento, continuava vivendo no meio rural.<sup>154</sup>

Apesar do baixo número de habitantes urbanos, São Miguel e outras “cidadezinhas” da região vinham gradualmente aumentando sua população e melhorando sua infraestrutura. “Nossas cidadezinhas, já estão perdendo a feição de burgos coloniais, e estão de fato se convertendo em cidades”, escreveu, em novembro de 1959, um dos colaboradores do jornal *A Voz da Fronteira*. Neste período, além da melhoria no serviço de energia elétrica que até então era precário e atendia um baixo número de famílias, a cidade também ganhou novos telefones, escolas e outras edificações. Também nesta época e nos

---

<sup>152</sup> - PICHETTI, Antonio. *Frigorífico São Miguel S/A*. Jornal *A Voz da Fronteira*. São Miguel do Oeste, 15 abr. 1962. Nº 17, p.01.

<sup>153</sup> - O total de habitantes em 1958, segundo esta estimativa, era de 11.197.

<sup>154</sup> - IBGE. Op. cit. p. 351

anos seguintes, instalaram-se em São Miguel do Oeste novas agências bancárias, revendas de automóveis, cooperativas, indústrias e agroindústrias, usina hidroelétrica, entidades e órgãos públicos estaduais e federais. Com isso, a cidade foi pouco a pouco se consolidando como pólo econômico e político do Oeste Catarinense, o que acabava encorajando a imprensa e as autoridades locais a buscarem novas denominações para ela.

Uma dessas denominações apareceu no jornal *A Voz da Fronteira* em 1959 durante as eleições para prefeito municipal e, em seguida, com a oficialização da instalação do colégio dos irmãos Lassalistas na cidade. Nesses dois momentos, São Miguel foi apresentada como a “Princesa do Oeste”, um lugar “sorridente” e de “vertiginoso progresso” que vinha “tomando o vulto de gigante (...), um gigante idealizado”.<sup>155</sup> Era esse “gigante idealizado” que, segundo a imprensa e autoridades locais, precisava ser bem estruturado para que pudesse fazer frente às mudanças que continuavam ocorrendo rapidamente na cidade e no campo.

Sobre estas mudanças, afirmou em agosto de 1965, o então candidato a prefeito municipal de São Miguel do Oeste, Pedro Waldemar Ramgrab: “O desenvolvimento, aqui, atingiu um ritmo tal de evolução que nada poderá impedir seu prosseguimento”.<sup>156</sup> Por isso, segundo Ramgrab, era preciso dotar especialmente a área urbana de serviços e infraestrutura capaz de fazer frente aos novos tempos e também simbolizar o “progresso” alcançado. Entre estes serviços, os mais urgentes, conforme ele, eram o nivelamento e abertura de novas ruas, o calçamento das ruas centrais, a canalização de córregos e riachos,

---

<sup>155</sup> - A denominação “Princesa do Oeste” e as demais expressões que aparecem acima entre aspas foram publicadas no jornal *A Voz da Fronteira* nº 42, de 12/07/59, nº 44, de 26/07/59, nº 45, de 02/08/59, nº 60, de 15/11/59 e nº 62, de 29/11/59.

<sup>156</sup> - RAMGRAB, Pedro W. Programa de uma administração – 1966-1970. São Miguel do Oeste, ago. 1965.

a conclusão da praça central, a ampliação do perímetro urbano, a organização do Plano Diretor da cidade e a construção de novas habitações.

“Com o advento da era industrial que se instalará em São Miguel do Oeste, por fôrça (sic) da eletrificação, a demanda de habitações, em breve, se constituirá em grave óbice para a localização de elevado número de famílias, o que desde já deve ser assunto para preocupações”.<sup>157</sup>

No seu plano de governo, Ramgrab apontava, portanto, para o aumento no número de habitantes da cidade e definia as principais medidas a serem tomadas diante das modificações que ocorreriam na estrutura urbana de São Miguel nos próximos anos. E Ramgrab de fato estava certo em suas previsões, pois a cidade não só cresceu em número de habitantes como também se transformou nas décadas seguintes no município mais urbanizado da microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina, segundo o IBGE. Em 1960, o Censo Demográfico mostrou que residia no meio urbano de São Miguel do Oeste 18% da população local, percentual que passou para 35% em 1970, 52% em 1980, 60% em 1991 e 85% em 2000.<sup>158</sup>

Com o crescimento da população urbana de São Miguel do Oeste, a sede do município passou a ser cada vez mais o centro das atenções das autoridades locais. Até porque ela era a vitrine do município, assim como Vila Oeste fora no passado a vitrine da colônia. Como vitrine, a cidade deveria passar uma imagem positiva, de progresso e desenvolvimento, capaz de atrair novas indústrias e empreendimentos. Além disso, com o crescimento da economia, as elites migueloestinas ganhavam ainda mais força no município, exigindo novas e contínuas mudanças nos espaços urbanos.

---

<sup>157</sup> - Idem, p. 05.

<sup>158</sup> - Os números em habitantes urbanos para este período são os seguintes, segundo os Censos Demográficos do IBGE: 1960, 3.539; 1970, 7.956; 1980, 18.712; 1991, 25.638; 2000, 27.378.

Estas elites, através dos jornais impressos, da emissora de rádio e do poder público, acabavam sendo as principais construtoras da imagem local, ao mesmo tempo em que também eram as mais interessadas em ter uma cidade com o conforto, a beleza e a estrutura dos maiores centros urbanos do país. Neste sentido, o Plano Diretor que entrou em vigor em 1970 possuía um papel decisivo, pois tinha a função de efetivar o modelo de cidade desejado.

### **A cidade da ordem e do progresso**

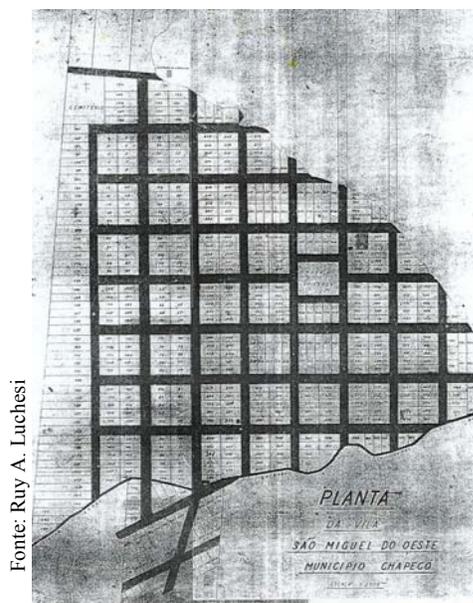


Foto área da cidade – 2000  
Fonte: Foto Stúdio Andrin

A foto acima mostra São Miguel do Oeste a partir de uma perspectiva aérea que privilegia o traçado retilíneo de suas ruas e avenidas. Nesta imagem recente, a cidade parece inicialmente imóvel, tal qual a Nova Iorque observada do alto do *World Trade*

*Center* por Michel de Certeau nos anos 70.<sup>159</sup> Olhada de um plano aéreo, ela se mostra funcionalista, ordenada; um lugar difícil ou quase impossível de se perder. Suas largas vias conduzem seus ocupantes de um lado ao outro de uma forma que é aparentemente prática e rápida. As construções nela existentes também demonstram uma certa homogeneidade e seus moradores parecem desaparecer na magnitude de suas formas. Vista do alto, ela é a materialização da cidade ideal: a cidade da ordem e do progresso.

A atual cidade de São Miguel do Oeste foi projetada no início dos anos 40 e seguiu o modelo de outras cidades modernas do mundo ocidental. Foi concebida para ser higiênica, organizada, bonita e progressista.



Fonte: Ruy A. Luchesi

Mapa de Vila Oeste – anos 40

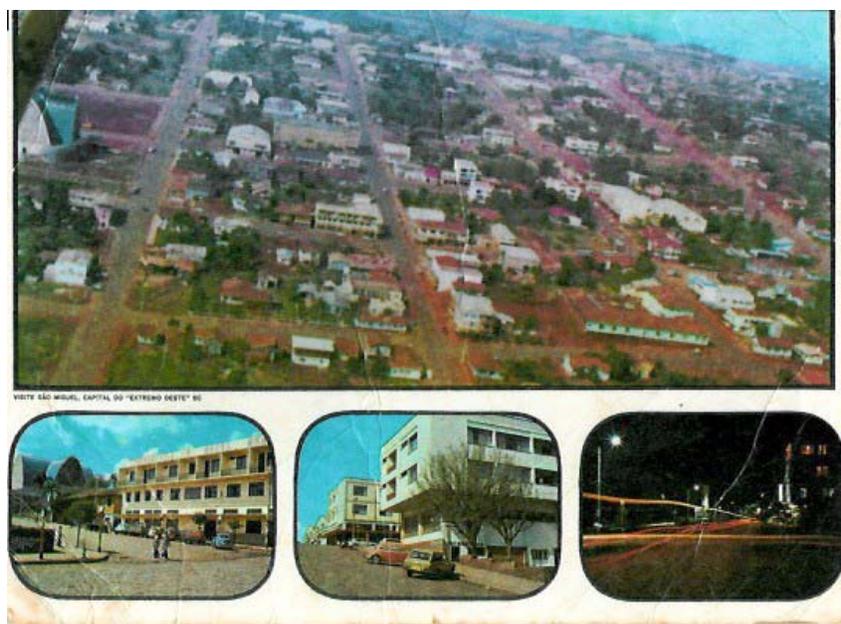
O mapa ao lado, mostra Vila Oeste de um plano aéreo, deixando claro a forma geométrica como esta foi dividida. Foi a partir deste modelo, idealizado nos anos 40, que São Miguel cresceu e enfrentou o processo de urbanização das décadas seguintes. Assim, em 1970, quando entrou em vigor o novo Plano Diretor da cidade, as bases já haviam sido lançadas.

Pelo Plano Diretor de 1970, as larguras de 20 e 25 metros para ruas e avenidas, definidas no início da colonização na década de 40, foram mantidas. Já os tamanhos de praças, calçadas e novas edificações deveriam seguir o padrão estipulado pelo poder público local. Nas ruas com calçamento, por exemplo, não seriam aceitas e nem licenciadas construções de casas de “madeira rústica e sem pintura a óleo ou

<sup>159</sup> - CERTEAU, Michel de. Caminhadas pela cidade. In: *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 6ªed. Petrópolis: Vozes, 2001, p.169-191.

similar (...), sem janelas de vidro e com metragem inferior a 56m<sup>2</sup>” e nem tão pouco “construções de puxados”, muito comuns entre boa parte dos habitantes locais.<sup>160</sup> Da mesma maneira, as construções ou reformas de edifícios nas áreas centrais, deveriam ser submetidas a “censura estética da Prefeitura”, principalmente quando as fachadas estivessem voltadas para logradouros públicos. Nestes casos, era “expressamente proibido” pinturas “berrantes” nas fachadas, pois estas iam contra a “estética” da cidade.<sup>161</sup>

Com o novo Plano Diretor, tentava-se colocar em prática uma cidade que seguisse os padrões de beleza, limpeza e organização definidos pela elite local. Esta cidade deveria passar uma imagem de “progresso”, principalmente aos moradores de outras localidades do Estado e do país. A construção desta imagem seria feita de diversas maneiras, inclusive através de fotografias e cartões postais que, principalmente a partir da década de 60, procuravam mostrar São Miguel de um plano aéreo.



Cartão Postal de São Miguel do Oeste – 1972  
Fonte: Acervo de Lúcia Vaz

<sup>160</sup> - Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. Lei nº611 – Aprova o Plano Diretor da Cidade e dá outras providências. São Miguel do Oeste: Pref. Municipal, 09 nov. 1970, folha 03.

<sup>161</sup> - Idem, folha 15.

No cartão postal acima, a tentativa de criar uma imagem de organização e de “pujança” econômica da cidade de São Miguel foi feita através de uma panorâmica que privilegiou o traçado retilíneo das largas ruas e avenidas da área central e de fotos aproximadas mostrando as ruas calçadas, arborizadas e iluminadas e os edifícios e automóveis ali presentes. Complementando o poder de atração das imagens, o cartão também traz escrito em si uma mensagem convidando para uma visita a São Miguel, apresentada nele como a “Capital do ‘Extremo Oeste’” de Santa Catarina.

Guardadas as especificidades de cada período e de cada documento, poderíamos dizer que a imagem construída através do cartão postal acima se assemelha muito daquela que a empresa colonizada Barth, Anonni procurava passar através do anúncio publicado no jornal Correio RioGrandense de 1946, analisado no capítulo anterior. Ou seja, havia uma cidade planejada e organizada e nela estavam todos os sinais de “civilização”. No caso da propaganda, o que se destacava era a fertilidade das terras, a existência de casas, moradores, comércio e uma infraestrutura mínima, a ligação através de estradas e ônibus. No caso do cartão, continuam aparecendo os mesmos elementos, os quais agora, ao invés de aparecer por meio de um texto descritivo, são apresentados através de imagens visuais. No cartão o atrativo das terras é substituído por uma cidade que se apresenta grande e ordenada. Nele, é possível ver as casas, os edifícios, as ruas asfaltadas e iluminadas, os automóveis e a estação rodoviária (imagem central) e observar o não isolamento do local.

Além de cartões postais e fotografias, a projeção de uma imagem positiva da cidade ocorria também através de festas, exposições e feiras, como era o caso da FAISMO – Feira Agro-Industrial e Comercial de São Miguel do Oeste que teve sua primeira edição em abril de 1974. Entre os objetivos iniciais da FAISMO estavam a necessidade de “estabelecer

maior intercâmbio entre agropecuaristas e técnicos de todos os Estados da Federação”, “divulgar as realizações da Indústria, Comércio” locais, “atrair capitais de investimentos nas atividades agropecuárias, bem como a implantação de novas indústrias” e “projetar os municípios de São Miguel do Oeste e Descanso, e a Região Extremo Oeste Catarinense no cenário Nacional e Internacional”.<sup>162</sup> A FAISMO, na visão dos seus organizadores, ajudaria a divulgar a cidade e a região Extremo Oeste externamente possibilitando que elas crescessem ainda mais a partir do incremento da produção agrícola, agropecuária, industrial e comercial. De acordo com o jornal *O Estado* de abril 1976, a FAISMO era a “fórmula para o Extremo Oeste promover progresso”.

“Com apenas três versões da Feira Agro-Industrial de São Miguel d’Oeste, a fisionomia da região já vem sofrendo profundas transformações. É a pecuária recebendo contribuições valiosas para seu desenvolvimento e expansão. (...) São os comerciantes buscando a atualização do mercado e dos sistemas de mercadologia. São os industriais investindo em novas áreas da atividade (...). São os administradores públicos a sentir e a aferir os novos anseios de uma comunidade desenvolvimentista, sem falar no entusiasmo de trabalho e participação que a FEIRA desperta em todos aqueles que dela tomam parte...”<sup>163</sup>

Portanto, com a FAISMO, o discurso de que São Miguel era a “Capital do Extremo Oeste” ganhava cada vez mais força e servia de estímulo para novas mudanças no perímetro urbano.

O conjunto de medidas que citei acima, entre elas a melhoria da infraestrutura urbana, a elaboração de um Plano Diretor para a cidade e a criação da FAISMO, inserem-se em um contexto de mudanças pelas quais São Miguel vinha passando especialmente nas décadas de 60 e 70 e que possibilitaram para alguns grupos a manutenção e a reconstrução

---

<sup>162</sup> - FAISMO. Regulamento geral da 1ª feira agro-industrial e comercial de São Miguel do Oeste. São Miguel do Oeste, jan. 1974, p.01.

<sup>163</sup> - O Estado. Faísmo é fórmula para extremo oeste promover progresso. Florianópolis, 21 abr. 1976, Caderno Especial, p. 02.

de sonhos e utopias presentes desde os primeiros anos da colonização. Dessa forma, para muitos moradores locais, continuava a haver motivos para que os discursos que construíam São Miguel como um lugar de futuro promissor, de progresso e de riqueza também se mantivessem. No entanto, para além da permanência do discurso desenvolvimentista e das medidas voltadas à construção de uma cidade esteticamente ideal, havia diversos outros territórios e situações que não se adaptavam ao modelo desejado e que não podiam ser capturados de um plano aéreo.

### **Entre o rural e o urbano**

Quando Ramão e Carlinda dos Santos migraram para a cidade de São Miguel do Oeste em meados dos anos 70, decidiram levar consigo animais e produtos da agricultura. “Eu trouxe uns porcos, umas galinhagem, bastante produto”, informou ele.<sup>164</sup> Assim, o casal pensava em garantir o sustento para a família nos primeiros tempos, se precaver contra quaisquer imprevistos e também manter um vínculo com o meio rural.<sup>165</sup>

O caso de Ramão e Carlinda não é exceção. Como eles, diversos outros agricultores deixaram o campo naquele mesmo período e também mantiveram na cidade muitos de seus hábitos rurais. Chegavam quase sempre desiludidos com a situação da agricultura, porém mantinham-se ligados a ela através de pequenas plantações, da criação de animais e de outras práticas cotidianas. Eram práticas que desestabilizavam censos demográficos, mapas e normas que definiam os limites entre os habitantes do campo e da cidade. Estas

---

<sup>164</sup> - SANTOS, Ramão. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 31 jan. 2003. Acervo do autor.

<sup>165</sup> - Antes de migrar para a cidade, Ramão e Carlinda moravam de agregados no interior do município. Na cidade o local escolhido para residir foi o bairro São Jorge.

mostravam a vida e o movimento do meio urbano e rural e se contrapunham a ordem estabelecida e idealizada e que era apresentada através de imagens panorâmicas.

A criação de animais, principalmente nas áreas centrais da cidade, foi sempre uma prática condenada pela imprensa, autoridades e por alguns moradores locais. No jornal *A Voz da Fronteira* de 1962, esse tema aparecia associado a outros assuntos como a existência de “privadas” e “mato” no centro urbano, o excesso de barulho de alguns “fandangos”, a falta de energia elétrica, a péssima condição de algumas estradas e ausência de uma infraestrutura urbana mínima.

Dentre os principais críticos em relação a estes temas, um dos que mais se ocupou com eles neste período assinava com o pseudônimo ALFI-NETE. Este aproveitava sua coluna semanal, intitulada “Você SABIA?...” para questionar as autoridades e a população local.

“Você SABIA?... (...) que as coisas que mais exalam mau cheiro em nossa cidade são: essas criações de porcos, esse gado e também esse nosso sistema de esgotos, com serviços pela metade? (...) que “EU” vou pôr um Jardim Zoológico em minha casa? E que vai me sair por preço X..... as feras que lá vou Ter..., pois são essas que estão se criando nos “matos” das nossas...cal...?çadas? (...) que a nossa querida “cidade que mais cresce, no Oeste Catarinense” à noite, nas ruas é uma escuridão completa?...”<sup>166</sup>

Além de ALFI-NETE, as críticas à manutenção de práticas rurais na cidade e à falta de uma boa infraestrutura urbana também eram feitas por outros moradores de São Miguel.

Em ofício encaminhado em janeiro de 1962 ao médico chefe do Posto de Saúde de São Miguel do Oeste, um dos moradores do centro reclamava dos “suaves perfumes” das “privadas” e do “mau cheiro” vindo da criação de suínos ali existente e solicitava providências para “atenuar” o “sofrimento” sentido.

---

<sup>166</sup> - Os trechos acima foram extraídos da Coluna “Você SABIA?...” dos dias 28/10, 25/11 e 02/12/1962.

“Resido no centro de nossa cidade, porém mais parece que no meio colonial, e isto porque vizinhos existem que se dão ao desprate de fazer criação de suínos, contaminando o ar, tornando-o o mais das vezes insuportável, atraindo com isto os mais variados insetos propagadores de moléstias. Aproveito da mesma forma, requerer a V.S., no alcance de sua função, a interferir junto aos proprietários de casas dentro da zona urbana de nosso município, a providenciarem conforme é determinada por lei, a instalação de sanitários, com as respectivas fossas, porquanto, o método até então adotado, ou seja, “as privadas”, não mais se coadunam com o crescimento de nossa cidade, e mesmo infectam o ar com “seus suaves perfumes””.<sup>167</sup>

Meses mais tarde, quem também escreveu para o jornal *A Voz da Fronteira* foi o próprio chefe do Posto de Saúde local. Este, em tom de lamento pergunta: “Deus meu: - haverá município mais azarado que o meu?” Para ele, São Miguel era um “pedaço abandonado” no Extremo Oeste de Santa Catarina e a situação vivenciada naquele momento era um “castigo” que a população deste local não merecia.

“Abandonado sim, parece-nos até um insulto ao brio dos que habitam por estas plagas, um desleixo tão grande no trato daquilo que o povo necessita, daquilo que interessa diretamente o povo. É desejo sincero o meu: que as coisas mudem, que o progresso chegue a São Miguel e aqui se estabeleça”.<sup>168</sup>

A chegada do progresso, segundo este morador, poderia ser efetivada se as autoridades municipais seguissem o exemplo de outras grandes cidades como São Paulo, mesmo que para isso fosse preciso usar de estratégias não muito convencionais.

“Lembro-me bem, e não vão muito longe, daqueles tempos, em que, criança ainda, íamos e passávamos horas e horas, deliciando-nos, contemplando maravilhados, trabalhadores braçais, que com auxílio de burros e pequenas carroças, abriam as estradas que ajudaram a construir a grandeza de São Paulo de hoje. Diz a sabedoria popular, que quem não tem cão caça com gato. Vá lá, vá lá, diz o moço aquele... Mas ao menos, se não tem cães, ajeitem bons gatos e quem sabe, sigamos o exemplo de São Paulo”.<sup>169</sup>

Também no ano de 1962, outro fator que incomodava as autoridades e uma parcela da população de São Miguel do Oeste era a realização de determinados “fandangos” nos

<sup>167</sup> - GEVAERD, Victor N. Perfume e insetos. Jornal A Voz da Fronteira. São Miguel do Oeste, 28 jan. 1962. Nº 06.

<sup>168</sup> - CURY, Camilo. Deus meu!!!. Jornal A Voz da Fronteira. São Miguel do Oeste, 16 dez. 1962. nº 46.

arredores da cidade. Um deles, segundo denúncia encaminhada à delegacia de polícia e publicada pelo jornal *A Voz da Fronteira*, estava localizado na rua Santos Dumont, bairro Azevedo. Ali, os moradores se queixavam da existência de “pessoas desconhecidas e desordeiras” que faziam “grandes algazarras” ao saírem dos “Fandangos” do “João Weber”. “(...) vimos solicitar-lhe medidas que julgar cabíveis ao caso, na observância da ordem e respeito aos moradores, quando por ocasião destes fandangos, pois exigimos o respeito, apelamos pela ordem e queremos dormir tranqüilos”, escreveram eles ao delegado regional de polícia em maio de 1962.<sup>170</sup>

Os moradores da Santos Dumont, portanto, “apelavam pela ordem”, o chefe do Posto de Saúde desejava que o progresso chegasse definitivamente à cidade, o morador do centro exigia providências em relação aos suínos, as privadas e seus odores, enquanto ALFI-NETE, além de questionar a presença de animais na cidade, também lembrava do “mato” nas calçadas, do esgoto inacabado, da “escuridão completa” das ruas do centro durante a noite. Todos estes sujeitos e as situações por eles abordadas no jornal local mostravam que a cidade sonhada, da ordem e do progresso, era difícil de ser efetivada. Da mesma forma os limites entre campo e cidade eram extremamente tênues. “Resido no centro de nossa cidade, porém mais parece que no meio colonial”, reclamou Gevaerd.<sup>171</sup> Para ele e outros habitantes de São Miguel do Oeste, as fronteiras entre o rural e o urbano eram deslocadas ou eliminadas por “suaves perfumes” exalados pelas “privadas” e pela criação de porcos, bois e outros animais, pelas plantações nas áreas centrais e por outros hábitos e costumes da população deste município. O odor dos animais criados no centro e

---

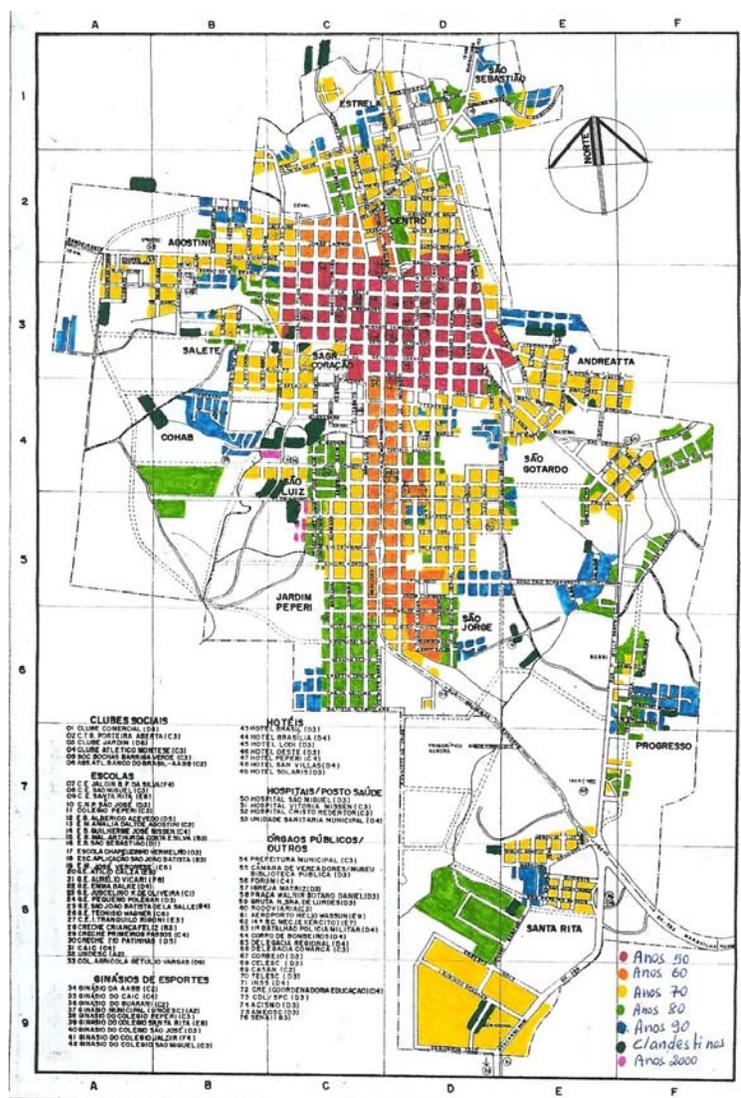
<sup>169</sup> - Ibidem.

<sup>170</sup> - SILVA, P. Olívio da. Exigimos respeito, apelamos pela ordem e queremos dormir tranqüilos. Jornal *A Voz da Fronteira*. São Miguel do Oeste, 06 mai. 1962, nº19.

<sup>171</sup> - GEVAERD, Victor N. Op. cit.

os outros odores mencionados representavam assim as fronteiras ou a ausência delas. Além disso, eram vistos como sinais de atraso e associados ao mundo rural. Estes odores se diferiam daqueles que anos mais tarde viriam das chaminés do Frigorífico Peperi (atual Aurora), os quais simbolizavam o progresso e, com a ajuda dos ventos, levavam a cidade para o campo.

### De agricultor a operário



Mapa urbano de SMO  
Fonte: Prefeitura Municipal

O mapa acima mostra o crescimento urbano de São Miguel do Oeste nos últimos 50 anos. Através dele, percebe-se a ampliação dos espaços ocupados e os períodos em que houve maior crescimento.

A cor vermelha indica a área urbana liberada para novas construções na década de 1950, demonstrando uma concentração populacional ao redor da Igreja Matriz. Ao final desse período, os limites da cidade eram, segundo este mapa, a atual avenida Salgado Filho, o Estádio do Guarani, a rua Willy Barth e a região do Cemitério Municipal.<sup>172</sup> Já na década de 60 (cor laranja), percebe-se que a cidade cresce em direção a região Norte e mais acentuadamente no sentido Sul, acompanhando a rua Waldemar Ramgrab que neste momento consolidou-se como uma das principais vias de acesso a São Miguel do Oeste.<sup>173</sup> Pelo mesmo mapa, verifica-se também que na década de 70 (cor amarela) e nos anos seguintes (cores verde, azul e rosa) há a ampliação do perímetro urbano ao mesmo tempo em que as ocupações começam a ocorrer de forma irregular, atingindo todas as regiões da cidade.<sup>174</sup>

Foi dentro da lógica descrita acima, que a cidade de São Miguel do Oeste cresceu nos últimos 50 anos, tornando-se o local de moradia de inúmeros sujeitos, entre eles ex-agricultores oriundos do interior do próprio município e de outras cidades de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foram especialmente estes ex-agricultores que, a partir dos anos

---

<sup>172</sup> - Até 1955, os limites da cidade eram ainda menores do que o demonstrado acima, conforme mostra a lei nº 47 de dezembro daquele ano. Os novos limites estabelecidos por esta lei foram os seguintes: “Começa no lageado Guamirim, à rua Almirante Barroso, segue ao Oeste até a rua Marcilio Dias; sobe por esta , rumo Norte, até a linha divisória das chácaras, seguindo-a até encontrar a linha Norte-Sul que divide os lotes urbanos com as chácaras; desce por esta até a rua Sete de Setembro, pela qual segue, ao Leste, até encontrar o lageado Guamirim.” Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. Lei nº 47, de 10 de dezembro de 1955. Altera a área do perímetro urbano da cidade. São Miguel do Oeste: Prefeitura Municipal, folha 76, livro 01.

<sup>173</sup> - Até então, o transporte da madeira e outros produtos era feito pela Linha Barra do Guamerim.

<sup>174</sup> - Em 1972 entrou em vigor a lei 701, alterando a área do perímetro urbano da cidade de São Miguel do Oeste.

60 e 70, contribuíram para aumentar o número de loteamentos de antigas chácaras e para alterar a fisionomia da cidade de São Miguel do Oeste.

A chegada de moradores vindos das áreas rurais a partir deste período foi motivada por diversos fatores. Entre eles estão: a gradativa partilha das terras pelas famílias, a falta de políticas agrícolas para as pequenas propriedades, a modernização dos implementos agrícolas, as intempéries (secas, geadas, chuvas de granizo), o aumento no número de agricultores “integrados” e as novas exigências das agroindústrias em operação na região, além, é claro, dos atrativos oferecidos pela cidade, como melhor acesso à escola, à saúde, entre outros “benefícios”. Estes diversos fatores, apesar de suas peculiaridades regionais, eram na sua maior parte o resultado de uma política agrária e de urbanização, construída pelo Regime Militar e pelos governos estaduais a partir de uma lógica de progresso e de modernidade.<sup>175</sup>

Atílio Greggio foi um desses agricultores que migraram para o perímetro urbano de São Miguel do Oeste, por volta de 1976, indo morar em uma chácara nas proximidades da Cooper São Miguel, na região Oeste da cidade. Antes disso, ele residia na Linha Alto Caçador, em uma terra que recebera de seu pai como presente de casamento.

“Onde eu morava era um lugar meio ruim de água. Não tinha muita alternativa para a criação de suínos. Porque outras coisas, plantar muito a gente era poucos e não podia produzir muito, era pouca safra. A Ana que é minha esposa ela tinha as crianças pequenas, ajudava (na lavoura) mas não era lá muito. E eu sozinho, começou alguns problemazinhos de saúde e então resolvi de ir mais perto da cidade pra tentar mudar de agricultor para operário”.<sup>176</sup>

---

<sup>175</sup> - Para maiores informações sobre este assunto consultar: Espíndola, Carlos José. As Agroindústrias no Brasil: “o caso Sadia”. Chapecó: Grifos, 1999.

<sup>176</sup> - GREGGIO, Atílio. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. Florianópolis, 14 fev. 2003. Acervo do autor.

Na cidade, Atílio foi trabalhar inicialmente em uma madeireira, local onde encontrou diversos outros ex-agricultores como ele.

“O que se encontrava lá, que trabalhava (em madeireira), eram todas pessoas iguais a mim, que estavam vindo do campo em busca de coisas melhores, que não estavam indo muito bem na agricultura. Uns por pouca terra, pouco espaço, e outros porque desanimavam. Os preços também já começavam a não dar resultado. Não viam o resultado do trabalho e estavam deixando o campo e vindo. Um pouco também influenciados (por aqueles) que diziam que (na cidade) se trabalhava e chegava no fim do mês ganhava aquele salário que dava pra se virar bonito. Lá na roça sabe, uma safra vem uma vez por ano, qualquer intempérie, seca, já fica uma safra frustrada. Então muitas pessoas vinham com esse objetivo, pensando ser melhor na cidade”.<sup>177</sup>

Por volta de 1979, após ter passado por duas madeireiras, Atílio, ainda com problemas de saúde, conseguiu emprego como ajudante de motorista em um comércio local. No novo emprego, segundo ele, tudo ia bem, tendo sido inclusive promovido a motorista de caminhão, quando inesperadamente o comércio no qual trabalhava acabou fechando as portas. Foi neste momento, que o ex-agricultor decidiu então voltar para a agricultura, sem porém, deixar de morar na cidade. “Continuei morando lá (na cidade). Quando eu saí da agricultura eu não tinha vendido o pedaço de terra que eu tinha, uma pequena morada. E daí eu voltei trabalhar em cima daquela morada, mas continuei morando lá perto da cidade”.<sup>178</sup> Atílio tornou-se assim um “urbano-residente”<sup>179</sup>, colaborando diretamente para a instabilidade das fronteiras entre campo e cidade. Isto porque, mais do que manter práticas rurais no meio urbano, ele e sua família faziam da chácara onde moravam uma extensão das terras que possuíam no interior do município.

“Quando voltei na agricultura, eu tinha um terreno um pouco grande perto da cidade, (mas meio retirado (do centro). Lá todo mundo criava os (seus) animaizinhos. Eu tinha uma vaca.

<sup>177</sup> - Atílio trabalhou em duas madeireiras. Na primeira havia, segundo ele, cerca de 60 empregados e na segunda em torno de 30. GREGGIO, Atílio. Op. cit.

<sup>178</sup> - GREGGIO, Atílio. Op. cit.

<sup>179</sup> - O termo “urbano-residente” foi usado por Milton Santos (2000, p. 91) para designar todos aqueles que moram nas cidades e trabalham no campo.

E o produto que eu colhia na agricultura pagava frete e levava (para a cidade). Eu criava uns porquinhos, tinha a vaca, e o que sobrava vendia. Ela (a esposa) e as crianças cuidavam disso aí. Ela foi se virando, ela dava um jeito. (...) Era como se tivesse no interior, só mais perto da cidade. Continuava a mesma vocação do campo”.<sup>180</sup>

Situação semelhante a do agricultor Atílio Greggio, era vivida pela família de Dona Maria Giongo. Ela, o esposo e mais 10 filhos chegaram à cidade também nos anos 70, vindos do município gaúcho de Soledade. “Ele (o esposo) sempre tinha vontade de vim. Falavam de São Miguel. Tinha o velho Chapão que era conhecido dele e ele veio atrás e daí comprou terra aqui. (...) Eu cheguei e gostei de ficar aqui. Parecia que ia tudo melhor. A gente lá sofria muito na roça”.<sup>181</sup> Em São Miguel, o local escolhido pela família Giongo foi uma área recém loteada no bairro Andreatta. Ali, Dona Maria trabalhava a maior parte do tempo em casa, enquanto o esposo passava a semana fora, trabalhando em uma terra adquirida no interior. “Eu em casa. Fazia doce, pastel e coisarada pra vender”, informou ela. Já os filhos que, no início ajudavam na roça e vendiam os quitutes preparados por Dona Maria, foram aos poucos arrumando empregos na cidade. “(...) depois pegaram a estudar...daí todos eles estudavam e começaram a trabalhar um pouco. Aqui quase todos trabalharam. Na Madebal (madeira), por ali assim”.<sup>182</sup>

As histórias de Atílio e Maria mostram, portanto, um pouco da dinâmica do crescimento urbano de São Miguel nos anos 70, período no qual ocorreu um aumento considerável do êxodo rural em toda a região Oeste de Santa Catarina. Suas trajetórias revelam uma cidade que foi se espalhando com a chegada de famílias de pequenos agricultores, as quais passaram a ocupar áreas cada vez mais distantes do centro. Por outro lado, ao mesmo tempo em que isto ocorreu, criou novos espaços para a manutenção de

---

<sup>180</sup> - GREGGIO, Atílio. Op. cit.

<sup>181</sup> - GIONGO, Maria. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 23 jan. 2003. Acervo do Autor.

<sup>182</sup> - Idem

práticas agrícolas no meio urbano e para que este local continuasse sendo uma extensão do campo, indo assim na contramão dos discursos oficiais construídos naquele período para a cidade.

### ***Mundo Novo, Buraco Quente e Barra do Guamerim: territórios de conflitos***

Com o aumento do número de moradores e a ampliação do perímetro urbano de São Miguel do Oeste nos anos 60 e 70, áreas antes rurais passaram a ser cada vez mais habitadas. Entre elas, estão as duas nas quais foram morar Atílio e Maria. A primeira denominada na época Mundo Novo situava-se na parte Oeste, enquanto a segunda, conhecida popularmente como Buraco Quente, ficava no lado Leste da cidade.

Nestas duas comunidades o processo de ocupação seguiu lógicas um pouco diferentes uma da outra, apesar de abrigar sujeitos com trajetórias parecidas. Isto porque, enquanto na primeira, parte dos antigos moradores foi sendo expulsa, não resistindo à pressão da especulação imobiliária, na segunda foi o próprio processo de loteamento e comercialização de terras que favoreceu a entrada de famílias com pouco poder aquisitivo, inclusive as de pequenos agricultores. Paralelo aos processos vivenciados por estas duas comunidades da área urbana, em uma outra região do município, denominada Barra do Guamerim, os conflitos também tornavam-se cada vez mais visíveis à medida que foram se formando neste local dois grupos distintos de moradores. Um deles, composto por colonos “de origem” e o outro integrado em sua maioria por *brasileiros* pobres que formaram na Barra do Guamerim uma espécie de “favela rural”, conhecida como *Loteamento*.

É sobre estes três territórios acima e seus conflitos que tratarei a seguir.

*Mundo Novo: uma região “manjada”*

A região do Mundo Novo, hoje bairro Salete, era inicialmente parte da zona rural do município de São Miguel do Oeste. Localizada em uma baixada, era cortada por um pequeno rio e habitada por três grupos de moradores.

O primeiro deles, era composto por colonos “de origem” instalados na fase inicial da colonização do município. Estes eram proprietários de chácaras e de terras, as quais mais tarde foram transformadas em loteamentos. O segundo grupo, era formado por *brasileiros* que ao longo dos anos foram “se colocando” nos fundos das terras que oficialmente eram destes primeiros. “Na época, os proprietários dessas áreas não davam importância. Como era perto de um riacho, um córrego, eles foram se colocando”, lembra o ex-agricultor Atilio Greggio.<sup>183</sup> Estes moradores da região ribeirinha, em geral trabalhavam nas terras dos colonos “de origem” da localidade ou atuavam como diaristas, tarefeiros e empregados em outras partes da cidade e do interior.

Já o terceiro grupo era composto por ex-agricultores e migrantes de diferentes etnias que chegaram ao Mundo Novo principalmente a partir dos anos 70 com a venda de lotes e chácaras e com a instalação de serrarias e madeireiras na região analisada. Destes, alguns moravam em suas próprias casas, enquanto a grande maioria residia nas casas construídas pelas serrarias e madeireiras ali instaladas.

Entre os três grupos, o segundo e o terceiro eram os que reuniam o maior número de moradores. Eram também nestes grupos, especialmente no segundo, que estavam as famílias economicamente mais pobres, as quais não eram vistas com bons olhos, principalmente pelos descendentes de italianos e alemães residentes no bairro. Esta visão

---

<sup>183</sup> - GREGGIO, Atilio. Op. cit.

negativa, presente inclusive entre aqueles “de origem” com pouco poder aquisitivo, se manifestava fundamentalmente em relação aos *brasileiros* que habitavam nas proximidades do riacho que cortava a comunidade e aqueles que trabalhavam nas madeireiras e serrarias e moravam nas casas por elas construídas. No entanto, é possível que as disputas e conflitos internos em toda a região analisada não ocorriam apenas em função das identidades étnicas de seus moradores, pois envolviam também o próprio grupo de *brasileiros* excluídos.

Apesar da existência destes grupos e subgrupos descritos acima, as percepções dos demais moradores de São Miguel do Oeste em relação ao Mundo Novo, acabava não refletindo estas diferenças. Para quem não era do local, a impressão era de uma região “perigosa”, habitada por pessoas de índole duvidosa.

“Ele (o Mundo Novo) era meio manjado porque qualquer coisa que o pessoal falava a referência era o Mundo Novo. Uma pessoa que não era muito uma pessoa de bem diziam que tinha que ir morar no Mundo Novo. Era uma péssima imagem que tinham. No início era assim”.<sup>184</sup>

Essa imagem negativa da região do Mundo Novo foi sendo parcialmente alterada principalmente a partir dos anos 80 à medida que as populações mais pobres do local foram saindo em função do fechamento e da diminuição no número de funcionários de serrarias e madeireiras ali instaladas. Foi nessa época também que aumentou o número de novos moradores vindos do interior do município e de outras cidades circunvizinhas, os quais passaram a comprar terrenos e chácaras nas proximidades da área habitada pelos *brasileiros*. “Apertados”, estes últimos foram obrigados a sair do local e ir em busca de novos espaços para morar.

“Começaram a chegar os loteamentos no Mundo Novo. Os proprietários começaram a lotear as áreas e foi chegando (novos moradores) e daí foi apertando aquelas famílias lá. Então aquelas famílias começaram a ir embora dali. Uns tinham pequenas propriedades,

---

<sup>184</sup> - Idem

outros era só barraco. Uns vendiam, outros simplesmente abandonavam. Daí foram indo. Uns iam para o bairro São Luiz, hoje é São Luiz, antes tempo eu não sei nem dizer o nome desse local, fica nos fundos da cidade, em uma baixada. Outras famílias iam lá para a costa do (rio) Índio (que era) outro local também que as terras tinham os donos mas eles não davam importância. Foram se encostando perto dos rios. Outras famílias foram para o outro lado da cidade que é um lugar de bastante morro. Daí se colocavam lá provisoriamente. Hoje pertence ao Bairro Andreatta, São Gotardo. Antigamente chamavam Buraco Quente”.<sup>185</sup>

Como se percebe por este depoimento, houve a partir dos anos 80 profundas mudanças no antigo Mundo Novo, fazendo com que a região fosse gradualmente deixando de ser um território habitado predominantemente por famílias de *brasileiros* economicamente pobres. Estas, no entanto, apesar de terem deixado o novo bairro, permaneceram em sua maioria na cidade, distribuindo-se por seus diversos espaços. Entre estes espaços, está a comunidade abaixo.

*“Buraco Quente” não: “agora é bairro Andreatta!”*

A história da região de São Miguel do Oeste conhecida como “Buraco Quente” ou bairro Andreatta tem muitos pontos em comum com aquela descrita acima, começando pela ocupação deste local que, assim como no caso do Mundo Novo, ocorreu por grupos distintos de moradores.

Nesta região, os moradores mais antigos também eram aqueles pertencentes a famílias que entraram com o início da colonização do atual município de São Miguel do Oeste. Destas, a primeira foi a de David Andreatta, que chegou com os pais ao local em 1941, vinda de São Sebastião do Caí-RS. Nessa época, segundo David, a área ocupada “era puro mato”. “Aqui aquela época era puro mato. Depois nós derrubamos o mato, plantamos

---

<sup>185</sup> - Idem

e tal e o meu pai loteou, fez o bairro” informou ele em entrevista concedida em janeiro de 2003.

A área adquirida pela família Andreatta nos anos 40 foi loteada nos anos 70, tendo recebido inúmeras famílias de ex-agricultores e diversos outros migrantes. Destes, “alguns vinham de cidades vizinhas”, segundo Seu David, enquanto os demais eram provenientes do próprio município. Entre os novos moradores, uns se fixaram nas partes mais altas, enquanto os outros se concentraram em uma região íngreme, as margens de um pequeno córrego. Para os que moravam neste último local, as dificuldades de locomoção até o centro da cidade ou bairros vizinhos eram muitas, principalmente em função da falta de estradas e da existência de um aclive acentuado. “O morro era brabo, mas se dava jeito”, recorda Dona Maria.<sup>186</sup> “Tinha uma sanguinha ali. A piazada ia no colégio, tinha uma tábua que passava e eles resvalavam dentro (risos). Depois ergueram a estrada um pouco.” Segundo ela, nos anos 70 “era só um pique, carro não subia. Não tinha ainda estrada. Depois que abriram. Não tinha (estrada) nem daqui para o São Gotardo (bairro vizinho) e nem para a cidade (centro).”

Além de Dona Maria, outra moradora do atual bairro Andreatta, era a ex-agricultora Neide Barbieri, que chegou ao local há cerca de 25 anos, acompanhada do esposo e mais sete filhos.

“Nós vendemos lá (no interior) e ele (o esposo) começou, procura daqui, procura dali e nós gostamos de morar pra cá. Olhamos tudo, gostamos daqui e viemos morar e pronto. Não conhecia nada. Não tinha quase ninguém. E os filhos então começaram a vender coisas assim daqui e dali e daí começaram a trabalhar fora junto com o pai deles, de pedreiro. Saía de segunda e voltava de sábado. E assim fomos fazendo a vida”.<sup>187</sup>

---

<sup>186</sup> - GIONGO, Maria. Op. cit.

<sup>187</sup> - BARBIERI, Neide. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 23 jan. 2003. Acervo do Autor.

Em 1978, época da chegada de Dona Neide na região do atual bairro Andreatta, existia neste local menos de cem residências, conforme percebe-se por fotografia aérea tirada neste período.<sup>188</sup> Por esta fotografia nota-se que, apesar de relativamente povoada, a área analisada apresentava neste período diversos espaços sem construções. Estes espaços, de acordo com os depoimentos de Dona Maria e Dona Neide, foram sendo ocupados a partir dos anos 80 com a instalação de novas casas de comércio e residências. “Acho que não faz muitos anos. Há dez, doze, quinze anos atrás que ele (o bairro) começou a crescer bem, começou a povoar bem, arrumar as estradas e tudo”, recorda Dona Neide. “O Pedro botou aquele mercadinho ali e foram botando e foi indo. O Koll também veio aquela vez e botou um mercado. Dali foi aumentado”, complementou Dona Maria.

Apesar do crescimento e das transformações ocorridas nos últimos 30 anos, o atual bairro Andreatta manteve uma imagem bastante negativa diante do restante da cidade ao longo de todo esse período. Conhecida popularmente na cidade como “Buraco Quente”, esta região foi, e continua sendo até hoje, vinculada à violência e à pobreza. Na documentação pesquisada, esse retrato negativo da comunidade aparece claramente em vários momentos, entre eles, nas entrevistas gravadas, as quais mostram os conflitos existentes em relação a este local. Dona Maria, por exemplo, recorda do dia em que soube que o esposo comprou o terreno nesta região. “Na hora que meu velho comprou a propriedade ele veio e disse: ‘comprei lá no Buraco Quente’. Eu disse, mas tu não tinha outro lugar? (risos)”. Segundo esta moradora, a construção desta imagem do bairro se devia a bares e um salão de baile que existia em uma área da baixada, onde de vez em quando ocorriam brigas entre os seus freqüentadores. Outro fator que contribuía para a manutenção

---

<sup>188</sup> - Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Fotos aéreas de São Miguel do Oeste. 1978. Preto e branco, 23 x 23, foto nº 16904.

deste estereótipo era a existência de um conjunto de casas habitadas por pessoas muito pobres, as quais trabalhavam nas madeiras dos arredores ou fazendo biscates na cidade e no campo. A chegada destas pessoas havia sido motivada, entre outros fatores, pela expulsão de algumas delas de outras regiões da cidade, como era o caso daquelas que habitavam o Mundo Novo, e também pela venda de terrenos a preços menores que os praticados no mercado local. “Meu pai começou a lotear e vendeu bastante terreno barato. Então ali tinha gente pobre que conseguiu comprar o terreninho pra fazer uma casinha” informou Seu David Andreatta.

Foi em função da existência de uma área de grande pobreza e marginalização que em 1984 a Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição decidiu construir no bairro Andreatta o seu local de residência e de atuação junto à comunidade, tendo esta escolha causado “estranheza na cidade”.

“Para concretizarem seu intento, uma comissão de Irmãzinhas dirigiu-se a São Miguel do Oeste com a tarefa de conversarem com o então pároco, Pe. Cyrillo Matiello, com o qual acertaram o projeto, escolhendo inclusive o local da moradia, o Bairro Andreatta, onde se verificavam condições de abandono e marginalização, ambiente propício para a inserção. Houve estranheza na cidade por esta opção das irmãs, uma vez que o Bairro Andreatta não gozava de bom nome. Mas, foi nele mesmo que as Irmãzinhas compraram um terreno, à Rua Amazonas 435. E aí construíram sua moradia”.<sup>189</sup>

A entrada das Irmãzinhas da Imaculada Conceição no bairro Andreatta e seu trabalho orientado pela Teologia da Libertação<sup>190</sup> contribuíram decisivamente para a organização da comunidade, possibilitando inclusive a construção de uma capela católica e

---

<sup>189</sup> - Paróquia São Miguel Arcanjo. Op. cit. p. 189-190.

<sup>190</sup> - A Teologia da Libertação é fruto de uma reestruturação que ocorreu na Igreja Católica da América Latina desde os anos cinquenta, com a criação da Confederação Episcopal Latino-Americana (CELAM), e principalmente a partir dos anos sessenta com o Concílio Vaticano II, a segunda e a terceira Conferência Geral da CELAM, realizadas respectivamente em Medellín, na Colômbia em 1968 e em Puebla, no México, em 1978. Foi a partir destes vários acontecimentos que a Igreja Católica passou a se posicionar sobre os problemas que ocorriam no mundo, fazendo uma opção pelos pobres. Portanto, a Teologia da Libertação surgiu para adaptar a Igreja Católica à realidade da América Latina e para dar um sentido libertador às

o surgimento de novas lideranças, fazendo com que o local passasse a ser visto com outros olhos pelas autoridades municipais e pelo restante da população da cidade. Simultaneamente ao trabalho das irmãs, o bairro passou por mudanças consideráveis também em sua estrutura. Das famílias pobres que ali viviam muitas foram morar em outras regiões da cidade ou em outros municípios de Santa Catarina e do Brasil. Etnicamente, isto representou uma diminuição do número de *brasileiros* que ali viviam e conseqüentemente uma presença maior de sujeitos das demais etnias como italianos, alemães, poloneses, entre outros, os quais, mesmo sendo em sua maioria também economicamente pobres, possuíam pelo menos um capital financeiro mínimo, produto em geral do trabalho na lavoura e de terras comercializadas na área rural. Dessa forma, estes últimos acabaram sendo os principais incentivadores para que casas ou barracos ali existentes dessem lugar a residências com um padrão melhor de construção.

Mesmo com essas mudanças que ocorreram no bairro Andreatta nos últimos anos, a pesquisa que realizei em janeiro de 2003 com moradores de diferentes regiões da cidade, mostra que tanto a denominação “Buraco Quente”, quanto o sentido negativo associado a esta palavra se mantêm até os dias atuais entre alguns habitantes do município. Dos 25 questionários aplicados, em cinco há referências ao bairro Andreatta como uma das piores regiões da cidade para se morar, sendo que em dois deles aparece a expressão “Buraco Quente”. Entre as justificativas apresentadas pelos entrevistados para a resposta dada estão definições como “lugar feio e perigoso”, “buraco”, “baixada”, região de “difícil acesso”, “distante do centro”. O que é curioso, no entanto, é que dos cinco questionários com estas respostas, dois foram aplicados nas extremidades da cidade (bairros Santa Rita e São

Sebastião), portanto “distantes do centro”, enquanto os outros três foram respondidos por moradores de duas das regiões mais estigmatizadas de São Miguel do Oeste (bairros São Luiz e Salete/Mundo Novo), consideradas “feias e perigosas” por moradores de outras áreas do município.

Por outro lado, é interessante observar como os próprios moradores do bairro tratam desta questão e deste conflito, procurando inclusive evitar fazer comentários que possam trazer à tona a imagem negativa vinculada à sua comunidade. Sobre isto, a entrevista que gravei com David e Carmelinda Andreatta em janeiro de 2003 é bastante elucidativa. Nela, Dona Carmelinda confirma que no passado o bairro onde mora era conhecido como “Buraco Quente”, porém procura deixar claro que isto é coisa do passado, pois hoje em dia ninguém mais utiliza esse nome. “Agora ninguém fala mais. Tu falou agora porque... mas ninguém fala mais. Não, agora é bairro Andreatta”. Tanto Dona Carmelinda como seu esposo David dizem não gostar que utilizem o nome “Buraco Quente”. “Eu sempre dizia pra sogra, mãe dele, que era pra botar um nome de santo. Daí ela disse: ‘não, vai ficar registrado o nome do pai (esposo)’, que é o Andreatta, seu Guerino Andreatta. Daí ficou Guerino Andreatta. Ela não quis botar nome de santo”. E insistiu dona Carmelinda: “Não, agora ninguém fala mais isso aí, não”. Quando falei sobre outras entrevistas que mostraram que ali no bairro havia brigas e diversos bares, ela ironicamente respondeu: “Não sabia se tinha briga lá (na baixada). Nunca ouvi falar. Não, tu também nunca ouviu né?” pergunta ao esposo como quem quer encerrar a conversa por aí. A abordagem sobre este assunto gerou um clima de certa desconfiança entre os entrevistados que a partir daí restringiram suas palavras enquanto eu perguntava sobre o crescimento do bairro e as mudanças ocorridas. O clima só voltou ao normal quando tornei a questionar sobre a cidade, a religiosidade, a festa

do padroeiro, os “pioneiros”. Ou seja, quando voltei a tratar de assuntos que estão ligados aos discursos e a história oficial de São Miguel do Oeste.

*Comunidade X Loteamento: um conflito étnico e social na Barra do Guamerim*

Além dos dois espaços acima, outro local de grades conflitos em São Miguel do Oeste até o final dos anos 70 era a comunidade denominada Barra do Guamerim. Situada na área rural do município, esta localidade foi desde os anos 40 a porta de entrada de antigos e novos migrantes, bem como o caminho por onde passaram os recém emigrados com seus produtos e os caminhões carregados com a madeira que era levada para o rio Uruguai em Mondaí.

Na Barra do Guamerim funcionou por vários anos um moinho movido a água, uma serraria e, mais tarde, também um soque de erva. Neste local, havia ainda “uma pequena bodega e uma escola medindo 30 m<sup>2</sup>, de tábua bruta, feita pela firma SICAN para os filhos de seus empregados e dos agricultores”.<sup>191</sup>

Foi também na Barra do Guamerim que formou-se por volta dos anos 50 e 60 uma espécie de “favela rural” em uma área loteada nas proximidades da atual sede da comunidade.<sup>192</sup> Neste local, segundo o casal Nelson e Josefina Daniel, viviam em torno de 90 a 100 moradores, divididos em cerca de 30 famílias. “Cada vinte, trinta metros tinha

---

<sup>191</sup> - Barra do Guamerim. In: Paróquia São Miguel Arcanjo. 50 anos de caminhada: 1950-2000. São Miguel do Oeste, 2000, p. 78-79

<sup>192</sup> - O termo comunidade no contexto acima se refere ao espaço de convívio coletivo dos moradores, local onde no passado existia a escola, a Igreja Católica, o campo de futebol, entre outros. Já o termo Comunidade, com C maiúsculo e empregado a seguir, está relacionado à identificação utilizada pelas famílias “de origem” para diferenciar seu local de residência e seu pertencimento coletivo. Neste último caso, o termo Comunidade é empregado em oposição ao termo Loteamento.

uma casa, uns ranchos”, relembra ele.<sup>193</sup> “A Igreja era do outro lado do rio e aquela que tinha tipo favela era pelo lado de cá do rio”, explicou Dona Josefina.<sup>194</sup> O local de origem da maioria destas famílias, de acordo com Nelson e Josefina, era o norte do Rio Grande do Sul. Já entre os motivos da vinda, estavam as propagandas de parentes e conhecidos que chegavam a Barra do Guamerim em busca de terras baratas e de prosperidade. “Tinha um que era da comunidade e ele começou vender os direitos, porque era tipo um direito só<sup>195</sup>, e daí vinha um e já vinha mais os conhecidos dele, os parentes, e cada vez aumentava mais”, informou Seu Nelson. Já para outro morador da Barra do Guamerim, o objetivo das pessoas que comercializaram as terras era transformar o local em uma cidade. “Queriam fazer uma cidade lá”, explicou o também agricultor Pedro Severino Moss.<sup>196</sup>

Independente dos objetivos existentes com a comercialização das terras e a formação do *Loteamento*, o certo é que a entrada destes moradores na Barra do Guamerim acabou provocando inúmeros conflitos que colocaram em lados opostos colonos “de origem” ou os que se autodenominavam “da Comunidade” e os *brasileiros*, vistos como o “pessoal do Loteamento”.

“Não era difícil para viver com eles, porque eu me dava com todos. Mas dentro desse loteamento tinha umas famílias que não era fácil pra lutar. Então qualquer rixazinha que eles tinham com alguma pessoa, porque tinha alguma pessoa da comunidade que também não era trigo limpo como se diz, então começava ali (o conflito)”.<sup>197</sup>

---

<sup>193</sup> - DANIEL, Nelson Pedro. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 04 fev. 2003. Acervo do autor.

<sup>194</sup> - DANIEL, Josefina Aurélia. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 04 fev. 2003. Acervo do autor.

<sup>195</sup> - O “direito” ao qual se refere Seu Nelson, era uma forma de comercialização que não implicava a transferência da escritura da terra para quem a comprava. Assim, mesmo que os compradores tivessem documentos como contratos e recibos de pagamento, as terras adquiridas continuavam oficialmente nas mãos do antigo dono.

<sup>196</sup> - MOSS, Pedro Severino. Entrevista informal concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 08 fev. 2003.

<sup>197</sup> - DANIEL, Nelson Pedro. Op. cit.

Portanto, *Comunidade e Loteamento* viviam em constante tensão. Nesse clima, situações que muitas vezes eram questões pessoais transformavam-se em motivos para disputas entre os dois grupos de moradores. Foi isto que ocorreu, por exemplo, em novembro de 1976, quando um suposto envolvimento entre um membro da *Comunidade* e uma jovem do *Loteamento*, desencadeou um conflito de grandes proporções durante uma festa na Barra do Guamerim.

“Eu já tava sabendo, que ouvi uma conversa, que ia dar briga. Só que eu não pensava que ia dar tão feio. (...) E daí começou uma briga muito feia. As mulheres desse pessoal que morava na favela pra ajudar os homens, maridos delas, vieram com foice, umas três ou quatro foices. Chegaram aí pra... Daí quem vai se botar? (...) No fim, o pessoal ninguém sabia porque tinha começado na hora”.<sup>198</sup>

“Ninguém mais sabia nem com quem era a briga, envolveu todo mundo”, informou Dona Josefina. A única coisa que todos sabiam, segundo ela e o esposo, é que o conflito era entre a *Comunidade* e o *Loteamento*. “Sabia, porque todo mundo conhecia. O pessoal da *Comunidade* que existia há anos contra o *Loteamento*. E daí quem era do lado de lá, do *Loteamento* vinha contra o outro pessoal que já morava esses anos aqui”, esclareceu Seu Nelson.

Segundo Dona Josefina, neste conflito a maioria das mulheres e crianças da *Comunidade* se refugiou no interior da Igreja Católica local, enquanto lá fora ambos os grupos se enfrentavam. “Todo mundo ficou com medo. Tinha criança naquela época ali. Cada mulher tinha quatro ou cinco filhos pequenos, era uma escadinha. Eu sei que eu peguei a minha pequeninha, eu tava grávida da outra, da Márcia, e daí nós subimos na casa (igreja)”, lembrou ela.

“Encheu aquela casa (igreja) e as piuzadinhas choravam e choravam, pelo amor de Deus, com medo que iam matar o pai. Todas as crianças pediam pelo pai. (...) Daí era aquela

---

<sup>198</sup> - Idem

choradeira lá dentro. Era mãe que chorava, era criança que chorava, com medo que ia dar muita morte aquele dia”.<sup>199</sup>

A briga, segundo Josefina e Nelson, só foi encerrada quando um morador da *Comunidade* decidiu intervir pacificamente, conversando principalmente com as mulheres do *Loteamento* que estavam armadas. Outro motivo do fim do conflito foi a chegada da polícia.

Este caso acabou motivando um boletim de ocorrência, registrado na Delegacia de Polícia pelo então presidente do “Clube de Barra do Guamerim”, que apresentou queixa contra dois moradores do *Loteamento*, os quais, segundo a denúncia feita, estavam armados com faca e iniciaram toda a confusão.

“Compareceram nesta DPC<sup>o</sup> o Sr. (...), o qual é presidente do Clube de Barra do Guamerim e apresentou a seguinte queixa contra (...) e contra (...), que o primeiro estava armado com faca e provocava a todos, e ainda enfiava a faca no chão jogando terra para cima, que a referida faca foi tomada pelo queixoso e que o (...) também estava armado de faca e enfiava a faca no chão jogando terra no pessoal e que provocava a todos, que mais tarde o Sr. (...) e mãe e duas irmãs armadas com foice e facas, fazendo-se passar por valentões e que tinham uma empreitada a fazer, pois que deu a entender que eles queriam fazer uma arruaça e provocarem uma grande briga com o pessoal do clube”.<sup>200</sup>

Além do boletim de ocorrência acima, o conflito entre *Comunidade* e *Loteamento* gerou, segundo o casal Daniel, até um processo judicial, o qual terminou sendo arquivado devido à resistência dos *brasileiros* em comparecer às audiências marcadas.

“A gente ia lá e eles pediam só o que tinha acontecido. Fomos umas duas vezes, era audiência marcada, e eles (os do *Loteamento*) não iam. E na terceira vez, eles (os representantes da Justiça) vieram buscar eles em casa. Mas ainda, mesmo assim, eles não conseguiram porque eles fugiam para o mato”.<sup>201</sup>

Anos mais tarde, por volta de 1978, os moradores do *Loteamento* acabaram sendo expulsos das terras onde moravam, indo então para outros lugares da cidade e do interior de

<sup>199</sup> - DANIEL, Josefina Aurélia. Op. cit.

<sup>200</sup> - Delegacia de Polícia de Comarca. Livro de queixa do plantão – 76 e 77: queixa 685/76. São Miguel do Oeste: DPC<sup>o</sup>, 21 nov.1976, p. 18.

São Miguel do Oeste e região. “Depois disso, eles não ficaram mais muito tempo”, recorda Dona Josefina. O novo dono, segundo Seu Nelson, era o empresário e ex-vereador Vany Massoni que comprou as terras nas quais estava o *Loteamento* e que inicialmente pertenciam à firma SICAN. Dessa forma, os *brasileiros* do *Loteamento* “não ganharam mais nada. O que eles pagaram, perderam tudo”.<sup>202</sup> Isto ocorreu, devido ao fato de estarem em terras de posse e, portanto, sem documentação oficial que lhes garantisse a permanência no local.

Aí depois apareceu o dono (o que possuía a propriedade legal das terras) e fizeram o despejo. Botaram fogo em umas casas, com o trator derrubaram mais algumas. Isso para umas quatro ou cinco famílias que resistiram, que não queriam sair. As outras famílias botaram no caminhão e levaram lá em baixo perto do rio das Antas na beira da estrada. Lá eles se viravam, outros voltavam pra cidade se acampavam na beira (...) da estrada, se acampavam com um pedaço de lona e ficavam por ali”.<sup>203</sup>

Além das margens de rodovias, o destino de alguns moradores do *Loteamento* foi os atuais bairros São Jorge e Salete, além de outros municípios como Novo Hamburgo e Sapiranga, no Rio Grande do Sul e Florianópolis, em Santa Catarina. De acordo com Nelson e Josefina, alguns estudaram, arrumaram bons empregos e teve até aqueles que se casaram com pessoas ligadas ao grupo da *Comunidade*, enquanto outros se envolveram com brigas e acabaram presos ou mortos. Houve ainda os que, a partir dos anos 80, se juntaram a outros trabalhadores excluídos, engrossando as fileiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ou passando a residir nas novas “favelas” que surgiram nas cidades da região Oeste e de todo o Estado.

---

<sup>201</sup> - DANIEL, Nelson Pedro. Op. cit. Este processo ao qual se referiu Nelson Daniel não foi encontrado nos arquivos do Fórum de São Miguel do Oeste, pelo menos não em nome dos envolvidos e citados nas entrevistas e boletim de ocorrência.

<sup>202</sup> -Idem

<sup>203</sup> - Ibidem.

O conflito na Barra do Guamerim constituiu-se em um conflito étnico e social que, tal qual ocorria em outras regiões da cidade, como Mundo Novo e Buraco Quente, revelou territórios segregados e subdivididos. Nestes territórios, os critérios de exclusão eram os mais variados e levavam em conta a cor da pele e descendência étnica, a situação econômica e os espaços sociais e de trabalho ocupados pelos sujeitos envolvidos. Os casos e territórios acima, no entanto, não eram os únicos em São Miguel do Oeste, mas, ao contrário, apenas uma mostra de uma cidade dinâmica, com conflitos e diferenças. Entre estes outros espaços merecem destaque a região do atual bairro São Jorge, conhecida no passado como “Barro Preto”, local onde, segundo relato construído pela própria comunidade, “moravam muitos negrinhos pobres”<sup>204</sup>. Ou ainda os bairros e regiões mais pobres que foram se formando às margens de rodovias ou próximo a serrarias, madeireiras, olarias, entre outras firmas que necessitavam de mão-de-obra. Este era o caso também das diversas famílias que formavam uma espécie de *núcleo caboclo* que tinha sua vida em função de um britador, uma pedreira, conhecida como “Pedreira do Pedro Paz”, localizada na região leste da cidade de São Miguel do Oeste.<sup>205</sup>

---

<sup>204</sup> - Os relatos sobre esta região da cidade, estão no livro organizado pela Paróquia São Miguel Arcanjo (2000, p.58-60). Além deste local, encontrei referências também no jornal Folha do Oeste de 17 de junho de 1989 (p.15) e em entrevistas que realizei na cidade, uma delas com Carmen Dal Magro Francisco que, no final dos anos 70, foi diretora da Escola Estadual Alberico Azevedo. Segundo esta última fonte, a comunidade do bairro São Jorge, antigo Barro Preto, era uma das mais carentes de São Miguel do Oeste nos anos 70. Nessa época, os locais de maior concentração de pobreza do bairro eram as proximidades do antigo campo de futebol e às margens da BR-282 em uma área encostada a um pequeno riacho. Era neste último local que, segundo Carmen Dal Magro, moravam diversas famílias, as quais formavam um verdadeiro “bolsão de pobreza”. De acordo com ela, eram famílias de remanescentes “de antigas madeireiras e de antigos desmatamentos daquela região da cidade”. “Acabou o trabalho e, ao invés de retornarem para o Rio Grande, para sua terra de origem, eles permaneceram aqui. E como São Miguel não tinha postos de trabalho para mão de obra não qualificada, eles eram qualificados para desmatar mas não para outras tarefas, outros afazeres, isso foi criando um bolsão de pobreza ali na região.

<sup>205</sup> - Neste local, os que ali viviam moravam em casas construídas pelo dono da pedreira, Pedro Paz, para quem trabalhavam e deviam favores. Outros sobreviviam catando restos no lixo que a cidade produzia e ali depositava diariamente através dos caminhões que faziam a coleta no centro e nos bairros.

Os depoimentos e situações apresentadas acima mostram, portanto, uma cidade vista de baixo, e que se revela diferente conforme os sujeitos e territórios que nela existem. São estes sujeitos que formam uma cidade para além de suas fronteiras oficiais, mostrando-a cheia de conflitos, com inúmeras trilhas que ora se encontram, se cruzam, ora se afastam, se excluem. Nesta cidade em movimento, embora exista um discurso que insiste em torná-la homogênea, há também personagens com suas “astúcias”, com suas *táticas*, os quais expressam interesses e desejos que muitas vezes não são “nem determinados nem captados” pelo sistema discursivo que a constrói.<sup>206</sup>

Esta cidade, revelada através de seus sujeitos e territórios, esteve historicamente ausente dos discursos, festas, cerimoniais e projetos oficiais. Nestes, os que se sobressaíram faziam parte de um grupo urbano, formado majoritariamente por proprietários de terras e comerciantes descendentes de italianos e alemães. Foi este grupo que ascendeu ao poder municipal em novembro de 1954 e que se manteve influente por vários anos, política e economicamente, fazendo do próprio modelo de cidade construído, uma forma de legitimação e manutenção do seu poder e prestígio. A partir dos anos 80, no entanto, quando o município e a região entraram em decadência, este grupo, enfraquecido e fragmentado, teve sua atuação redefinida, passando a ser destacado através da transformação de sua memória em memória oficial do município.

Por outro lado, os demais grupos étnicos e econômicos que ao longo de mais de 60 anos foram gradualmente expulsos e segregados dos espaços públicos, da cidade e do campo, permaneceram excluídos também da história oficial do município. Isto, porém, não impediu que a imagem de caboclos, indígenas e colonos pobres continuasse sendo

---

<sup>206</sup> - CERTEAU, Michel de. Op. cit., p.45-46.

estrategicamente utilizada, tal qual ocorreu em 1954, com a diferença de que, especialmente a partir dos anos 80, isto ocorria não mais em um contexto de afirmação da identidade nacional, mas de valorização e construção da identidade local, regional e estadual. Além disso, a utilização da imagem dos excluídos era uma resposta ao processo de abertura política e redemocratização em curso em todo o país naquele momento. Foi neste processo que, conforme mostrou Éder Sader (1988), entraram em cena novos atores, os quais principalmente através de novos movimentos sociais colaboraram para reformulação do poder e da memória regional e nacional.

Em São Miguel do Oeste, esta reformulação da memória se deu gradualmente e permitiu inclusive que parte dos sujeitos que historicamente estiveram excluídos da cidade pudesse ganhar maior visibilidade, seja através da inclusão de seus nomes entre os chamados “pioneiros” e “desbravadores” do município ou através da sua participação em movimentos de pequenos agricultores, sindicatos, igrejas, partidos políticos de esquerda, Movimento dos Sem Terra e de Sem Teto, Movimento de Mulheres, entre outros. No caso da memória municipal, esta inclusão foi parcial, pois atingiu principalmente o grupo de colonos pobres “de origem”. Já os demais grupos, em especial os caboclos, indígenas e afrodescendentes, permanecem excluídos da história oficial. Até porque, se fossem incluídos colocariam em xeque os discursos sobre a primazia e o empreendedorismo daqueles que historicamente governaram a cidade.

## CAPÍTULO 4

### FAVELA E CONFLITO:

#### Refazendo o urbano e a memória municipal

Depois de ter percorrido diferentes tempos e territórios nos capítulos anteriores, retorno agora a 1984, ano do 30º aniversário de São Miguel do Oeste e ponto de partida desta dissertação. A volta a esse ano tem como objetivo discutir a constituição da memória municipal e, principalmente, mostrar a continuidade do processo de urbanização de São Miguel do Oeste. Para isso, tomei como novo ponto de partida uma notícia de jornal, através da qual procuro analisar a “descoberta” e a exclusão de “novos” moradores economicamente pobres deste município a partir dos anos 80.

A notícia mencionada acima foi publicada em setembro de 1984 pelo jornal *O Celeiro* e informava que um grupo de aproximadamente 60 pessoas havia se instalado às margens da BR-282, na entrada da cidade, formando ali uma “favela”.<sup>207</sup> De acordo com o jornal, tratava-se de pessoas muito pobres que, depois de serem expulsas das proximidades de um luxuoso hotel em construção na área central, haviam sido transferidas pela prefeitura local para o parque de exposições da FAISMO – Feira Agropecuária e Industrial de São Miguel do Oeste, de onde mais tarde foram novamente obrigadas a sair, indo então para a beira da estrada.

---

<sup>207</sup> - O CELEIRO. Na beira da estrada: miséria e esperança. São Miguel do Oeste, 22 set. 1984, p. 08 e 09. As “favelas”, segundo o IBGE, são aglomerados que reúnem pelo menos cinquenta moradias, precariamente construídas, carentes de infra-estrutura urbana e localizadas em terrenos que não pertencem oficialmente aos seus moradores. MOREIRA, Igor. Construindo o espaço brasileiro. Vol.2. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2001, p. 126. Por tratar-se de um termo que possui também um significado simbólico e que precisa ser historicamente explicado, usarei sempre aspas ao empregar esta expressão.



Família acampada no acesso a BR-282  
Fonte: Jornal *O Cebleiro* – set. 1984

Neste novo local (foto acima), os barracos instalados serviam principalmente para a permanência de crianças e de pessoas mais velhas já que os demais moradores passavam semanas e até meses fora de casa. Vivendo em condições precárias em moradias feitas de latas, lonas e papelão, os que ficavam nestes barracos sobreviviam de trabalhos temporários como a roçada de mato para plantações, corte de grama e de lenha, limpeza de casas e terrenos, enquanto os outros moradores se dedicavam ao trabalho com a erva-mate. Contratados como “tarefeiros” por uma ervateira local, estes últimos eram levados para diversos lugares nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.<sup>208</sup>

“Lá (próximo ao Trevo), pra dizer a verdade, de cada três, quatro meses, nós ficávamos 15 dias na casa. Às vezes nem isso, íamos se acampar de novo, vinha depois de dois, três meses. Nós tínhamos a moradinha só mesmo pra vim pra dormir nos finais de semana. Nós trabalhávamos para o Cilião (dono da ervateira) direto. (...) Com a erva, sempre com a erva, sempre no mato, no mato, no limpo”.<sup>209</sup> (Maria Terezinha Gomes, 31/01/03)

<sup>208</sup> - Paróquia São Miguel Arcanjo, Op. cit. p. 65.

<sup>209</sup> - Apesar de o trabalho com a erva envolver homens e mulheres, somente os primeiros possuíam carteira assinada, segundo Maria Terezinha Gomes.

Apesar de estarem em sua maioria envolvidos com a erva-mate, conforme mostrou acima Maria Terezinha Gomes, os moradores acampados na entrada da cidade não eram identificados pela sua condição de trabalhadores da erva, mas sim através de inúmeras outras categorizações.<sup>210</sup> Isto ocorria, porque para autoridades e uma parcela significativa da população local, eles eram os *Outros*, os diferentes, aqueles que fugiam ao modelo de cidade e de comportamento partilhado coletivamente. Eram os de fora, os *Outsiders*<sup>211</sup>, mesmo estando há vários anos em São Miguel do Oeste e região ou tendo vindo muitas vezes dos mesmos locais de origem das famílias tradicionais do município. Aos olhos da imprensa, autoridades e lideranças, eles eram os “favelados”, os “sem-terras”, os “marginalizados”, os “carentes” e, de maneira mais ampla, também um grande “problema” a ser resolvido com a adoção de medidas urgentes.

“Muitos podem dizer que o número de favelados em São Miguel não é expressivo, se comparado com outras cidades. E estes até possuem certa razão, se o assunto for encarado em termos puramente matemáticos. No entanto o que torna o caso preocupante é o crescimento dos marginalizados nos últimos anos e as grandes perspectivas de que o mal se enraíze. Os entrevistados concordam que o momento de tentar soluções é agora, apesar de lembrarem que o drama dos sem terras se vincula aos problemas administrativos do país: política agrícola mal direcionada, reforma agrária só no papel e dependência do capital estrangeiro. Mesmo assim, eles entendem que São Miguel do Oeste pode curar sua própria doença”.<sup>212</sup>

Como se percebe pela notícia acima, São Miguel do Oeste era naquele momento um município doente na opinião do jornal e da maior parte dos seus entrevistados. Diante disso, havia um consenso entre todos de que era preciso que a comunidade se mobilizasse

<sup>210</sup> - Para mais informações sobre os trabalhadores da erva do Oeste catarinense consultar: RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

<sup>211</sup> - “Outsider” é um termo em inglês que significa “de fora”. Este termo foi utilizado originalmente por Norbert & Scotson (2000) em seu estudo sobre uma cidade da Inglaterra da década de 50, identificada com o nome fictício de Winston Parva. Nela, estes autores perceberam a existência de três grupos de moradores e notaram que dois deles se autodenominavam como “Estabelecidos” apelando para sua primazia na ocupação do espaço, ao mesmo tempo em que viam o terceiro grupo de moradores menos antigos, como os “Outsiders”. ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. Op. cit.

<sup>212</sup> - O Celeiro. Caso dos favelados: comunidade pode encontrar soluções. São Miguel do Oeste, 13 out. 1984, p.18-19.

adotando medidas para que o município pudesse “curar sua própria doença” e que impedissem que um verdadeiro “mal” se enraizasse. Nesse sentido, uma das soluções apontadas pelas mais de dez lideranças ouvidas pelo jornal *O Celeiro* nas edições de 06 e 13 de outubro de 1984, foi a realização de um cadastramento das famílias acampadas. A partir daí, segundo as mesmas lideranças, o passo seguinte seria a transferência dos “favelados” ou dos “sem-terra” para uma nova área, de preferência no interior do município, onde receberiam todo o acompanhamento de entidades e órgãos públicos, os quais seriam os responsáveis por um amplo trabalho de ressocialização, “reeducação” e “recuperação dos marginalizados”.

Buscava-se, portanto, adaptar os moradores das proximidades da BR-282 ao modelo de cidade e de comportamento considerados aceitáveis por grande parte das autoridades, lideranças e população migueloestina. Segundo este modelo, difundido especialmente através da imprensa, o fato de os acampados na beira da estrada viverem em uma situação de extrema miséria como aquela descrita pela reportagem do jornal *O Celeiro*, sinalizava a fragilidade e uma grande propensão destes à marginalidade e à perversão. Contra eles, pesava negativamente o seu nomadismo, o grande número de filhos e a sua condição de trabalhadores temporários. Estes fatores, de acordo com esta parcela da população, estavam associados a práticas condenáveis como a falta de perseverança e planejamento, o desprezo à poupança e, principalmente, a pouca vontade de trabalhar.

O trabalho verdadeiro, na visão da maioria dos moradores locais, era aquele relacionado ao esforço físico, ao suor, às mãos calejadas e à regularidade de atividades durante um dia que iniciava antes do sol nascer e só acabaria quando a noite chegasse. Eram somente os que se sujeitavam a esse tipo de trabalho que deveriam merecer “um lugar à sombra”, segundo a escritora migueloestina Inês Roani.

Nem todos  
 Merecem um lugar  
 À sombra...  
 Somente  
 Quem trabalha  
 De sol a sol...  
 Somente aqueles  
 Merecem  
 Uma sombra  
 Para poderem  
 Descansar...  
 Sempre ouvi dizer  
 Que “o sol  
 É para todos”...  
 Mas a sombra  
 É de quem  
 A merecer...”<sup>213</sup>

O retrato desse comportamento coletivo ou dessa “cultura do trabalho”<sup>214</sup>, é ainda hoje facilmente percebido entre os moradores de São Miguel do Oeste. Em minha pesquisa de campo nesta cidade, presenciei várias cenas de pessoas que, mesmo depois de concluída a sua jornada oficial, aproveitavam o que deveria ser o “tempo do ócio” para realizar serviços extras, como, por exemplo, a limpeza de jardins e de hortas e até o plantio de milho e outros produtos em canteiros e terras públicas próximo a estradas em bairros e nas áreas centrais. Isto ocorre porque para a maioria dos habitantes locais, ficar em casa parado “sem fazer nada” ou sem uma justificativa plausível para o ócio é algo socialmente inaceitável. Para estes moradores, o ócio está associado a uma série de aspectos negativos, enquanto o trabalho aparece como grande virtude.

---

<sup>213</sup> - Roani, Inês. Um lugar à sombra... In: ROANI, Inês. Eu, você e o mar. 5ª ed. Passo Fundo: Berthier, 1993, p.51.

<sup>214</sup> - O termo “cultura do trabalho” foi utilizado por Schreiner (1994) para tratar de práticas semelhantes na região do Extremo Oeste do Paraná. SCHREINER, Davi Felix. A formação de uma cultura do trabalho: cotidiano, trabalho e poder (Extremo Oeste do Paraná – 1970/1988). 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Conforme mostrou o antropólogo Domenico De Masi, a relação entre trabalho e virtude e entre ócio, perigo e perversão tem sido freqüente há mais de dois séculos. Segundo ele, isto faz com que hoje tenhamos uma imagem do ócio como o “pai dos vícios, como perigoso promotor do enfraquecimento das virtudes, como antecâmara de todas as perversões, como ocasião de tédio, violência e uso de drogas” e que, em contrapartida, concebamos o trabalho como uma “virtude milagrosa” capaz de transformar todos nós em sujeitos virtuosos, maduros, livres, dignos de mérito e felizes.<sup>215</sup>

Da mesma forma que o ócio, a maneira como hoje vemos a miséria e a pobreza também é bastante negativa. Segundo o historiador Georges Duby, a forma de tratamento da pobreza e as associações que têm sido feitas entre pobreza e violência não são muito antigas. De acordo com ele, a “caça ao pobre” teve início a menos de seiscentos anos. Foi no século XV, quando um terço da população da Europa foi dizimada pela Peste Negra, que “instalou-se na consciência do corpo social a convicção de uma equivalência entre miséria, agressividade e perigo”.<sup>216</sup> A partir dessa época, buscam-se as causas da pobreza e as formas de combater os seus males. Desde então, o Estado passou a ser o braço direito das elites no estabelecimento de normas de conduta e de comportamento visando a reabilitação dos “degenerados”. É dentro dessa lógica que, desde o século XVIII, os países europeus começaram a investigar e atuar sobre o corpo, a saúde, as formas de se alimentar e de morar, as condições de vida, o espaço completo da existência.<sup>217</sup> Na França, as autoridades passaram a questionar os costumes educativos da época e o papel social da família na recuperação ou desestruturação da ordem e da moralidade social. Nesse período, a família

---

<sup>215</sup> - DE MASI, Domenico (org.). *A economia do ócio*. 2ª ed. São Paulo: Sextante, ? , p. 22.

<sup>216</sup> - DUBY, Georges. Lição de História. In: *Veja 25 anos: reflexões para o futuro*. São Paulo: Editora Abril, 1993, p.234.

<sup>217</sup> - DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.12.

começou a ser vigiada e controlada pelo Estado que foi, aos poucos, assumindo sobre ela um poder de polícia, utilizando-se para isso de diferentes meios, entre eles a “filantropia higienista” e a medicina doméstica. Foi graças a essa “polícia dos costumes” que aumentou o número de hospitais gerais, conventos e hospícios voltados para os “filhos indesejados”, “menores rebeldes”, “moças de má reputação” e para “outras pessoas perigosas vindas das classes populares”.<sup>218</sup> Classes essas que na Inglaterra do século XVIII e XIX contribuíram para a reforma da lei criminal, o nascimento da prisão com provas e a implantação da polícia. Medidas que visavam obter um “padrão básico de ordem urbana”, cada vez mais ameaçada devido ao rápido crescimento das cidades inglesas ocorrido a partir da Revolução Industrial.<sup>219</sup>

Além da Inglaterra, as conseqüências do crescimento das cidades preocupavam também as autoridades de diversos outros países. Na França, por exemplo, a construção de casas populares passou a ser estimulada pelos médicos higienistas durante o século XIX. Estes procuravam organizar um “espaço sanitário” voltado a banir “alianças ocultas e fusões suspeitas, a baixa moralidade e a desordem”, geradas pela aglomeração urbana em locais insalubres. Estas construções não deveriam ser muito grandes e nem tão pequenas. Segundo Donzelot (1986, p.44), buscava-se organizar um espaço suficientemente amplo para ser higiênico e pequeno o bastante para que só a família pudesse nele viver. Esta e outras medidas tomadas pelas autoridades européias ao longo de todo o século XIX e no início do século seguinte visando minimizar os efeitos “maléficos” da pobreza, contaram

---

<sup>218</sup> - Idem, p. 29 e 30.

<sup>219</sup> - STORCH, Robert. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. In: Revista Brasileira de História. Cultura e Cidades. Vol.5, nº 8/9. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1985, p.7 e 8.

quase sempre com o apoio dos médicos, das assistentes sociais, do poder judiciário, da Igreja, da escola, da família e de todo o aparato estatal.

No Brasil, o crescimento das cidades no século XIX e principalmente no início do século XX motivou a adoção de medidas higienistas muito parecidas às adotadas em países europeus. Entre outras cidades, as reformas sanitárias e a “caça aos pobres” ocorreram no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Nestes locais, conforme mostraram Chalhoub (1996) e Pesavento (1994), os moradores das classes populares eram vistos como “classes perigosas”<sup>220</sup> e foram tratados como “cidadãos de segunda ordem” pelas autoridades locais. Estes segundo Pesavento, além de serem pouco ouvidos em suas reclamações, também eram considerados suspeitos aos olhos da polícia.<sup>221</sup>

Esta maneira de ver e tratar a miséria, o trabalho e o ócio, no caso de São Miguel do Oeste e da região Extremo Oeste de Santa Catarina foi historicamente reforçada por conflitos e relações interétnicas, principalmente entre descendentes de italianos, alemães e outros grupos definidos como brasileiros ou caboclos. São conflitos e relações que se mantêm desde o início do processo de ocupação do Oeste Catarinense pelas companhias colonizadoras nas primeiras décadas do século XX. Neste processo, os colonos que chegaram foram vistos como os responsáveis pela entrada da civilização em uma área até então “deserta”.<sup>222</sup> Conforme mostrei no primeiro capítulo, foram eles que mais tarde receberam títulos e honrarias como desbravadores da região. A imagem destes foi, desde o início da colonização, associada ao progresso, enquanto a dos outros grupos foi vinculada ao atraso e à barbárie.

---

<sup>220</sup> - CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>221</sup> - PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920. Porto Alegre: UFRGS, 1994, p. 09-11.

O progresso no contexto acima está relacionado à ascensão social e econômica, individual e coletiva, conquistada através da organização dos espaços da casa, do trabalho e da cidade. Nesta última, sua materialização foi projetada para ocorrer especialmente nas áreas centrais através de largas ruas e avenidas, todas iluminadas, asfaltadas e bem divididas, mansões luxuosas, imponentes prédios e grandes indústrias. Por outro lado, tudo o que fosse contrário a este modelo era considerado indesejável e perigoso, pois poderia colocar em risco a cidade sonhada. Nesse sentido, “favelas” e “favelados”, bem como outros sujeitos que entraram em cena em São Miguel do Oeste nos anos 80, eram vistos com ressalva e tratados de forma bastante semelhante aos pobres de outras cidades brasileiras e mundiais. Ou seja, também eram considerados “classes perigosas” ou “cidadãos de segunda ordem”, apesar de estarem presentes neste município há vários anos e de terem sido importantes para o desenvolvimento desta cidade e da região.

### **São Miguel: a “Capital Polivalente de Santa Catarina”**

No início dos anos 80, apesar da “descoberta” da “favela” e de inúmeras outras dificuldades enfrentadas, as autoridades e a imprensa migueloestinas procuravam manter a imagem de São Miguel do Oeste como um lugar de progresso e desenvolvimento. Para isso, mais uma vez, as atenções estavam voltadas para os espaços urbanos, locais considerados ideais para a materialização da cidade desejada.

Nestes espaços, postes de energia eram deslocados para dar lugar a largas avenidas cheias de árvores e flores, antigas casas coloniais eram derrubadas construindo-se em seu

---

<sup>222</sup> - BOITEUX, José Arthur. Op .cit.

lugar novos edifícios, córregos eram canalizados, ruas esburacadas e cheias de lama eram calçadas, asfaltadas e iluminadas e a vida noturna tornava-se dinâmica com novos bares e boates. No CTG, Centro de Tradições Gaúchas, na Maçonaria, nos clubes Comercial e Montese, no Lions<sup>223</sup> e Rotary Clube<sup>224</sup> continuavam se encontrando homens e mulheres da elite local e suas famílias para jogos, bailes e outros divertimentos e para encontros sociais e políticos. Neste universo de poucos, lindas “meninas-moças” eram apresentadas por seus pais à sociedade regional e desfilavam vestidas em trajes de rainhas em saraus e bailes de debutantes.

“Marcado pela organização e elegância que sempre caracterizaram suas promoções, o Clube Comercial movimentou a sociedade de São Miguel do Oeste e de outras cidades da região quando, sábado último, iluminou seu salão para apresentar grupo de 12 debutantes. (...) Estas, num cenário de muitas flores onde a tonalidade azul foi destaque, estiveram radiantes e maravilhosas. O ato culminante da festa ocorreu quando, ao som da orquestra Show Musical Caravelle de Porto Alegre, as debutantes dançaram a valsa de estréia acompanhadas de seus respectivos pais, ocasião em que as meninas-moças adentraram oficialmente para os meios sociais comercialinos”.<sup>225</sup>

Para muitas famílias, a apresentação de suas filhas à “sociedade” migueloestina e regional não era apenas um simples rito de passagem, mas também um momento estratégico no qual confirmavam ou simplesmente fantasiavam seu poder econômico e político e seu *status* social diante dos demais membros do seu grupo e habitantes do município como um todo.

Além de bailes, festas e saraus, outra forma de distinção utilizada pela elite de São Miguel do Oeste se dava através do estilo e o tamanho de suas casas. Aproveitando-se do

---

<sup>223</sup> - O Lions Club é uma entidade internacional. No Brasil, existe desde 1952, congregando milhares de pessoas. ([www.lions.org.br](http://www.lions.org.br))

<sup>224</sup> - O Rotary Club nasceu em Chicago nos Estados Unidos em 1905, tendo se espalhado pelo mundo. Em abril de 2003 congregava mais de 1 milhão de sócios, os quais prestam serviços voluntários em diversos países e comunidades. ([www.rotarybrasil.com.br/rotary.htm](http://www.rotarybrasil.com.br/rotary.htm))

<sup>225</sup> - WATHIER, Sérgio L. Muito charme e beleza na festa de gala do comercial. São Miguel do Oeste: Jornal Tribuna do Oeste, 30 out. 1982, p.07.

seu poder econômico, muitas delas construíam verdadeiras mansões, exagerando nos detalhes e acabamentos. Era a partir destes detalhes e da imponência da obra que mais tarde a família que ali morasse seria situada na sociedade local. Já para aqueles que não queriam investir seu dinheiro na construção de casas, outro bom investimento social e financeiro era a compra de um apartamento em um dos novos edifícios que surgiam na cidade nos anos 80. Morar em um destes edifícios naquele momento era um privilégio de poucos e conferia à família que ali residisse uma imagem de *urbanidade* e de independência em relação a elementos que lembravam o mundo rural, tais como o jardim, a horta, as árvores e os animais, todos ainda muito presentes mesmo nas grandes mansões construídas na região central de São Miguel do Oeste. Isto, no entanto, não significava um total desprendimento material da vida rural, mas sim uma separação momentânea e estratégica deste universo. Era por tudo isso e também por ser um símbolo de progresso, que os novos edifícios residenciais passaram a ser obras muito esperadas e festejadas ao longo dos anos oitenta em São Miguel do Oeste. Nos jornais locais, cada nova edificação projetada ou iniciada neste período era divulgada com entusiasmo e demonstração de que um futuro promissor ainda estava reservado à cidade.

“Em fevereiro de 84, o Grupo Belfim-Imperial fará o lançamento em São Miguel do Oeste de mais uma de suas obras. Trata-se de um edifício estritamente residencial, situado a Rua Barão do Rio Branco. O prédio terá doze andares e abrigará 14 apartamentos tipo “E”, além de duas coberturas, sendo que as unidades começarão a ser vendidas em curto espaço de tempo, atendendo já a diversas solicitações. O prazo para a entrega da obra está previsto para fins de 85 e dará início ao ciclo de construção de grandes prédios em São Miguel”.<sup>226</sup>

---

<sup>226</sup> - O Celeiro. Grupo Belfim-Imperial lança mais um edifício residencial. São Miguel do Oeste, 25 dez. 1983, p. 15.

Também na primeira metade dos anos oitenta, outra obra que mereceu grande destaque foi um edifício localizado próximo à praça central, este identificado pelo jornal *O Celeiro* como o “o primeiro arranha-céu de São Miguel do Oeste”.

"Dentro de dois anos, aproximadamente, São Miguel do Oeste apresentará um novo visual. Sobressaindo-se entre os outros prédios, dentro desse prazo deverá estar pronto o primeiro arranha-céu de São Miguel do Oeste, situado na Eurico Gaspar Dutra, esquina com a Almirante Barroso. Iniciado em abril de 82, o edifício vai aos poucos ganhando forma".<sup>227</sup>

Os “grandes prédios” e os “arranha-céus” construídos na área central serviam, portanto, como símbolos de modernidade e demonstravam, segundo o jornal *O Celeiro*, que a cidade estava “na trilha do progresso”.<sup>228</sup> Estas grandes obras, ao lado de grandes indústrias e empreendimentos eram tudo o que as autoridades e lideranças locais desejavam e precisavam para continuar projetando a cidade idealizada.

Em São Miguel do Oeste, a construção de “grandes prédios” ocorreu em locais onde, em alguns casos, havia antigos edifícios coloniais. É isto que mostra a foto à direita, onde o novo e o antigo aparecem lado a lado. Estes dois prédios são talvez um dos melhores exemplos das mudanças que ocorreram neste município nas últimas duas décadas. Por um lado, porque, no caso do edifício em construção, mesmo representando a tentativa de constituição de uma grande cidade, acabou tendo suas



Edifício em construção nos anos 80  
Fonte: Jornal *O Celeiro*

<sup>227</sup> - O Celeiro. São Miguel do Oeste na trilha do progresso: o primeiro arranha-céu da cidade. São Miguel do Oeste, 02 jun. 1984, p.19

<sup>228</sup> - “São Miguel do Oeste na trilha do progresso” era o nome de uma seção deste jornal na qual eram divulgadas semanalmente as obras e edificações iniciadas na cidade.

obras paralisadas, principalmente a partir da segunda metade dos anos oitenta, só sendo concluído recentemente.

Nascido para projetar a cidade no cenário regional e estadual ou “para fazer sombra em Chapecó”, como diziam os moradores locais, o empreendimento hoje conhecido popularmente como “Prédio do Juquinha” sofreu as conseqüências da crise econômica que atingiu o Extremo Oeste e o país nas últimas duas décadas. A diminuição no ritmo de sua construção ocorreu paralelamente ao fechamento de bancos, lojas e indústrias, à decadência da atividade madeireira e da agricultura e ao enfraquecimento de uma elite urbana dependente de todos estes setores.

Já o antigo moinho, por sua vez, é um dos símbolos das novas relações estabelecidas entre passado e presente em São Miguel do Oeste. Isto porque, mesmo tendo sido destruído em 1989, ele acabou servindo como pressuposto para intensos debates ao longo dos anos oitenta sobre a preservação e a valorização da memória dos “pioneiros” e “desbravadores” do município, tendo sido cogitado inclusive para sediar um museu municipal, conforme mostrei no primeiro capítulo desta dissertação.

Além dos edifícios e das “grandes obras” descritas acima, outro elemento bastante usado como símbolo de progresso e de modernidade na década de oitenta foram as estradas, em especial aquelas asfaltadas. Um bom exemplo disso pode ser visualizado abaixo através de uma imagem publicada em 1989 pela Revista Perfil. Nela, o asfalto é identificado como um fator de atração do progresso, enquanto, a falta dele ou presença de poeira são tratados como barreiras para o desenvolvimento.



Fonte: Revista PERFIL, Santa Catarina, ano 1; n. 1, maio 1989, p.6

Foi, portanto, esta forma de pensamento, baseada na idéia de progresso e desenvolvimento, que predominou em São Miguel do Oeste e no Extremo Oeste catarinense durante muitos anos, se mantendo presente até os dias atuais não só entre autoridades e lideranças locais, mas também entre os próprios habitantes desta região de Santa Catarina. Talvez tenha sido em função da predominância desta lógica que muitas vezes os problemas que surgiram na cidade foram tratados como o resultado de um processo irreversível de crescimento urbano e não como consequência de um processo histórico de exclusão social. Assim, quando famílias economicamente pobres apareciam nos jornais locais ou ganhavam visibilidade de outras formas, logo mobilizavam entidades como o Lions e o Rotary, como também ocorria no Natal e na Páscoa, na tentativa de amenizar os problemas que estas enfrentavam. No entanto, isto ocorria geralmente através de medidas assistencialistas que visavam muito mais a manutenção da imagem da cidade como um local higiênico e progressista do que objetivando resolver de fato os problemas

vivenciados pelos pobres que nela viviam. Estes, ao invés de sujeitos que tinham direitos sobre a cidade, eram vistos como seres externos a ela e descritos pelos jornais locais como um *mal* que devia ser afastado das regiões centrais, assim como o mato e o lixo que invadiam as calçadas e os animais que viviam em terrenos baldios e soltos pelas principais ruas da cidade.

“Uma maloca está se formando nos fundos do futuro Hotel San Villas. Quatro ou cinco casebres já estão fixados por lá. Sem dúvida, uma péssima visão para os visitantes que brevemente poderão procurar um dos mais luxuosos hotéis do Oeste Catarinense. Que tal evitar que o mal se alastre?” (Tribuna do Oeste – 04/04/1981, p.11)

É interessante observar que foram estes mesmos sujeitos que as autoridades, a imprensa e a elite local rejeitaram e tentaram retirar dos espaços urbanos, que mais tarde acabaram dando origem a novas regiões pobres e segregadas de São Miguel do Oeste. Foi este o caso, por exemplo, dos moradores descritos acima pelo jornal *Tribuna do Oeste*, os quais, segundo este jornal, prejudicavam a boa imagem da cidade com suas “malocas” e “casebres” erguidas nas proximidades de um luxuoso hotel em construção. Vistos como um *mal* que poderia se alastrar, eles acabaram sendo transferidos pela prefeitura municipal para o parque de exposições da FAISMO, de onde seriam novamente expulsos mais tarde, indo parar às margens da BR-282.

Como se percebe, apesar dos esforços do poder público e lideranças migueloestinas no sentido de minimizar ou invisibilizar os novos “problemas” que surgiam, estes iam aos poucos se tornando cada vez mais numerosos e visíveis, não apenas nas regiões centrais, mas também em outras localidades da cidade e do interior. Dessa forma, a cidade real ia gradativamente ganhando formas, cores e sons que não haviam sido projetados por muitos daqueles que a governavam e pela elite local. Nesta cidade, denominada pelas autoridades

municipais como a “Capital Polivalente de Santa Catarina”<sup>229</sup>, os novos prédios e mansões contrastavam com barracos cobertos de lona, o barulho dos automóveis confundiam-se cada vez mais com os gritos de protesto de agricultores e colonos sem-terra e o luxo de bailes e festas prosseguia enquanto diversos sujeitos anônimos sobreviviam ao seu modo, apesar da fome e da miséria. Tudo isso, acabava frustrando sonhos e utopias que, para muitos moradores, vinham sendo construídos e trabalhados há vários anos.

### **O “caso dos favelados” de São Miguel do Oeste**

Cerca de dois meses após a divulgação da notícia pelo jornal *O Celeiro* sobre a nova “favela” em São Miguel do Oeste, a prefeitura local decidiu convocar lideranças, autoridades e comunidade em geral para uma reunião destinada a debater e encaminhar soluções para o “caso dos favelados”. Segundo a então Secretária Municipal de Educação, Cultura e Promoção Social, Lenira Marcon Donatti, em entrevista ao jornal *O Celeiro*, era somente através da efetiva participação da comunidade que seriam encontradas alternativas que “condicionassem” os “favelados” a uma “convivência mais sadia”, evitando que o “problema” se agravasse e se tornasse “irremediável”.<sup>230</sup>

Desta reunião, participaram mais de 60 representantes de entidades, órgãos públicos e da comunidade. Entre estes representantes estavam vereadores, empresários, professores, prefeito, secretários e outros membros do executivo municipal, delegado de polícia, juiz, promotor, capitão da polícia militar, padre, pastor, dirigente sindical, diretora de escola,

---

<sup>229</sup> - Esta expressão foi bastante utilizada pelas autoridades municipais em placas e jornais, principalmente na primeira metade dos anos oitenta.

<sup>230</sup> - *O Celeiro*. Prefeitura convoca comunidade para debater questão dos favelados. São Miguel do Oeste, 15 nov. 1984, p.02.

representante do Rotary e do Rotaract<sup>231</sup>, Cidasc – Companhia Integrada para Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, e Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Juntas, estas pessoas decidiram criar uma associação denominada AMAPEC – Associação Migueloestina de Apoio às Pessoas Carentes, cuja finalidade seria “eliminar o problema social” que atingia São Miguel do Oeste.<sup>232</sup> Neste mesmo encontro também foram formadas três comissões que em sessenta dias se encarregariam de elaborar os estatutos da entidade recém criada e fazer o cadastramento e o diagnóstico das famílias acampadas.

Em janeiro de 1985, uma das três comissões acima apresentou o seu relatório sobre a situação das famílias instaladas no acesso à cidade. Segundo este relatório, estavam no local 65 famílias as quais somavam em torno de 380 pessoas.<sup>233</sup> Destas, a maioria não possuía ocupação definitiva, “ganhando a vida com biscates de serventes de pedreiro, lavagem de roupa e, principalmente, trabalhando na roça”. Era uma situação difícil que, conforme mostrou o jornal *O Celeiro*, atingia também moradores de outras regiões da cidade.

Segundo este jornal, os barracos que inicialmente estavam sendo instalados apenas às margens da rodovia de acesso à cidade, já começavam a aparecer também no perímetro urbano, próximo ao centro. Nestes barracos moravam várias pessoas, as quais sobreviviam unicamente da coleta e da venda de papel. Mesmo vivendo em uma situação difícil, as

---

<sup>231</sup> - O Rotaract Club nasceu nos anos 60 nos Estados Unidos, após desmembrar-se do Rotary. É formado por jovens com idade entre 18 e 30. Atualmente está presente em diversos países em todo o mundo. Seus associados realizam, entre outras atividades, a prestação de serviço nas comunidades onde moram. ([www.rotaract.org.br](http://www.rotaract.org.br))

<sup>232</sup> - Apesar de ter sido criada em novembro de 1984 a AMAPEC só foi oficialmente fundada em abril de 1985.

<sup>233</sup> - O Celeiro Regional. Comissão de cadastramento apresenta relatório. São Miguel do Oeste, 31 jan. 1985, p.01

famílias “faveladas” da área central, assim como as instaladas às margens da BR-282, diziam-se dispostas a permanecer nestes locais enquanto fosse possível, pois não tinham para onde ir.

De acordo com documentos da própria AMAPEC, o aumento da pobreza em São Miguel do Oeste era reflexo dos problemas existentes naquele momento em todo o país, e também uma das conseqüências de São Miguel ser uma cidade pólo, “possuir poucas indústrias e ter como principal fonte econômica a agricultura”.<sup>234</sup> Era deste último local, segundo a AMAPEC, que vinha boa parte dos moradores da periferia da cidade, muitos dos quais vivendo “em condições sub-humanas” e “em desastroso estado de miséria, promiscuidade, sujeira, fossas precárias e falta de água”.<sup>235</sup>

Diante deste quadro, o objetivo da AMAPEC era “reeducar” o grupo de “favelados” visando gerar “profundas mudanças comportamentais, reintegrando-os à sociedade”. Para isso, um dos projetos apresentados, denominado “Habitação e Terra aos favelados”, previa a aquisição de uma área de terras para a construção de sessenta casas de 5,00 X 6,00 (30 metros quadrados).<sup>236</sup> Segundo este projeto, cada casa teria um terreno de 2000 metros, onde deveria ser realizado o cultivo de produtos para a subsistência da família. Neste local haveria ainda uma escola, um posto de saúde, um posto policial e a instalação de oficinas profissionalizantes. Neste último caso, o objetivo era desenvolver a “habilidade e o interesse para o trabalho”<sup>237</sup>, tirando os moradores empobrecidos de um “completo estado

---

<sup>234</sup> - Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. Proposta de Projeto: habitação e terra aos favelados. São Miguel do Oeste: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Promoção Social/AMAPEC, 06 mai. 1985.

<sup>235</sup> - Ibidem.

<sup>236</sup> - Idem.

<sup>237</sup> - AMAPEC. Programa de reeducação e reabilitação para atendimento das pessoas carentes na periferia da cidade, na área do trabalho. São Miguel do Oeste: AMAPEC, out. 1985.

de acomodação”<sup>238</sup>. Para isso, a AMAPEC esperava apoio financeiro do governo do estado, principalmente através da LADESC, Liga de Apoio ao Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, entidade responsável por boa parte das políticas sociais e assistenciais desenvolvidas pelas autoridades estaduais naquele momento.

A aquisição de uma área de terras para implantação dos projetos da AMAPEC foi um dos assuntos que estiveram bastante presentes nas reuniões desta entidade, especialmente entre 1985 e 1986, conforme pude perceber pelas atas a que tive acesso. Na ata de 20 de setembro de 1985, por exemplo, este assunto surgiu com a informação de que a AMAPEC havia comprado 186.834 metros quadrados na Linha Barra do Guamerim, comunidade do interior do município.<sup>239</sup> Curiosamente, as terras escolhidas para a colocação das famílias carentes pertenciam ao empresário Vany Massoni e, ao que tudo indica, tratava-se da área do *Loteamento*, local de onde no passado várias famílias haviam sido expulsas após terem suas casas queimadas e derrubadas, conforme mostrei no terceiro capítulo desta dissertação. Foi provavelmente por este motivo que o negócio, que já estava praticamente fechado, acabou não dando certo, pois, segundo informações do Cartório de Registro de Imóveis, para a efetivação da compra daquela propriedade seria preciso realizar a “desapropriação amigável da terra”.<sup>240</sup>

Além da aquisição de um local para a colocação das famílias “faveladas”, outro assunto que aparece nas atas da AMAPEC é o aumento de famílias carentes na cidade, principalmente em função da chegada de pessoas de vários municípios da região e até de outros estados. Este foi o tema de debates da reunião do dia 31 de julho de 1986. Nesta

---

<sup>238</sup> - AMAPEC. Programa de reeducação e reabilitação para atendimento das pessoas carentes na periferia da cidade, na área da habitação. São Miguel do Oeste: AMAPEC, out. 1985.

<sup>239</sup> - AMAPEC. Ata da reunião realizada no dia 20 de setembro de 1985. São Miguel do Oeste. Livro 01, Ata nº 004, p. 08.

reunião, o então presidente da AMAPEC informou que em apenas 15 dias já havia se instalado em São Miguel 15 famílias carentes, cerca de uma por dia, o que tornava o “caso dos favelados” cada vez mais grave e, ao mesmo tempo, exigia medidas mais drásticas.<sup>241</sup> Entre estas medidas estavam aquelas que visavam um maior controle tanto de parte dos moradores locais como da própria polícia e também da prefeitura municipal. Diante desta “invasão de novos moradores”, uma das sugestões foi que cada um dos presentes naquela reunião se tornasse um “fiscal”, impedindo a entrada de novas famílias pobres. O mesmo deveria ocorrer com os líderes de bairros, aos quais seria solicitado que se mantivessem em estado de alerta quanto à chegada de mais moradores. Paralelo a estas medidas haveria ainda um intenso controle por parte das polícias civil e militar. “Dr. Maurício (delegado) ficaria de prontidão a qualquer hora para impedir que outras pessoas se instalem – Capitão Gildo – cuidará na parte da rodoviária para que pessoas com destino ignorado não desembarquem aqui”.<sup>242</sup> Neste último caso, foi feita uma solicitação por escrito ao comando da Polícia Militar:

“Senhor Comandante. Com nossos cumprimentos, nos dirigimos através deste à vossa Senhoria, solicitando a possibilidade de interferir junto a qualquer tipo de carro e descarregamento de mudanças transportadas de pessoas indigentes que venham a se acampar nas proximidades da cidade, ou mesmo na Rodoviária com destino ignorado. Solicitamos ainda que se possível, comunicar ao Presidente da AMAPEC Sr. Severino Bortolotto, Prefeito Municipal, Sr. Luiz Basso e/ou membro da Associação, para que sejam encaminhadas de volta ao Município de origem com a maior brevidade possível”.<sup>243</sup>

De acordo com a ex-secretaria municipal de Educação, Cultura e Promoção Social e ex-presidente da AMAPEC, Lenira Marcon Donatti, em entrevista concedida em janeiro de

---

<sup>240</sup> - Ibidem

<sup>241</sup> - AMAPEC. Ata da reunião realizada no dia 31 de julho de 1986. São Miguel do Oeste. Livro 01, Ata nº 10, p. 15-17.

<sup>242</sup> - Idem, p. 17.

<sup>243</sup> - AMAPEC. Ofício encaminhado pelo presidente da AMAPEC, Severino Bortolotto, ao comandante da 2ª/2ª/BPM. São Miguel do Oeste: AMAPEC, 08 ago. 1986.

2003, esta situação vivenciada a partir de 1986 se devia, entre outros fatores, a uma maior divulgação pela prefeitura da cidade de suas pretensões em relação à pobreza em São Miguel do Oeste.<sup>244</sup> Por este motivo, segundo ela, aumentou consideravelmente o número de moradores “de fora” em São Miguel, muitos deles encaminhados à cidade por caminhões de prefeituras da própria região.

“Diariamente (chegavam) caminhões e caminhões de mudanças de pessoas pobres, carentes, que vinham de Maravilha, que vinham de Campo Êre, que vinham de todos os municípios da nossa região. (...) Elas mesmas (as autoridades municipais) mandavam com os caminhões das prefeituras. E é verdade. Tanto é que quando as pessoas que governavam se acordaram, elas ficavam no trevo, puseram a fiscalização municipal no trevo, e quando vinham os caminhões trazendo as mudanças devolviam para seus lugares de origem. Se não (fosse essa fiscalização) nós teríamos bem mais (pessoas carentes). (...) Com todas essas mudanças que vinham, o nosso projeto que estava tão bem delimitado, tão bem elaborado (...), ele foi por terra. Porque de sessenta nós passamos a ter 150, sei lá quantas. Mas triplicou. Perdeu-se o controle”.<sup>245</sup>

Portanto, como mostram o depoimento e outros documentos acima, a partir da segunda metade dos anos 80 houve um agravamento da situação dos empobrecidos em São Miguel do Oeste. Isto obrigou a adoção de novas medidas por parte do poder público municipal, algumas adotadas em caráter de urgência e com características extremamente radicais. Através delas, esperava-se evitar o aumento no número de pobres da cidade, ainda que para isso fosse preciso barrar as pessoas “suspeitas” na estação rodoviária, no trevo de acesso à cidade ou em qualquer outro local, mandando-as de volta a seus municípios de origem “com a maior brevidade possível”.

---

<sup>244</sup> - Entre as pretensões da prefeitura, estava a construção de um conjunto habitacional para abrigar as famílias economicamente pobres da cidade.

<sup>245</sup> - DONATTI, Lenira Marcon. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 30 jan. 2003.

### **Favelados, sem-terra e pequenos agricultores: exclusão e resistência**

A situação enfrentada e vivenciada por diversos sujeitos nos anos oitenta mostra uma região cada vez mais decadente e empobrecida. Entre os seus pobres, no entanto, não estavam apenas aqueles considerados “favelados”, mas também inúmeros pequenos agricultores e ex-agricultores com e sem terra. Destes, alguns já haviam abandonado as áreas rurais, contribuindo para a formação de novos bairros em São Miguel ou para o aumento das periferias de outras cidades catarinenses e brasileiras. Havia também aqueles que atraídos por propagandas de terras “boas e baratas” tinham seguido em direção as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, especialmente para o estado do Mato Grosso, dando assim continuidade ao processo migratório iniciado há mais de um século pelos seus antepassados.<sup>246</sup>

Por outro lado, havia agricultores que insistiam lutando no campo, organizando-se através de sindicatos, igrejas, e entidades, promovendo encontros, debates, protestos e passeatas. Em outubro de 1984, por exemplo, a mesma edição de *O Celeiro* que trazia como notícia central o “caso dos favelados” de São Miguel do Oeste também enfatizava o protesto que seria realizado naquele mês pelos agricultores do Extremo Oeste. Segundo o jornal, durante três dias, os pequenos agricultores da região organizados em mais de 10 sindicatos de trabalhadores rurais paralisariam suas atividades contra os altos juros

---

<sup>246</sup> - No início dos anos 80, propagandas divulgadas pelos jornais locais convidavam os moradores da região a migrar para o Mato Grosso. Em uma dessas propagandas, publicada em fevereiro de 1982 pelo jornal *Tribuna do Oeste*, uma imobiliária de São Miguel do Oeste oferecia “terra boa e barata” aqueles que estivessem dispostos a deixar o Oeste de Santa Catarina. “Venha conhecer a nova fronteira agrícola do Brasil. Terra boa e barata é em Mato Grosso. Planeje hoje mesmo o seu futuro e o de seus filhos. Terras de mato, a partir de dez alqueires, a preços baixíssimos e com todas as comodidades. Estradas, água abundante, centro urbano, escolas, hospitais, agências bancárias, Emater, armazéns da Cibrazem, ônibus diários”. Os atrativos oferecidos em anúncios como este não eram muito diferentes daqueles divulgados a mais de trinta e cinco anos atrás para atração de novos colonos ao Oeste de Santa Catarina. *Tribuna do Oeste*. Terra boa e barata. São Miguel do Oeste, 06 fev. 1982, p. 04.

cobrados no crédito agrícola, os baixos preços recebidos pelos produtos vendidos, os projetos de construção de barragens e em favor da reforma agrária.<sup>247</sup>

Conforme mostrou Strapazzon (1997), todos estes assuntos acima já vinham sendo alvo de debates e protestos há vários anos no Oeste catarinense. A reforma agrária, por exemplo, foi um dos temas que mais gerou polêmica em todo o Brasil, principalmente depois das ocupações de 1979 no Rio Grande do Sul e 1980 em Santa Catarina. Foi nesse último ano que nasceu o Movimento dos Sem Terra (MST) no estado, reunindo milhares de agricultores e ex-agricultores.

Em São Miguel do Oeste, as fontes pesquisadas indicam que a primeira ocupação realizada pelo MST ocorreu em junho de 1981 em uma área de 68 colônias pertencente à Madeireira Alberico Azevedo. Esta ocupação, no entanto, acabou sendo frustrada, motivando a prisão de 41 das cerca de 150 pessoas envolvidas.<sup>248</sup> Depois de retiradas das terras ocupadas, algumas destas famílias foram encaminhadas por membros da Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica para uma associação na cidade de Descanso, enquanto outro grupo foi alojado provisoriamente no parque de exposições da FAISMO.

Segundo Idelvino Furlanetto, que na época era um dos líderes da ocupação acima, foram parte dos moradores destes dois últimos locais que anos mais tarde acabaram dando origem não só à nova “favela” na BR-282, como também aos novos assentamentos do MST no interior de São Miguel do Oeste.<sup>249</sup>

As lutas dos “favelados” e dos “sem-terra” eram, portanto, lutas comuns, realizadas muitas vezes pelos mesmos personagens. Em 1985, por exemplo, enquanto dezenas de

---

<sup>247</sup> - O Celeiro, 06/10/84. Op. cit., p.24.

<sup>248</sup> - Tribuna do Oeste. Um morto e dois feridos na invasão de terras. São Miguel do Oeste, 13 jun. 81, p.12.

<sup>249</sup> - Furlanetto, Idelvino. Entrevista informal concedida a Adriano Larentes da Silva. Florianópolis, 28 jul. 2003.

“favelados” lutavam no espaço urbano, inúmeros outros trabalhadores ligados ao MST realizavam grandes ocupações de terras em quatro municípios do Oeste Catarinense. Em São Miguel do Oeste, segundo o jornal *O Celeiro*, estas ocupações ocorreram inicialmente na madrugada do dia 26 de maio nas localidades de Entre Rios e Dois Irmãos.

“Na madrugada do último domingo, quase quatro mil agricultores sem terra invadiram e se instalaram em propriedades de quatro municípios do oeste catarinense. Foi uma operação em massa e surpreendente, sendo que aproximadamente três mil pessoas se alojaram em Abelardo Luz, 200 em Mondai, 40 em Romelândia e 500 em São Miguel do Oeste”.<sup>250</sup>

Com estas ocupações, surgiam então no município “novos acampados”, só que desta vez na área rural. Estes, da mesma forma que os acampados da cidade, também moravam em barracos de lona conforme mostra a foto abaixo, eram pobres e acima de tudo, mantinham o sonho de um dia possuir um pedaço de terra para plantar. Além disso, ambos sofriam com a discriminação e o desprezo de uma parcela significativa da população local, que os via como uma “classe perigosa” a ser permanentemente vigiada e controlada.



Acampamento de Entre Rios – SMO – maio de 1985  
Fonte: Arquivo de Fotografias do Jornal *O Celeiro*

<sup>250</sup> - *O Celeiro Regional*. Sem-terras ocupam propriedades: questão vai à justiça. São Miguel do Oeste, 30 mai. 1985, p. 05. Dias após estas primeiras ocupações surgiram em São Miguel do Oeste acampamentos também nas comunidades de Bela Vista das Flores e Treze de Maio, além de aumentar o número de famílias alojadas no acampamento de Dois Irmãos.

Se quiséssemos usar a expressão utilizada na época pelo então governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, diríamos que ambos, “sem-terra” e “favelados”, eram os “pequenos”, ou seja, aqueles que deveriam merecer uma maior atenção por parte do estado. Foi a partir dessa perspectiva que o governo de Esperidião Amim – 1982-1986 desenvolveu sua política de assistência social visando dirimir conflitos que neste período estavam presentes não apenas no campo, mas também em inúmeras cidades catarinenses. Entre estas cidades, os maiores problemas concentravam-se em Florianópolis, capital do estado, onde desde o início dos anos 80 vinham ocorrendo despejos, ameaças de despejos e conflitos por terra. Em 1984, mesmo ano da descoberta da “favela” em São Miguel do Oeste, foi formada a Comissão da Terra no Morro da Penitenciária, uma comunidade da capital ocupada por migrantes serranos. A formação dessa Comissão era uma resposta dos moradores desta comunidade às ameaças que vinham sofrendo em relação aos terrenos ocupados por eles há vários anos.<sup>251</sup> Foi também em 84 que ocorreu na cidade de Joinville, norte do estado, um Encontro Estadual de Direitos Humanos organizado pela Igreja Católica. Nele, nasceu a Comissão dos Sem Terras das Periferias, mais tarde, denominada Movimento dos Sem Teto de Santa Catarina. As principais tarefas dessa Comissão seriam representar as comunidades junto aos órgãos oficiais, “mantê-las em contato permanente entre si” e “participar dos problemas das comunidades, bem como estar presente nos conflitos surgidos nelas”.<sup>252</sup>

A formação da Comissão dos Sem Terra das Periferias, refletia a preocupação cada vez maior da Igreja Católica com os setores marginalizados do meio urbano brasileiro. Essa

---

<sup>251</sup> - SILVA, Adriano L. Morro da Penitenciária: uma experiência de luta pela terra. Florianópolis: UFSC, 2001 (Trabalho de Conclusão de Curso em História).

<sup>252</sup> - TIETJEN, Elizonete. A luta pela terra no Morro da Penitenciária e a contribuição do Serviço Social. Fpolis: UFSC, 1994 (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social), p.29.

preocupação foi manifestada claramente a partir de 1980 na XVIII Assembléia Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através do documento *Igreja e Problemas da Terra*, onde a Igreja assumiu o compromisso de

“defender e promover as legítimas aspirações dos trabalhadores urbanos (...) em relação aos direitos necessários a uma existência digna da pessoa humana, especialmente, no que se refere ao direito a terreno e moradia, alterando o regime de propriedade urbana e da especulação imobiliária.” CNBB (1981, p. 7)

Até então, as discussões sobre a terra dentro da CNBB limitavam-se quase sempre ao problema da terra no meio rural, onde atuava a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Além das mudanças no interior da Igreja Católica, a criação da Comissão dos Sem Terra das Periferias era consequência direta dos inúmeros problemas de falta de moradia que existiam nas grandes cidades de Santa Catarina. A falta de moradia estava associada a insuficientes investimentos na área de habitação popular e, principalmente, a um crescimento desordenado que vinha ocorrendo principalmente nos maiores centros urbanos catarinenses desde os anos 70. Entre os motivadores desse crescimento, está o fato de que a cidade era, e continua sendo, o lugar onde estavam (estão) localizados os melhores centros de saúde, de ensino, de oportunidade de emprego e de lazer. Além disso, problemas como a falta de políticas de apoio à pequena propriedade, e a modernização da agricultura, também contribuíram (contribuem) para a concentração da terra em Santa Catarina e levaram, e ainda tem levado, milhares de pessoas, “atormentadas pela pobreza e pela miséria dos campos”, a migrar para as cidades<sup>253</sup>. Isso explica em partes os dados do Censo divulgado pelo IBGE em 1980, mostrando que, pela primeira vez, a população urbana catarinense superou a rural<sup>254</sup>.

---

<sup>253</sup> - OLINGER, Glauco. *Êxodo rural: campo ou cidade?* Florianópolis: Acaresc, 1991, p.14.

<sup>254</sup> - IBGE. *Censo Demográfico de 1980: Santa Catarina. IX Recenseamento Geral do Brasil.* Vol. I. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

Com a criação da Comissão dos Sem Terra da Periferia, a luta pela terra em Santa Catarina ganhou novos contornos. Ou seja, já não se restringia ao campo, ao latifúndio improdutivo, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas envolvia também terras do Estado e de particulares localizadas nas cidades e que eram ocupadas por posseiros.

### **Aprendendo a reivindicar**



BR-282 – 30 de outubro de 1986

Fonte: Jornal O Celeiro

A espera por providências do poder público em relação a sua situação, as famílias que permaneceram acampadas às margens da BR-282 em São Miguel do Oeste foram surpreendidas em outubro de 1986, quando sete de suas casas acabaram sendo derrubadas pela Polícia Rodoviária Federal.

“Cumprindo ordem da chefia do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem de Florianópolis, a Polícia Rodoviária Federal, com sede em Chapecó, na tarde de quarta-feira desfez sete dos nove barracos que foram erguidos por famílias carentes na faixa de domínio da União, na margem esquerda da BR-282, nas proximidades do trevo de acesso a São

Miguel do Oeste. Resultado dessa medida, 15 crianças e 16 adultos ficaram a céu aberto”.<sup>255</sup>

Com a derrubada dos barracos pela polícia, as famílias ficaram mais uma vez desalojadas, sem ter para onde ir. Agora, no entanto, as providências já vinham sendo tomadas pela prefeitura de São Miguel do Oeste e pela AMAPEC que, após o insucesso da compra de uma área de terras na Barra do Guamerim, haviam decidido pela construção de um conjunto habitacional no perímetro urbano do município. Neste local, localizado na divisa dos atuais bairros São Luiz e Salete, a estimativa inicial da prefeitura, segundo o jornal *O Celeiro*, era construir 146 casas com aproximadamente 30 metros quadrados cada uma. Porém, como as casas ainda não haviam sido feitas, representantes do poder público e da AMAPEC resolveram transferir provisoriamente as famílias desalojadas para um terreno pertencente à prefeitura, localizado próximo ao antigo “Campo Municipal”. Ali, onde até aquele momento viviam apenas duas famílias, surgiu então uma nova comunidade, denominada mais tarde pela polícia de “favela Serra Pelada”<sup>256</sup> e pela Igreja Católica de “Comunidade Nossa Senhora das Graças”.

Entre as famílias transferidas para as proximidades do “Campo Municipal” em outubro de 1986, uma das poucas que ainda permanecem neste espaço até hoje é a de Maria Terezinha Gomes. Nascida no município de Dionísio Cerqueira, no Extremo Oeste

---

<sup>255</sup> - O Celeiro. SMBES e AMAPEC buscam alternativas para os carentes. São Miguel do Oeste, 02 nov. 1986, p. 06.

<sup>256</sup> - O nome Serra Pelada é uma alusão à região do Pará para onde migraram milhares de pessoas nos anos oitenta em busca de ouro. Nesta região, a forma como os garimpeiros ocupavam os espaços era semelhante a forma de ocupação da “favela” acima mencionada. Ou seja, por localizar-se em uma região de morro, os barracos da “favela” eram construídos uns acima dos outros e juntos lembrariam os vários degraus dos barrancos construídos pelos garimpeiros da Serra Pelada para a extração do ouro. Em ambos os casos, o que se via de fora eram pessoas “pobres” que, por não ter nada a perder, arriscavam a sorte sujeitando-se a qualquer situação.

catarinense, ela morou na cidade onde nasceu até os 11 anos idade, quando então os pais decidiram migrar para São Miguel do Oeste. Junto com a família e com o esposo trabalhou na erva mate durante muito tempo e só parou quando ficou grávida, há cerca de treze anos atrás.

Conversei com Maria Terezinha em janeiro de 2003, momento em que me falou sobre sua chegada na comunidade onde mora após ter tido sua casa derrubada pela Polícia Rodoviária Federal.

“Nós ficamos eu acho que uns dois anos lá (próximo ao Trevo), depois nós viemos pra cá. (...) Nós estávamos trabalhando na erva e quando chegamos. Nós chegamos no sábado de tarde e quando foi segunda de manhã nós estávamos dormindo e chegaram para fazer o despejo. Daí foi ligado para o Cilião e ele chegou e carregou nós e trouxe aqui. E aqui nós ficamos até agora.”<sup>257</sup>

Segundo Maria Terezinha, das famílias “carregadas” para o novo local, a sua era a que possuía o maior número de pessoas.

“Veio toda a (família) dos Gomes. Daí veio duas dos Moura, (...) tinha umas cinco ou seis famílias das outras pertencentes por lá. Mais era só Gomes. Tinha uma turma de Gomes que tá louco (risos). Era bastante (o número de pessoas expulsas). Eu acho que tinha umas trinta e poucas (pessoas), fora as crianças. (...) Chegamos aqui, eles descarregaram nós e nós fizemos barraquinhas de lona como fazíamos nos acampamentos. Porque nós não tínhamos morada certa também. A gente vivia morando pra cá e pra lá. Fizemos só uma barraquinha de lona.”<sup>258</sup>

Como percebe-se pelos depoimentos acima, para Maria Terezinha a solução para o despejo sofrido não foi dada pela prefeitura ou pela AMAPEC e sim pelo dono da ervateira para o qual ela e sua família trabalhavam. “Daí foi ligado para o Cilião e ele chegou e carregou nós e trouxe aqui”. Outro aspecto importante é que a mudança para o novo espaço e a moradia ali construída não foram encaradas como algo que tenha alterado muito o seu dia a dia. Conforme ela, os moradores despejados já estavam acostumados a morar “pra cá

---

<sup>257</sup> - GOMES, Maria Terezinha. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 31 jan. 2003.

e pra lá” em função do trabalho com a erva-mate. Portanto, a chegada à região do “Campo Municipal” há mais de 15 anos atrás, aparece no discurso atual de Maria Terezinha como mais um entre tantos outros deslocamentos que já haviam sido feitos ao longo de seus 39 anos de vida.

Além de Maria Terezinha, outra mulher que participou dos primeiros momentos da nova comunidade foi a ex-agricultora Maria Edir Jeziosrqui, na época integrante da Pastoral da Saúde da Igreja Católica. Moradora das proximidades da nova “favela”, ela foi uma das escolhidas pela paróquia local para auxiliar os recém-chegados.<sup>259</sup>

“Dos primeiros que chegaram aqui tinha muita gente doente. Tanto era idosa como criança. E daí como nós tínhamos o padre Cyrillo... eu já trabalhava nas pastorais, eu trabalhava na pastoral da saúde. Aí o padre Cyrillo e a irmã Terezinha quiseram que a gente começasse vim aqui com eles. A gente era um pouco mais conhecida, era pessoa humilde e daí era mais fácil também pra eles se achegarem. E começamos o trabalho aqui. Tinham os barraquinhos assim que (era) uma estaca ali, outra aqui e a lona no meio e, em um dia como hoje, fervendo. Quem é que não ia ficar doente?”<sup>260</sup>

De acordo com Maria Edir, entre as principais dificuldades da nova comunidade nos primeiros anos estava, por um lado, o “barral” provocado pela água que vertia nos dias de chuva e, por outro, a inexistência de água tratada para o consumo dos moradores. “Aqui era situação precária”, relembra ela. “Vinha uma água daqui, tinha um barral, uma coisa, Deus nos livre”.

Diante das necessidades existentes, mais que amenizar as doenças e os sofrimentos dos moradores, o trabalho de Maria Edir era também tentar organizá-los à luz do Evangelho.

“E daí a gente começou esse trabalho aqui de evangelizar e organizar eles também. Começamos a organizar pra nós reivindicar pelo menos a água pra eles. Daí foi, foi mais

---

<sup>258</sup> - Idem.

<sup>259</sup> - Maria Edir morava e mora até hoje no Bairro Salete a cerca de 500 metros da região ocupada.

<sup>260</sup> - JEZIOSRQUI, Maria Edir. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 31 jan. 2003.

um tempo, a saúde era precária demais, aquele tempo não tinha essas facilidades nos postos de saúde. E nós começamos a reivindicar pra eles conseguir uma água aqui.”<sup>261</sup>

A luta pela água, segundo Maria Edir, foi uma das primeiras lutas organizadas da comunidade. Dela participaram moradores e lideranças da Igreja Católica que, juntos, realizaram duas manifestações públicas. Uma delas ocorreu por volta de 1988, quando um grupo de 42 moradores ocupou o prédio da prefeitura da cidade pedindo uma audiência com o prefeito municipal.

“A gente pegava um grupo e ia. Um dia nós fomos em 42 pessoas lá pra prefeitura. Sol quente como hoje, era um forno, e nós ficamos todo o dia e uma tarde lá. (...) Foi mais ou menos em 88. Fazia poucos anos que estavam aqui e nós lutamos por isso. Porque eles não tinham uma água, não tinham nada. Tinha aquela sanga (rio Guamerim) ali. E daí fomos lá pra prefeitura e ficamos das duas e meia da tarde até as seis meia para conseguir falar com o prefeito.”<sup>262</sup>

Neste dia, segundo Maria Edir, a presença e a liderança do padre Cyrillo Matiello foi fundamental para animar os moradores diante da negativa do poder público em atendê-los.

“Não, não (não queriam atender). De jeito e maneira. Mas o padre era bem parado mesmo e ele sentou o pé e disse: ‘vamos ficar aqui. Enquanto eles não atender, nós não saímos’. E daí eles conseguiram atender nós, pra nós reivindicar sobre essa água, que eles conseguiram essa água porque não podia viver assim, e deixar eles aqui também. Porque eles queriam retirar eles”.<sup>263</sup>

A presença e a atuação de Maria Edir e de religiosos como o padre Cyrillo Matiello fazia parte de um trabalho de base que refletia a forte influência da Teologia da Libertação no interior da Igreja Católica local. Foi graças a essa influência, que moradores como Maria Terezinha, que antes mantinham uma relação de dependência com o patrão, passaram a reivindicar seus direitos, como, por exemplo, o acesso à água potável. Estabeleciam assim,

---

<sup>261</sup> - Idem.

<sup>262</sup> - Idem.

<sup>263</sup> - Idem.

uma nova relação com o território habitado e com a cidade. Diferente de momentos anteriores, nos quais manifestavam pouca resistência à transferência de um lugar para o outro, agora lutavam contra aqueles que queriam tirá-los de onde estavam.

A Igreja, portanto, além de ser um espaço de oração e de fé, era também um lugar de organização, de luta e resistência dos moradores. Ela era o centro e um dos principais elos de toda uma rede de pessoas, entidades e movimentos sociais.



“Favela Serra Pelada” – 1989

Fonte: Acervo pessoal de Maria Terezinha Gomes

Em São Miguel do Oeste, os setores populares da Igreja Católica atuavam de forma integrada com a Igreja Luterana, Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento das Mulheres Agricultoras, partidos de esquerda, Central Única dos Trabalhadores e sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais. Essa forma de atuação preocupava e gerava apreensão entre os grupos mais conservadores da sociedade local. Através dos jornais e do rádio, membros destes grupos faziam duras críticas e acusações

principalmente a lideranças religiosas, tentando colocar em dúvida sua legitimidade perante a população da cidade e da região.

Foi isto que ocorreu, por exemplo, em outubro de 1987 em uma entrevista concedida por Kit Abdala, líder da UDR – União Democrática Ruralista, à Rádio Peperi AM. Nesta entrevista, Abdala fez referências diretas a Dom José Gomes, bispo de Chapecó e ao padre Cyrillo Matiello, pároco de São Miguel do Oeste, levantando suspeita sobre o passado deste último e dizendo possuir documentos que o incriminavam. Para Abdala, padre Cyrillo era “um falso profeta” que em suas missas falava muitas “besteiras”, atentando “contra a segurança nacional”.<sup>264</sup>

A atitude hostil de Kit Abdala e da UDR à lideranças da Igreja Católica da região, era uma resposta às denúncias feitas por padre Cyrillo de que esta entidade estaria planejando o assassinato do bispo de Chapecó Dom José Gomes. Esta denúncia foi formalizada através de uma carta assinada por ele e outros religiosos da paróquia de São Miguel do Oeste e publicada no jornal *Folha do Oeste* na edição do dia 24 de outubro de 1987.

“Neste sábado, dia 24, como está sendo amplamente divulgado, acontecerá a fundação da UDR Regional em São Miguel do Oeste. Vários presidentes de UDR regionais de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul estarão presentes, dentre os quais o Dr. Kit Abdala, presidente da UDR de Francisco Beltrão-PR. Dom José está em São Miguel do Oeste, realizando crismas em toda a paróquia. Agora que está em nosso meio recebe a notícia do plano de seu assassinato. Será mera coincidência?”<sup>265</sup>

A troca de acusações e ameaças que existiam contribuía para gerar um clima de tensão na cidade. E esse clima interferia diretamente nas percepções de autoridades e população em geral sobre os objetivos do trabalho da Igreja junto aos moradores mais

---

<sup>264</sup> - Fundação da UDR. Entrevista com Kit Abdala. São Miguel do Oeste: Rádio Peperi Am, 24 out. 1987.

<sup>265</sup> - Folha do Oeste. A pedido: plano de assassinato de Dom José Gomes, bispo de Chapecó. Como a UDR planeja os assassinatos. São Miguel do Oeste, 24 out. 1987, p.08.

pobres, como era o caso daqueles instalados nas proximidades do Campo Municipal. As desconfianças aumentavam ainda mais quando outros agentes se aproximavam desses moradores.

Segundo Maria Edir, isso acontecia, por exemplo, quando lideranças sindicais visitavam a comunidade. Nestes casos, o medo tomava conta tanto de lideranças ligadas à Igreja e aos movimentos sociais, quanto dos representantes do poder público e dos setores conservadores da sociedade local.

“(…) era uma luta braba. Eles maltratavam muito a gente, a prefeitura, assim, maltratavam. Eles chegavam vim, quando nós vínhamos aqui, eles mandavam gente da prefeitura vim aqui e ficar espiando, escutando. Porque nós fazíamos fora, botava em um barraco ali no sol. (Vinham) escutar o que nós tava conversando para depois contar pra eles. (…) Daí tinha um cara do sindicato, que era o Furlanetto, ele deu uma mão pra nós, porque ele era meio peitudo. Ele vinha, pegava nós com o carro e leva nós pra casa. Eu tinha medo porque tinha dois ou três ali em cima espiando.”<sup>266</sup>

Para Maria Edir, havia um controle do trabalho que estava sendo realizado junto aos moradores. E a responsável por este controle era a própria prefeitura da cidade que mandava pessoas para ficar “espiando, escutando” as conversas que eram realizadas.

“Porque em 85 deu aquela ocupação de terra, dos sem-terra, que foi Entre Rios e taratátá. Então era isso que eles temiam. Achavam que essa gente, como eles vieram e se acamparam aqui, eles iam ocupar as casas deles, invadir as casas deles, os terrenos deles. Então a gente e mais o padre apelou que não era isso que essa gente tava fazendo. Essa gente nem tinha coragem de fazer essas coisas”.<sup>267</sup>

Havia, portanto, uma grande homogeneização dos diferentes grupos ligados e apoiados pela Igreja, fazendo com que os “favelados” fossem relacionados com as invasões de terra, os partidos políticos de esquerda, as greves de trabalhadores urbanos e os protestos dos pequenos agricultores. Tudo isso, contribuía para que estes sujeitos despertassem medo

---

<sup>266</sup> - JEZIOSRQUI, Maria Edir. Op. cit.

<sup>267</sup> - Idem

e passassem a ser tratados com hostilidade por autoridades e pela população de São Miguel do Oeste, conforme mostrou acima a entrevistada Maria Edir Jeziosrqui. Esse medo e hostilidade, no entanto, não era apenas em relação aos moradores das proximidades do Campo Municipal, mas tinha a ver com todos os outros habitantes pobres do município, em especial aqueles que gradativamente iam se agrupando no entorno do novo Conjunto Habitacional em construção na zona oeste da cidade.

### **A concentração da pobreza e os novos conflitos urbanos**

A construção do Conjunto Habitacional em São Miguel do Oeste teve início em 1987 e tinha o objetivo de abrigar em novas residências as famílias pobres do município. Conforme mostrei acima, o local escolhido para a instalação destas famílias foi uma área de terras localizada na divisa dos bairros Salete e São Luiz.

Era nesta região da cidade que cada vez mais famílias oriundas de diferentes bairros de São Miguel e de outros municípios do Extremo Oeste chegavam na esperança de conseguir uma casa para morar. Com isso, elas se somavam aos diversos moradores ali residentes, entre eles aqueles que habitavam a região do antigo Mundo Novo e as proximidades das Olarias (fábricas de telhas e tijolos), aos novos e antigos moradores das imediações do Campo Municipal e a um pequeno grupo que morava há vários anos em frente à garagem de máquinas da prefeitura.

Neste último local, segundo antigos moradores, chegavam diariamente famílias inteiras com suas mudanças. “Muitas pessoas vieram. Veio do Cedro (São José do Cedro), veio de Anchieta, tem gente ali até de Campo Êre, (...) de Guaraciaba. De tudo é que lado vieram pra ver se eles pegavam essas ditas casinhas”, explicou Dona Ilair Morais, moradora

das proximidades da garagem da prefeitura desde os anos 60.<sup>268</sup> Segundo ela, os barracos apareciam da noite para o dia, impedindo qualquer reação da prefeitura municipal.

“Isso aqui rapaz, eu vou te dizer uma coisa. Eu morava aqui nesta casinha que mostra ali (em frente a Igreja) e às vezes de noite tu ouvia um barulhão, um caminhão. Levantava espiar, ver o que era. Eram os caminhõezões que entravam com as madeiras e coisas. Isso acontecia no sábado. Quando chegava na segunda os da prefeitura não podiam tirar pois a casa já tava feita. Como é que ia tirar? Não tinha jeito. E ali foi enchendo, enchendo de gente”.<sup>269</sup>

De acordo com Dona Ilair, além da perspectiva das famílias em conseguir uma das “casinhas” no novo Conjunto Habitacional, outro fator que favoreceu a entrada de novos moradores neste local foi a venda de terrenos por moradores da própria comunidade. Com isso, segundo ela, novos e antigos moradores “foram fazendo cidade” nos arredores do Conjunto Habitacional.

“A Filomena começou vender. Essa turma ali tu pode pedir pra qualquer um que tem ali pra cima. Quem te colocou aqui? De quem tu comprou? Da Filomena e do finado... como é o nome dele? O Idelfonso. Eram eles que vendiam os pedacinhos, os pedacinhos e daí foi se enchendo, enchendo, enchendo. (...) Ninguém tinha escritura, só o direito de morar. E daí foram fazendo cidade.”<sup>270</sup>

As terras comercializadas por Filomena e Idelfonso, assim como aquelas nas quais morava Dona Ilair, pertenciam inicialmente à madeireira Alberico Azevedo, tendo passado mais tarde às mãos de antigos moradores e da prefeitura municipal.<sup>271</sup> Estas terras ficavam em uma região de morro, na encosta de um córrego poluído, cuja nascente se encontrava nas proximidades do hotel San Willas. Era neste local, hoje conhecido popularmente como “Morro da Fumaça” e designado pela Igreja Católica como Comunidade Sagrada Família,

---

<sup>268</sup> - Antes de morar nas proximidades da Garagem da Prefeitura, Dona Ilair residia no bairro São Jorge, em São Miguel do Oeste. Sua chegada ao local acima ocorreu após um incêndio que destruiu totalmente a residência de sua família. MORAIS, Ilair. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 31 jan. 2003.

<sup>269</sup> - MORAIS, Ilair. Op. cit.

<sup>270</sup> - Idem

que residiam diversos moradores no final dos anos 80, conforme mostra a foto abaixo, publicada em 1989 pelo jornal *Folha do Oeste*:



“Morro da Fumaça” – 1989

Fonte: Arquivo de fotos do Jornal Folha do Oeste

As famílias residentes na comunidade Sagrada Família, assim como aquelas que habitavam a atual comunidade Nossa Senhora das Graças (Serra Pelada) e o entorno do Conjunto Habitacional, tinham em comum, além de trajetórias de vida marcadas pela pobreza e exclusão social, também o desejo de possuir sua casa própria. No entanto, de todas elas, somente algumas foram transferidas para as Casas Populares a partir de 1988, quando foram inauguradas as primeiras setenta e três moradias construídas pela AMAPEC e prefeitura municipal em parceria com a COHAB-SC e Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.<sup>271</sup> Assim, muitas famílias permaneceram em

---

<sup>271</sup> - As terras mencionadas foram entregues pela família Azevedo à prefeitura de São Miguel do Oeste em 1984 em troca dívidas com obras de calçamento, conforme documento do Registro de Imóveis da cidade.

<sup>272</sup> - Neste mesmo período, além de São Miguel do Oeste, outros municípios do Extremo Oeste também construíram conjuntos habitacionais. Entre eles, estão Itapiranga e Campo Êrê.

barracos cobertos com lonas, enquanto outras seguiram para diferentes lugares de Santa Catarina e do Brasil.

Para as famílias que ficaram em São Miguel do Oeste, além das dificuldades econômicas e de moradia, outro grande desafio a ser enfrentado era o preconceito e a discriminação que existia no próprio bairro onde moravam e na cidade como um todo. Isto porque, aos olhos das autoridades municipais e de boa parte da população migueloestina, elas continuavam a ser tratadas como “classes perigosas”, porém com a diferença de que agora não estavam tão espalhadas por diferentes regiões da cidade como ocorria até então.

Com a construção do Conjunto Habitacional no bairro São Luiz, as lideranças locais acabaram concentrando a maior parte dos pobres da cidade em uma mesma região, contribuindo assim para que estes sujeitos fossem mais uma vez tratados de forma homogênea pelo restante da população da cidade e vistos como a causa do aumento dos problemas do município. Além disso, eles passaram a ser alvo de constantes acusações da polícia, as quais ajudaram a reforçar a imagem destes como seres perigosos e violentos. Foi isto que ocorreu principalmente a partir de janeiro de 1990, quando surgiram as primeiras notícias relatando as ocorrências e o desconforto motivados pela construção do Conjunto Habitacional na região do bairro São Luiz. Em função destas notícias, “antigos” moradores daquele bairro passaram a cobrar uma denominação diferente à área habitada por seus “novos” vizinhos.

“As chamadas “casas populares”, núcleo habitacional de pessoas carentes localizado no bairro São Luiz, tem registrado o maior índice de ocorrências policiais, envolvendo pequenos furtos (bujão de gás, prancha de skate, etc.), mas principalmente agressões e bebedeiras. Os antigos moradores do São Luiz já manifestaram descontentamento pelo fato das ocorrências nas casas populares serem identificadas como ocorrências no bairro. Sugerem uma denominação diferente à área dos carentes”.<sup>273</sup>

---

<sup>273</sup> - Folha do Oeste. Plantão Policial: muitas ocorrências nas casas populares. São Miguel do Oeste, 28 jan. 1990, p. 12.

Segundo informações do então delegado de polícia Maurício Eskudlark ao jornal *Folha do Oeste* de 28 de janeiro de 1990, o aumento no número de ocorrências no bairro São Luiz ou nos arredores das Casas Populares era uma das conseqüências da estratégia adotada pelo poder público migueloestino visando concentrar a população empobrecida em um único local. Para ele, a concentração de pessoas naquele núcleo habitacional também concentrou problemas, à medida que os órgãos assistenciais não tiveram condições de atender a todos. De acordo com Eskudlark, a distribuição dos moradores pobres por diferentes bairros da cidade como ocorria antes permitia um melhor atendimento pelas instituições públicas. Agora, porém, o fato destes moradores viverem juntos ou em pequenas casas muito próximas umas das outras fazia com que os conflitos aumentassem. Na opinião de Eskudlark, o objetivo de acabar com as “favelas” além de não ter sido atingido, também acabou gerando mais problemas na cidade.<sup>274</sup> Foi partindo desta constatação que, no início dos anos 90, as autoridades locais e estaduais resolveram transferir a Delegacia de Polícia Civil da região central para um prédio localizado em frente à comunidade Nossa Senhora das Graças e que em 1993 o próprio Eskudlark, agora vereador, entrou com uma Indicação na Câmara Municipal solicitando a “desocupação da área” da “favela” “Serra Pelada” e a “transformação” desta “em praça de lazer e de esportes”.

“A transformação do local em Favela pela Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, trouxe grandes problemas e prejuízos para os moradores dos Bairros Salete, Cideral e São Luiz. Existem no local algumas boas famílias que enfrentam dificuldades para melhor colocação, mas muitos marginais e elementos de alta periculosidade se alojaram no local e tem provocado pânico e terror nas famílias vizinhas. Sabe-se que a família Spier, que doou a Área para a Prefeitura, já pensa em requerer a devolução em virtude do desvirtuamento dos objetivos dados ao Imóvel.<sup>275</sup> As Famílias do local devem ser

---

<sup>274</sup> - Ibidem.

<sup>275</sup> - A área mencionada foi doada pela família Spier à Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste em 1977, segundo informações fornecidas por representante do executivo municipal ao Jornal Regional (Jornal Regional, 06/11/93, p. 12)

assentadas em locais variados para evitar a criação de novas favelas em nosso Município”.<sup>276</sup>

A partir dos anos 90, portanto, longe de serem apaziguados, os conflitos urbanos em São Miguel do Oeste continuaram ocorrendo, mantendo em lados opostos os sujeitos identificados como “favelados” e aqueles que se mostravam hostis às “favelas” e a seus moradores. Agora, no entanto, ao contrário de momentos anteriores, o principal “motivador” dos conflitos, segundo muitos, não era um pequeno grupo isolado, mas sim um conjunto maior de moradores concentrados em uma mesma região. Estes moradores, apesar de possuírem divisões e subdivisões, formando inclusive comunidades distintas, nem sempre foram considerados em suas diferenças pela polícia, pela imprensa e por moradores de outras regiões da cidade, já que continuaram sendo tratados homogeneamente como os “favelados” de São Miguel do Oeste.

Sobre esta representação da “favela” e seus habitantes, o levantamento que fiz em 2003 com moradores de diferentes localidades de São Miguel do Oeste é bastante elucidativo, mostrando que a imagem negativa dos pobres da cidade, os “favelados”, construída a partir dos anos 80 e reforçada pela imprensa e pela polícia principalmente durante a década de 90, se mantém nos dias atuais. É ela que faz com que muitos moradores das comunidades Nossa Senhora das Graças, Sagrada Família e São Francisco de Assis, continuem sendo vistos como seres “perigosos”, “sujos” e “incapacitados”.

Dos vinte e cinco questionários aplicados nos meses de janeiro e fevereiro de 2003, em 17 deles aparece a referência à região das “favelas” como o pior lugar para se morar na cidade ou, como afirmou um dos entrevistados, o local “mais estragado que tem

---

<sup>276</sup> - Câmara Municipal de Vereadores. Indicação nº 262/93 do vereador Maurício José Eskudlark. São Miguel do Oeste, 26 out. 1993.

em São Miguel”.<sup>277</sup> As justificativas para estas respostas são as mais variadas. Alguns, dizem que é por ser este um lugar *feio*, com muitos *bares* e *gangues*, ter pessoas *de fora*, sem trabalho, *desocupadas*, cheias de *vícios* e que por qualquer motivo “passam o facão”.<sup>278</sup> É uma região de muitas *brigas*, de *violência*, onde é *perigoso* passar tanto à noite quanto de dia afirmam outros entrevistados. “Ali não é fácil”, “ali é perigoso” argumentam dois dos moradores da cidade com quem conversei.

Em função desta imagem negativa que as comunidades acima possuem, os moradores locais enfrentam dificuldades na hora de conseguir um emprego, bem como são muitas vezes tratados com desprezo e preconceito por comerciantes, autoridades públicas e população em geral. “Tem gente que às vezes não pega serviço por causa que fala ‘eu moro na favela’. Aí eles pensam que é pessoa de mal. Aqui não é um lugar que os outros gostam” afirmou Davi Miranda, morador da comunidade Sagrada Família.<sup>279</sup> “É favela, é favela” repete ele com tristeza e indignação. Com apenas 16 anos de idade no momento da entrevista, Davi vivia com seus avós com quem dividia as despesas da casa trabalhando como diarista. Aos finais de semana jogava futebol, porém, nem sempre havia jogo segundo ele, já que o seu time não tinha campo próprio e muitas equipes da cidade e do interior por medo e preconceito evitavam marcar jogos, apesar de seu clube, para conseguir se manter na ativa, ter adotado como endereço o nome do bairro vizinho (Salette). Esta situação, na opinião de Joarez Alves de Oliveira, morador e líder comunitário do Conjunto Habitacional, poderia ser revertida se a comunidade tivesse o seu estádio de futebol. A construção deste, na opinião de Joarez, seria “uma grande oportunidade” de acabar com a

---

<sup>277</sup> - Para informações sobre os questionários aplicados, consultar citação nº 89.

<sup>278</sup> - As expressões em itálico e entre aspas foram usadas pelos entrevistados.

<sup>279</sup> - MIRANDA, Davi. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 24 jan. 2003. Acervo do autor.

discriminação existente. “Se saísse esse campo, se o município ceder esse campo, daí o pessoal vai ver que não é tão ruim assim como às vezes falam. Por enquanto a gente tá na espera”, informou ele.<sup>280</sup>

Para este último entrevistado, além do estádio de futebol, outra maneira de acabar ou pelo menos diminuir o preconceito existente é os poderes públicos e a população em geral poder ver as comunidades acima a partir de um novo enfoque, olhando-as de dentro para fora.

“As pessoas precisam se colocar, se colocar como um de nós que mora aqui e olhar daqui pra fora. Não olhar só de fora pra dentro. Porque enquanto essas pessoas olham só de fora pra dentro elas vão continuar fazendo essa discriminação. (...) Hoje nós vemos as pessoas de alta sociedade entrar em um bairro pobre quando é pra pedir voto. Tirando isso eles não entram. Aí como que essas pessoas não vão se sentir excluídas da sociedade?”<sup>281</sup>

De acordo com Joarez, que também é agente do Programa Saúde da Família, é preciso integrar definitivamente os moradores pobres à sociedade local, e não isolá-los como muitas vezes o próprio poder público pretendeu fazer.

“Aonde eu trabalho era pra ser uma localidade (do Programa Saúde da Família), eles (da prefeitura) queriam desmembrar do bairro pra poder excluir mais ainda da sociedade. Isso não pode fazer. Aí nós nunca vamos fazer com que eles sejam uma sociedade. Eles sempre vão ser os excluídos. Sempre vão achar que são os melhores ou os piores.”<sup>282</sup>

O fim da discriminação e da exclusão é hoje, portanto, uma das principais lutas das comunidades acima. Nela estão engajadas a maioria dos seus moradores e inúmeras outras pessoas ligadas à igrejas, sindicatos, entidades públicas e privadas. Foi esta parceria entre agentes internos e externos que fez nascer em 1999 a ACOMAR – Associação dos Coletores de Material Reciclável de São Miguel do Oeste, reunindo inicialmente moradores

---

<sup>280</sup> - OLIVEIRA, Joarez Alves. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 05 fev. 2003. Acervo do autor.

<sup>281</sup> - Idem

<sup>282</sup> - Idem

da CIBRAZEM<sup>283</sup> e das comunidades Sagrada Família, São Francisco de Assis, Nossa Senhora das Graças, Andreatta, Pedreira Pedro Paz, Trevo e Salete (Campo Municipal).<sup>284</sup> No início de 2003, participavam da ACOMAR quatorze famílias, as quais trabalhavam diariamente recolhendo e transportando material reciclável de diferentes pontos da cidade para um galpão provisório localizado nas proximidades da garagem de máquinas da prefeitura.

Com a ACOMAR, os moradores das comunidades acima passaram a ser vistos e tratados de outra maneira na cidade, deixando em alguns momentos de ser “favelados” para se tornar “papeleiros”. Para os novos e antigos associados da ACOMAR, o trabalho com materiais recicláveis além de ser uma alternativa de renda para a família também é uma forma de elevação da auto-estima, de diminuição da discriminação e uma possibilidade de transformação de suas trajetórias de vida marcadas pela miséria e pela exclusão social.

É interessante observar que iniciativas semelhantes a esta acima podem ser encontradas também no interior do município através de associações e cooperativas, como são os casos da Associação de Pequenos Agricultores Nova Esperança e da Laticínios Terra Viva. A primeira, nascida no final de 1999, reúne famílias de pequenos agricultores das comunidades de São Pedro, Canela Gaúcha e arredores, as quais se dedicam à produção de derivados de cana-de-açúcar (aguardente, açúcar mascavo, álcool, etc).<sup>285</sup> Já a segunda, inaugurada oficialmente em 2000, é apenas mais uma das inúmeras iniciativas de

---

<sup>283</sup> - CIBRAZEM é o nome de um antigo depósito de grãos desativado pelo governo federal, localizado na área central de São Miguel. Este local esteve ocupado até 2002 por famílias de “papeleiros”.

<sup>284</sup> - Estas informações sobre a ACOMAR foram obtidas em conversa informal com a socióloga Alexandra Sguário que em 2001 e 2002 atuou diretamente, como representante da prefeitura municipal, na organização e estruturação da ACOMAR. Nesta conversa, tive também acesso a documentos escritos sobre a Associação, os quais constam das referências bibliográficas no final deste trabalho.

<sup>285</sup> - Sobre esta associação os dados estão baseados em entrevista coletiva que gravei com Osmar Von Dentz e Emidio Pelissari, ambos dirigentes da Assoc. Nova Esperança. PELISSARI, Emidio & VON DENTZ, Osmar. Entrevista coletiva concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 07 fev. 2003.

trabalhadores rurais ligados ao MST - Movimento dos Sem-Terra. Em 2003, a Laticínios Terra Viva era responsável pela industrialização de boa parte do leite produzido no Extremo Oeste catarinense, gerando emprego e renda para centenas de famílias de agricultores e moradores de São Miguel do Oeste e região.<sup>286</sup>

Os três exemplos citados acima, ACOMAR, Nova Esperança, e Laticínios Terra Viva mostram que tem sido a partir de sujeitos que foram e continuam sendo considerados “perigosos” e muitas vezes até “pouco dados ao trabalho” que o município e a região vêm se recuperando de mais de 15 anos de decadência econômica. São estes sujeitos que hoje ressignificam suas lutas e põe em xeque o modelo de cidade construído historicamente, bem como dão novos significados às suas memórias e à memória municipal.

### O discurso dos Excluídos: outros olhares sobre a cidade



Panorâmica das comunidades analisadas – 2000

Fonte: Foto Stúdio Andrin

<sup>286</sup> - Para mais informações sobre a Laticínios Terra Viva e outras iniciativas do MST em São Miguel do Oeste, consultar STERTZ (2000).

A foto acima mostra as comunidades São Francisco de Assis (Conjunto Habitacional), Sagrada Família (M. da Fumaça) e Nossa Senhora das Graças (S. Pelada). Como se percebe, elas estão em meio a inúmeras outras residências e espacialmente ficam muito próximas da área central (imagem ao fundo).

Nestas três comunidades, segundo dados da prefeitura municipal de São Miguel do Oeste, moravam em 2001 mais de 250 famílias.<sup>287</sup> Deste total, 147 residiam nas Casas Populares, 60 na comunidade Nossa Senhora das Graças e 51 na comunidade Sagrada Família. Nesta última, de acordo com a prefeitura, viviam 255 pessoas em 51 residências, algumas de alvenaria e em boas condições. Na segunda, havia 150 moradores, divididos em 60 barracos, feitos de madeira ou papelão e cobertos com lona, “sem condições adequadas de moradia”.<sup>288</sup> Já na primeira comunidade, localizada em uma região plana próxima ao rio Guamerim, residiam neste mesmo período 735 pessoas em 124 residências. Neste local, as casas, apesar de pequenas, eram todas de alvenaria. Estas começaram a ser construídas e foram habitadas a partir do final dos anos oitenta, conforme mostrei anteriormente, tendo sido ampliadas pelos próprios moradores. Das três comunidades, o Conjunto Habitacional era o local com melhor infra-estrutura no momento de minhas pesquisas em 2003, contando com uma escola, duas igrejas, associação de moradores, ruas, luz elétrica, água encanada e até uma sorveteria.

Dos moradores das três comunidades acima, boa parte deles são ex-agricultores, ex-peões de fazenda, trabalhadores e ex-trabalhadores da erva-mate, de madeireiras e da construção civil, empregadas domésticas, funcionários públicos, diaristas, coletores de

---

<sup>287</sup> - Os dados aqui apresentados foram fornecidos pela Secretaria Municipal de Ação Social. Ofício nº 141/01 de 09 de agosto de 2001.

<sup>288</sup> - Ibidem

material reciclável, desempregados, entre outros. Foi com alguns destes moradores que conversei nos meses de janeiro e fevereiro de 2003.

Entre os entrevistados está o casal Sebastião e Maria Miranda, que me recebeu de forma bastante carinhosa em sua residência na comunidade Sagrada Família para contar parte de sua história de vida marcada pela migração, pela luta e principalmente pela exclusão social.

Ambos, Maria e Sebastião nasceram em Santa Cruz do Sul-RS e antes de se casarem a mais de 50 anos atrás já trabalhavam na agricultura nas terras dos pais. Depois de casados, foram para as terras do irmão de Sebastião em Soledade-RS e mais tarde resolveram migrar para São Miguel do Oeste também para trabalhar na agricultura, só que agora nas terras de outra família. Chegaram nesta cidade há cerca de 50 anos, “no tempo que a cidade era Vila Oeste”, segundo Dona Maria<sup>289</sup>, e na época que “era tudo Matão”, segundo Seu Sebastião.<sup>290</sup> Em São Miguel, foram criados todos os filhos do casal que, apesar de não ter o reconhecimento oficial, também se considera parte do grupo de pioneiros e desbravadores do município. “Quando nós entramos aqui, olha, se tivesse umas trinta casas... não tinha nem calçamento. Tava começando”, afirmou Dona Maria, fazendo menção ao mato, ao barro, ao primeiro vigário e à antiga e à nova Igreja Matriz, da qual eram sócios.

Segundo Sebastião, a migração para São Miguel do Oeste aconteceu só para “bater cabeça”, pois a riqueza que esperava conquistar não foi conseguida, o que acabou frustrando suas expectativas de ser um “colono arrumado”.

---

<sup>289</sup> - MIRANDA, Maria. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 24 jan. 2003. Acervo do Autor.

<sup>290</sup> - MIRANDA, Sebastião. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 24 jan. 2003. Acervo do Autor.

“Ele (o irmão) veio (para São Miguel) e depois foi me buscar. (...) (Viemos) pra ver se íamos ficar ricos. Porque o meu irmão ele me queria muito bem, porque eu era muito trabalhador, até era mais trabalhador do que ele, mesmo que não ia na roça (risos). Daí ele foi lá e disse assim: ‘vamos se embora pra lá. Vamos se embora se arrumar só com bicho do mato’. (...) Se não fosse os atrapalhos eu era um colono arrumado. Pode ser que um santo dia nós podemos ir olhar a morada que eu morei (no interior).”<sup>291</sup>

Em São Miguel ou Vila Oeste, Sebastião e Maria trabalhavam de agregados nos fundos das terras do patrão, com quem dividiam os lucros da colheita. Moraram ali durante alguns anos, retornando então para a cidade natal em busca de trabalho nas indústrias de cigarros.

“Eu queria pegar emprego lá na firma dos americanos (Souza Cruz). O homem disse: ‘eu lhe dou um serviço muito bom pro senhor’. Até nós sentamos em uma sombra lá dos americanos. ‘Mas o senhor vai trabalhar com um carinho puxar moinharada de farelo de fumo’”.<sup>292</sup>

De acordo com Sebastião, o emprego na “firma dos americanos” só não deu certo porque ele não possuía na época nenhum documento de identificação. “Só por falta de documento que não foi tirado lá ou aqui”, lamenta ele. Assim, um ano depois o casal se viu obrigado a voltar para São Miguel do Oeste, indo novamente trabalhar de agregado para o antigo patrão. Ficaram ali por 18 anos, até que o dono das terras onde moravam resolveu expulsá-los com o auxílio de um advogado, pois temia que estes decidissem reivindicar por *usucapião* a posse do imóvel habitado.<sup>293</sup>

“Ficamos 18 anos”, afirmou Sebastião. “Nós criamos nossas crianças ali, estudamos eles ali e tudo”, disse Maria. “Mas depois aí... eu fiquei velho”, interrompeu Sebastião. “Eu acho que alguém (continuou Maria) colocou na cabeça do Vitório (patrão), calculo, aí ele entrou com o advogado pra tirar nós. Mas não precisava, nós não fazemos

---

<sup>291</sup> - Ibidem

<sup>292</sup> - Idem.

essas sujeiras pra ninguém, graças a Deus que não, mas não sei”. “Porque os anos eram bastante. Mas não, nem que ficasse cem anos.(...) Mas nós não íamos tomar a terra dele. Nem nunca sonhamos. Eu nem me interesse em tomar a terra dos outros”, informou com tristeza e ressentimento Sebastião. “Isso é injusto” complementou Maria.

Depois de expulsos injustamente das terras onde moravam, Sebastião e Maria Miranda migraram com a família para um terreno de uma pessoa conhecida na cidade, onde construíram sua casa. Segundo eles, era uma casa velha de madeira que haviam recebido de “presente” do ex-patrão pelos “serviços prestados”. Esta, o único bem material que possuíam, acabaria sendo vendida mais tarde pela proprietária do terreno, junto com o restante do imóvel. Sem terra e sem teto, o casal começou então a migrar por diferentes lugares da cidade e do interior.

“Nós quando saímos da terra do Vitória viemos morar aqui assim nessa mesma região, mas mais lá em cima. Depois fomos lá... no tempo do Mundo Novo, que agora é o bairro Salete, fomos morar pra lá. E daí saímos e daí morava assim... como lá na terra do Pedro Zanella. Ele meio morou lá. Eu ia daqui. Ficava com ele uma semana, vinha pra casa. Então daí nós ficamos aqui, nesses arredores”.<sup>294</sup>

“Vinte e poucos anos que nós estamos aqui a par da cidade”, informou Sebastião. “Plantando na terra de um, na terra de outro, na terra de um, na terra de outro”, afirmou Maria. “Na terra do Priori eu plantei seis anos. E agora que eu já não posso ir pro sol, agora estamos quietinhos. Não estamos aposentados, mas estamos quietinhos”, complementou Sebastião.

No momento da entrevista, Sebastião e Maria estavam com 70 e 67 anos, respectivamente, e moravam a pouco mais de um ano na comunidade Sagrada Família. A casa foi comprada e estava sendo paga, apesar desta não ter escritura. “Temos um recibo”

---

<sup>293</sup> - O *Usucapião*, segundo o antigo Código Civil Brasileiro é um direito de posse de bem móvel ou imóvel, adquirido por uso pacífico e ininterrupto durante no mínimo 20 anos. Atualmente este prazo caiu para 15 anos com a entrada em vigor do novo Código Civil, Lei 10.406 de 10/01/2002.

informou Sebastião. Antes de morar ali, também foram para a região da grande Porto Alegre “umas quantas vezes” segundo eles, até retornarem para a comunidade Nossa Senhora das Graças e posteriormente para o local atual.

O caso de Maria e Sebastião não é exceção entre os moradores das três comunidades analisadas, nas quais as constantes migrações e a exclusão social deixaram e continuam deixando marcas muito fortes não só em suas próprias vidas, mas também na vida e na memória de inúmeras pessoas da cidade e do interior. É esta também a realidade de Ramão dos Santos, morador do Extremo Oeste Catarinense desde a década de 40 e de São Miguel do Oeste desde 1962, momento em que chegou à cidade em busca de emprego na construção civil. “Era o começo da construção aqui na cidade de São Miguel. Estavam fazendo uma construção grande pra botar uma loja Pernambucanas e aquele foi o começo do meu serviço aí”, explica Seu Ramão, 80 anos de idade e a 13 anos morando nas Casas Populares.<sup>295</sup>

“Em 62 dá pra dizer, não tinha nada. Porque quando eu entrei aí tinha três construçõeszinhas feitas com tijolo, de material, o mais era só casarada de madeira. Tinha dois comércios, duas lojzinhas. Era a Reunidas velha e a Casa Hoffman, era o comércio. (...) Esses bairros aqui, aqui era puro pinhal nessa lombá. (...) Uma capoerama, só roça dava pra dizer”.<sup>296</sup>

Dos seus primeiros anos em São Miguel e da época em que trabalhou na construção civil, Ramão lembra com orgulho das inúmeras obras, grandes e pequenas, que ajudou a levantar.

“Esses prédios antigos eu ajudei fazer todinhos. Aí tá o prédio do Castelli, o cinema, o hotel aquele do Dal Bosco, o hotel... como era o outro?...o hotel do Loddi, aquele lá eu ajudei construir todinho, a Ford um bom eito, a Fuca (Wolkswagen) eu (também) ajudei

---

<sup>294</sup> - MIRANDA, Maria. Op. cit.

<sup>295</sup> - SANTOS, Ramão. Op. cit.

<sup>296</sup> - Ibidem

construir. E construção pequena até não tem quantia. Trabalhei uns sete, oito anos só nessas construções antigas”.<sup>297</sup>

Além da construção civil, Ramão trabalhou durante muitos anos, juntamente com sua esposa Dona Carlinda, como agregado em uma área de terras no interior de Guaraciaba. Mais tarde, no entanto, ambos tiveram que deixar a agricultura já que as terras onde trabalhavam foram comercializadas pelo proprietário. Foi nesse momento, que o casal decidiu voltar para a cidade indo residir no bairro São Jorge, onde permaneceu por 17 anos até conseguir uma das casas do Conjunto Habitacional.

“Depois deu a oportunidade. A gente vivia só pagando aluguel pra lá e pra cá. Deu a oportunidade desse grupo de casa aqui. A prefeitura iniciou. Esse daqui pra baixo (em direção a escola) foi o grupo que a prefeitura fez. E daqui pra cima (em direção a área verde), essa aqui é a primeira casa, foi em mutirão, como diz o ditado. Vinte e cinco casinhas que eu ajudei a construir”.<sup>298</sup>

Segundo Ramão, das casas que ajudou a construir, em poucas delas permaneceram residindo os antigos moradores. Isto porque muitos acabaram vendendo suas casas mesmo antes de terminar de pagá-las, indo embora para outros lugares da cidade e principalmente para outros municípios brasileiros. De acordo com Ramão, esta situação continua a ocorrer até hoje, apesar de poucos ou ninguém ter as escrituras dos imóveis.

“Isso aí já deu muito do brique. O que tem de casinha pra vender aí não é pouca. Mas não é fácil pra vender. Porque aquele que precisa comprar uma casa ele não compra aqui. Tudo é assim meio bagunçado. O povo mais de fora tem medo de se atracar. (...) Tem outros que vendem por aí meio dadinho, tudo na escura assim. Não vai em parte nenhuma passar um papel pelo menos. (...) Tem muitas casinhas que já entrou quatro ou cinco e saiu”.<sup>299</sup>

O vai e vem de moradores tanto nas Casas Populares quanto nas outras duas comunidades analisadas foi confirmado pelo líder comunitário e agente de saúde Joarez

---

<sup>297</sup> - Idem

<sup>298</sup> - Idem

Alves de Oliveira. Segundo ele, a exemplo do que ocorreu em toda a região, muitas famílias saíram nos últimos anos, principalmente em busca de emprego em cidades maiores.

“Tem várias pessoas que a gente vê no dia a dia que vai e volta. Hoje, a maior parte da juventude que olha um pouco pra frente não fica aqui. Inclusive ainda ontem (04.02.03) saiu uma família daqui com quatro filhos. Foram para São Paulo trabalhar de empregados, a família toda. A gente vê dia por dia o pessoal saindo fora pra trabalhar. Isso quer dizer o que? Que nós ficamos empobrecendo cada vez mais”.<sup>300</sup>

Para Joarez, os constantes deslocamentos de um lugar ao outro não são nenhuma novidade, já que estes também fazem parte da trajetória de sua família. Ex-agricultor, Joarez morou em diferentes comunidades do interior do município até que decidiu mudar para a cidade, seguindo o exemplo dos seus pais.

“A gente morou na Linha Treze de Maio, na Linha Caçador Baixo, na Linha Polaca. Nestas comunidades aí, sempre como arrendatários. (...) Até um tempo atrás, antes da agricultura entrar em crise, era muito bom viver no interior. Só que a gente não era proprietário de terra, então acabamos mudando para a cidade achando que era mais fácil viver aqui”.<sup>301</sup>

Na cidade, o local escolhido pela família Oliveira foi a comunidade Nossa Senhora das Graças, onde Joarez residiu durante 10 anos até se mudar para o Conjunto Habitacional. Durante o período em que morou na primeira comunidade, Joarez trabalhou com o pai como diarista em fazendas do município e, mais tarde, arrumou um emprego como descarregador de caminhões em uma cooperativa da cidade.

“Antes de vim morar aqui no Conjunto Habitacional eu morava no bairro Salete, próximo ao Municipal, na favela (Serra Pelada). Eu morei dez anos ali. (...) Não tinha outra opção. Porque não tinha como comprar um terreno. Pagar aluguel também não tinha como. (...) Através dos parentes chegou ao conhecimento das casinhas lá (na favela) que eles compravam e vendiam. Então foi em uma dessas que a gente comprou. O pai primeiro comprou e depois a gente também acabou comprando lá em cima. (...) Foi muito difícil. Quando eu entrei ali a gente trabalhava como diarista. Eu trabalhei três anos a fio com o Bock nas fazendas. O pai também trabalhava (com ele) nessa época lá. A gente levantava

---

<sup>299</sup> - Idem

<sup>300</sup> - OLIVEIRA, Joarez Alves. Op. cit.

<sup>301</sup> - Ibidem

de manhã, saía as seis e meia de casa e regressava as sete da noite. (...) Depois, como a gente ficou mais conhecido no comércio eu acabei trabalhando então como chapa (carga e descarga de caminhões) na cooperativa (Cooper São Miguel). Eu trabalhei seis anos na cooperativa. (...) Era direto o serviço. No tempo de safra, de colheita, fazia dois turnos, um de dia e outro a noite. Era quase mais difícil do que na roça. Porque era mais pesado”.<sup>302</sup>

Além de Maria e Sebastião, Ramão e Joarez, outra moradora das comunidades estudadas que teve que se adaptar à vida da cidade foi Lurdes Gomes, 32 anos, residente na época da pesquisa na comunidade Nossa Senhora das Graças. Filha de ex-agricultores, Lurdes viu sua família perder as terras que tinha no interior depois que seu pai ficou doente, sendo então obrigada a seguir junto com a família primeiramente para terras de terceiros, onde trabalhavam de agregados e, depois para as margens da BR-282, onde passaram a lidar com a erva-mate.

“Nós tínhamos terra. Depois quando o meu pai começou (a ficar doente), ele sofria das juntas, caía devarde, aí fomos vendendo, botamos tudo fora. Daí nós não tínhamos onde morar. Nós parávamos de agregados, não deu certo e fomos lá pra beira do asfalto, fomos trabalhar na erva. E aqui e ali terminou com todas as coisas dentro de casa, porque o acampamento estraga. Estragou tudo, ficamos sem nada. Aí depois foi, nós viemos morar ali (na comunidade Nossa Senhora das Graças), eu era solteira. Fiquei um ano assim morando com a mãe. Depois faleceu primeiro o pai, faleceu a mãe, continuamos junto com os irmãos trabalhando, ajudando a criar os outros, os menores, aí depois eu casei”.<sup>303</sup>

Mesmo depois de casada e morando na comunidade Nossa Senhora das Graças, Lurdes, o esposo e os irmãos continuaram trabalhando na erva-mate.

“Trabalhava na erva. Só vinha pra casa a cada um mês, três meses. Daí nós vínhamos em casa ver como estava. (...) Nós íamos em todos os lugares. Até pra União da Vitória-PR nós andamos. Nós batemos cabeça, andamos muito com o caminhão. (...) Todos nós que se criamos, nós éramos em dez com os velhos, trabalhamos todo mundo na erva”.<sup>304</sup>

Depois de muitos anos na “luta da erva”, Lurdes se dedica atualmente à coleta de materiais recicláveis. Ela é uma das associadas da ACOMAR, entidade que, como mostrei

---

<sup>302</sup> - Idem

<sup>303</sup> - GOMES, Lurdes. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 05 fev. 2003. Acervo do autor.

<sup>304</sup> - Idem

anteriormente, vem redefinindo a trajetória de vida de muitos moradores pobres de São Miguel do Oeste e região. Foi graças ao trabalho com materiais recicláveis e à entrada na ACOMAR que Lurdes pode não só melhorar sua condição de vida, construindo uma nova casa na comunidade onde mora, mas também mudar a sua relação com a cidade.

“Mudou. Agora eles (os comerciantes e moradores da cidade) tratam muito mais bem a gente do que antes. Antes eles diziam: ‘eu não vou te dar papel por causa que você não é do grupo’. E restringiam. Eu dizia pra eles, vocês dão se querem, é de vocês. E daí agora mudou muito, mudou bastante. Agora eles chamam e perguntam se é da Acomar, a gente diz que é, daí eles lêem a camisa da gente. Eles mudaram bastante”.<sup>305</sup>

Portanto, o fato de Lurdes ser uma “papeleira” associada a ACOMAR permitiu a ela ser tratada de forma diferente de momentos anteriores, quando recolhia materiais recicláveis de forma independente ou mesmo quando trabalhava na erva. “Agora eles chamam e perguntam”, “lêem a camisa da gente”, “Eles mudaram bastante”, informou ela demonstrando ter orgulho do que faz. É este orgulho e elevação de auto-estima que permite a Lurdes e aos outros “papeleiros” e “papeleiras” circular pela cidade rompendo fronteiras e se posicionando com firmeza contra a discriminação existente.

“Não é todos. Não é como eles pensam. Uns dizem: ‘tenho medo até de passar naquela rua lá’. Eu digo, não é bem assim como vocês tão pensando. Ali tem gente que passa de madrugada, (...) e nunca aconteceu nada. (...) Não é mais como era uma vez. Hoje mudou bastante”.<sup>306</sup>

Lurdes, Joarez, Ramão, Maria, Sebastião, Carlinda, Vitório, Nelcy, Terezinha, Dinarte, Arthur, Maria Terezinha, Eduardo, Catarina, Emília, Davi, Maria Edir, Ilair. Estes são alguns nomes de pessoas que sonham e que lutam diariamente contra a exclusão e por uma vida melhor. São pessoas como estas que hoje dão uma nova dinâmica a São Miguel do Oeste, fazendo com que a cidade, o campo e a memória sejam repensados e reconstruídos cotidianamente.

---

<sup>305</sup> - Idem

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, procurei mostrar a pluralidade de sujeitos e territórios existentes em São Miguel do Oeste em diferentes momentos da história local. O ponto de partida foi a festa de aniversário desta cidade em 1984, momento em que houve a reconstrução da história municipal, trazendo à tona os chamados “pioneiros e desbravadores” do município.

Segundo o discurso oficial, construído durante as comemorações dos 30 anos de São Miguel do Oeste, foi graças à presença do grupo “pioneiro”, identificado na época como “bandeirantes do século XX”, que a cidade pode crescer e se desenvolver a partir dos anos 40. Foi também graças a eles, de acordo com o mesmo discurso, que uma região de “puro mato” agora havia dado lugar a uma cidade “pujante”, denominada pelas autoridades migueloestinas como a “Capital Polivalente de Santa Catarina”.

Conforme mostrei no terceiro capítulo, grande parte dos sujeitos colocados em evidência em 1984, pertencia ao grupo que ascendeu oficialmente ao poder local a partir de 1954 com a instalação do município e a primeira eleição para prefeito e vereadores. Este grupo era formado predominantemente por pessoas do sexo masculino, com bom poder aquisitivo, ligadas etnicamente aos “de origem” italiana e alemã e pertencentes às camadas urbanas. Eram comerciantes, donos de madeireiras e serrarias, proprietários de terras e outros sujeitos que, mesmo ocupando lugares de prestígio desde o início da colonização nos anos 40, foram obrigados a se adaptar ao discurso nacionalista, predominante na região Oeste durante o período anterior à emancipação de São Miguel. Segundo mostrou Nodari (1999), foi este discurso que até 54 possibilitou a manutenção no poder de uma “elite de

---

<sup>306</sup> - Idem

origem portuguesa” que ditava as normas da política regional, colocando os colonos “de origem” em segundo plano.

A construção da imagem e da memória municipal a partir do início dos anos 80 ao mesmo tempo em que deu visibilidade àqueles que acenderam ao poder em 1954, acabou deixando à margem sujeitos que estavam excluídos também da cidade como um todo, apesar destes estarem nela muito antes de sua constituição como tal, conforme mostrei no segundo capítulo da dissertação. Com a chegada dos colonizadores, estes sujeitos foram transformados em “intrusos”, não só por estarem em terras a serem vendidas aos colonos “de origem”, mas também por não se adaptarem ao modelo de cidade e de crescimento que começou a ser posto em prática a partir de então. Assim, mesmo que tenham ajudado a *Fazer a Cidade* de São Miguel do Oeste e que tenham sido extremamente necessários em serrarias, madeireiras, abertura de estradas, no transporte de balsas, na agricultura e em diversas outras atividades, eles continuaram sendo associados ao atraso e vistos como *Outsiders* ou *de fora* apesar de estarem há muito tempo na região ou terem vindo dos mesmos locais de origem daqueles que se autointitularam *Estabelecidos*.

Esta percepção acima, relacionada especialmente a caboclos, indígenas e afrodescendentes, esteve presente ao longo de toda a história municipal, atingindo em determinados momentos também boa parte dos “de origem”, principalmente pequenos agricultores com poucos recursos financeiros. Isto ocorreu à medida que estes últimos transgrediram os limites da cidade e burlaram as normas estabelecidas, colocando em xeque os discursos de progresso e de urbanidade construídos pela elite local. Da mesma forma, foram transformados em sujeitos *perigosos* a partir dos anos 80, quando passaram a fazer parte dos novos movimentos sociais que emergiram na cidade e região naquele momento. Além disso, muitos deles também se juntaram a diversos outros moradores

economicamente pobres formando na cidade novos espaços de segregação e pobreza. Sobre estes espaços tratei no quarto capítulo da dissertação, mostrando-os em meio a inúmeros outros acontecimentos políticos, sociais, culturais e econômicos e a discursos que mostravam a cidade como o lugar da materialização das grandes obras e empreendimentos, como espaço de organização, de higiene e civilidade. Essa forma de pensamento predominou em São Miguel do Oeste e em outras cidades brasileiras durante muitos anos, se mantendo presente até os dias de hoje entre autoridades e lideranças locais, estaduais e nacionais.

Toda a discussão feita até aqui permite entender os discursos atuais sobre o urbano e a memória, mostrando que ambos são produto de uma construção que é ao mesmo tempo recente e antiga. A partir desta discussão percebe-se que os novos territórios segregados que atualmente existem em São Miguel do Oeste são resultado de um processo histórico de exclusão e uma das conseqüências do modelo de cidade implantado a partir dos anos 40.

Com base nas informações apresentadas ao longo desta dissertação, é possível afirmar que os discursos sobre progresso, pobreza e favela também acabaram servindo para legitimar a exclusão de inúmeros sujeitos da memória oficial, ao mesmo tempo em que a participação destes sujeitos em movimentos e grupos organizados foi extremamente importante para que eles transformassem seu cotidiano, reconstruindo o urbano e a memória municipal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, Esperidião. Carta dos Catarinense: Santa Catarina: um compromisso com o futuro. Florianópolis: Casa civil, 1982.

\_\_\_\_\_. A Vez do Pequeno: uma experiência de governo. Florianópolis: Casa Civil, 1985.

ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões: entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOITEUX, José Arthur. Oeste Catharinense (De Florianópolis a Dionisio Cerqueira). Florianópolis: Livraria Central, 1931.

BRANCHER, Ana. História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

Cadernos do CEOM. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. Ano 4, nº 6. Chapecó: Fundeste, 1989.

\_\_\_\_\_. Kaingang: revisão bibliográfica crítica sobre organização social. Ano 6, nº 8. Chapecó: Unoesc, 1992.

- Cadernos de Cultura Catarinense. Aspectos do Contestado. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, nº 00, ano I, jul./set. 1984.
- \_\_\_\_\_. Imigração e colonização: o patrimônio cultural do imigrante. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, nº 01, ano I, out./dez. 1984.
- \_\_\_\_\_. Folclore de SC: alguns temas. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, nº 02, ano I, abr./jun. 1985.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CANEVACCI, Massimo. Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais. São Paulo: Stúdio Nobel, 1996.
- \_\_\_\_\_. A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Stúdio Nobel, 1993.
- CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). Fronteiras do Milênio. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2001.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 6ªed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CNBB. Propriedade e uso do solo urbano: situações, experiências e desafios pastorais. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.
- COSTA, A. Ferreira. Oeste Catarinense – Visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Vilas Boas e Cia, 1929.

D'EÇA, Othon G. Aos espanhóis confinantes. 2ª ed.. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992.

DE MASI, Domenico (org.). A economia do ócio. 2ª ed. São Paulo: Sextante, ?

DUBY, Georges. Lição de História. In: Veja 25 anos: reflexões para o futuro. São Paulo: Editora Abril, 1993

DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ESPÍNDOLA, Carlos José. As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia. Chapecó: Grifos, 1999.

FIORINI, Cleusa de Fátima. A vida e a obra cultural de Aurélio Canzi. São Miguel do Oeste: GBS, 1999.

FLORES, Maria Bernardete R. Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FLORES, Maria B. R.; WOLFF, Cristina S.; CZESNAT, Lígia O. O Grande Teatro Público: Oktoberfest - a construção cultural de uma festa municipal. Revista Catarinense de História. Florianópolis: Insular, nº 03, p.15-27, 1995.

FONTANA, Airton (Org.). Construindo a sustentabilidade: uma perspectiva para o desenvolvimento regional. São Miguel do Oeste: McLee, 2001.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANCISCO, Carmen Dal Magro. Novo corredor turístico para o Mercosul e sua importância para as estâncias hidrominerais do Extremo-Oeste Catarinense. Itajaí: Univali, 1998.

Giovanaz, Marlise. Em busca da cidade ideal: o planejamento urbanístico como objeto da história cultural. In: Revista Anos 90. nº 14. Porto Alegre, dez. 2000.

Grando, Paulo J. O Extremo-Oeste Catarinense: características da organização espacial e perspectiva de desenvolvimento sócio-econômico. In: FONTANA, Airton (Org.). Construindo a sustentabilidade: uma perspectiva para o desenvolvimento regional. São Miguel do Oeste: McLee, 2001.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Íris (orgs.). Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. Vol.2. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, 2001 (Coleção Estante USP – Brasil 500 Anos).

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade. In: SILVA, Tomaz T. (org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HASS, Mônica. Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local – 1945-1965. Chapecó: Argos, 2000.

Heinen, Luís. Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina. In: Paróquia São Miguel Arcanjo. 50 anos de caminhada: 1950-2000. São Miguel do Oeste, 2000.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSAWM, Eric. Sobre a História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

Holscher, Edvino C. História de Guaraciaba. Livros 1-2 Man. In: HOELSCHER, Adelir C. Linha Olímpio: uma comunidade e sua memória. Chapecó: Unoesc, 1999 (Trabalho de Conclusão de Curso em História).

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Vol. 32. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico de 1960: Estado de Santa Catarina. VII Recenseamento Geral do Brasil. Vol. I, Tomo XV, 1ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1968.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico de 1970: Santa Catarina. VIII Recenseamento Geral do Brasil. Vol. I. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico de 1980: Santa Catarina. IX Recenseamento Geral do Brasil. Vol. I. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico de 1991: Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

JANCSÓ, István & KANTOR, Íris (orgs.). Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. Vol.2. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, 2001 (Coleção Estante USP – Brasil 500 Anos).

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 1994.

LIPOVETSKY, Gilles. A era do vazio. Lisboa: Gallimard, 1983.

LUCENA, Célia Toledo. Artes de lembrar e de inventar: (re) lembranças de migrantes. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

MACHADO, Nelson Santos (org.). Planejamento estratégico e participativo para o

desenvolvimento sustentável do município de São Miguel d' Oeste. São Miguel do Oeste: UNOESC/Prefeitura Municipal/Conselho de Desenvolvimento Municipal, 1995.

MAFFESOLI, Michel. A contemplação do mundo. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

\_\_\_\_\_. Liberdades Intersticiais. In: MORIN, Edgar, BAUDRILLARD, Jean & MAFFESOLI, Michel. A decadência do futuro e a construção do presente. Florianópolis: UFSC, 1993.

MOREIRA, Antonio C. A produção do espaço e a mudança de cultura na área rural de São Miguel do Oeste, de 1950 a 1980. 1990. 49 f. Monografia (Pós-Graduação em Geografia Humana) Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana II, FAFIG, Guarapuava, Paraná.

MOREIRA, Antonio C. e TRENTIN, Eneida L. Relatório final da prática de ensino supervisionada do curso de estudos sociais. Chapecó: Fundeste, 1985.

MOREIRA, Igor. Construindo o espaço brasileiro. Vol.2. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

MORIN, Edgar, BAUDRILLARD, Jean & MAFFESOLI, Michel. A decadência do futuro e a construção do presente. Florianópolis: UFSC, 1993.

Naxara, Márcia. Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001.

NETO, Augusto Alberto [Nelci Andrado Mittmann]. Deu mico no milharal. São Miguel do Oeste: Edição do autor, 1984 (Série Os Desbravadores – vol. I).

\_\_\_\_\_. Pioneiro, potro, chucro!. Extremo Oeste, São Miguel do Oeste, 11 mai. 1979. In: MOREIRA, Antonio C. e TRENTIN, Eneida L. Relatório final da prática de ensino

supervisionada do curso de estudos sociais. Chapecó: Fundeste, 1985, p.99-102 (anexos)

NODARI, Eunice. A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954).

1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre.

Nora, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História.

São Paulo, dez. 1993.

OLINGER, Glauco. Êxodo rural: campo ou cidade? Florianópolis: Acaresc, 1991.

OLIVEIRA, Daltro de. O papel da avenida Willy Barth no processo de urbanização da cidade de São Miguel do Oeste. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Planejamento Urbano Regional e Ambiental) – Unoesc, Xanxerê.

Paróquia São Miguel Arcanjo. 50 anos de caminhada: 1950-2000. São Miguel do Oeste, 2000.

PAULI, Celi Fátima de. Além da esperança. Descanso: Mclee, 1995.

PECHMAN, Sérgio & FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século.

In: Revista Brasileira de História. Cultura e Cidades. Vol.5, nº 8/9. São Paulo:

Anpuh/Marco Zero, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). Fronteiras do Milênio. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2001

\_\_\_\_\_. Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

PIERUCCI, Flavio. Ciladas da Diferença. São Paulo: Editora 34, 1999.

POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo e Marginalização. In: Cadernos do Centro de

Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina. Ano 5, nº 7, abr. 1991. Chapecó: Fundeste, 1991.

POLI, Odilon. Leituras em movimentos sociais. Chapecó: Grifos, 1999.

RENK, Arlene. Sociodicéia às avessas. Chapecó: Grifos, 2000.

\_\_\_\_\_. A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

\_\_\_\_\_. Questões sobre migração urbana e o êxodo rural em Chapecó. Chapecó: Fundeste. Série Interdisciplinar, nº 1, 1991.

\_\_\_\_\_. Migrações. Chapecó: Grifos, 1999.

REVISTA ANOS 90. Nº 14. Porto Alegre, dez. 2000.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. Cultura e Cidades. Vol.5, nº 8/9. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1985.

REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA. Nº3. Florianópolis: Insular, 1995.

RIBEIRO, Gil B. Evangelho político: discurso social-político da Igreja. Goiânia: UCG, 1999.

ROANI, Inês. Eu, você e o mar. 5ª ed. Passo Fundo: Berthier, 1993.

ROCHA, Mariza de Martini. A colonização de São Miguel do Oeste. Florianópolis: UFSC, 1994. (Trabalho de Conclusão de Curso em História).

RODRIGUES, Ciro Domingos. Movimentos sociais agrários no extremo-oeste catarinense

- a partir de 1980. São Miguel do Oeste: Unoesc, 2002.
- ROMERO, Silvio. O elemento Portuguez no Brasil (Conferência). Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1902.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Sílvio Coelho. Índios e brancos no Sul do Brasil. Florianópolis: Edeme, 1973.
- SASSI, Guido Wilmar. São Miguel. 2ªed. Rio de Janeiro: Antares/Mec, 1979.
- SCHREINER, Davi Felix. A formação de uma cultura do trabalho: cotidiano, trabalho e poder (Extremo Oeste do Paraná – 1970/1988). 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- SCOBAR, Marilene Mari. (Re) Memorando: a passagem da Coluna Prestes pelo Extremo Oeste Catarinense e Extremo Sudoeste Paranaense. São Miguel do Oeste: Unoesc, 2001.
- Seixas, Jacy A. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v.14, n.20, p.72, 1996, p. 68.
- SILVA, Adriano L. Morro da Penitenciária: uma experiência de luta pela terra.

- Florianópolis: UFSC, 2001 (Trabalho de Conclusão de Curso em História).
- SILVA, Fábio José. Medo branco de sombras indígenas: o índio no imaginário dos moradores do Vale do Itajaí. Florianópolis: UFSC, 2003 (Trabalho de Conclusão de Curso em História).
- SILVA, Tomaz T. (org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SIMONI, Karine. Além da enxada: a colonização italiana no oeste catarinense. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis.
- STAUB, Euclides. História do povoamento de São Miguel d' Oeste segundo os primeiros moradores. Chapecó: UNOESC, 1996 (Trabalho de Conclusão de Curso em História).
- STERTZ, Marilene. O rádio nos assentamentos rurais: um estudo do rádio nos assentamentos do município de São Miguel do Oeste, Santa Catarina. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Metodista, São Bernardo do Campo.
- STORCH, Robert. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. In: Revista Brasileira de História. Cultura e Cidades. Vol.5, nº 8/9. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1985.
- STRAPAZZON, João Paulo. E o verbo se fez terra: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990. Chapecó: Grifos, 1997.
- TIETJEN, Elizonete. A luta pela terra no Morro da Penitenciária e a contribuição do Serviço Social. Fpolis: UFSC, 1994 (Trabalho de Conclusão de Curso em Serv. Social).
- UCZAI, Pedro (org.). Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo. Chapecó: Argos, 2002.
- VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WERLANG, Alceu Antônio. A colonização as margens do Rio Uruguai no Extremo Oeste Catarinense: Atuação da Cia. Territorial Sul Brasil – 1925 a 1954. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

WERLE, André Carlos. O reino jesuítico germânico nas margens do rio Uruguai: aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

### **Jornais e Revistas Impressos**

A Voz da Fronteira – 12/07/59, 26/07/59, 02/08/59, 15/11/59, 29/11/59, 06/12/59, 07/01/62, 28/01/62, 18/02/62, 08/04/62, 15/04/62, 06/05/62, 28/10/62, 25/11/62, 02/12/62, 16/12/62;

A Voz de Chapecó – 07/11/48, 04/09/49;

Correio Riograndense – 19/06/46;

Folha do Oeste (Chapecó) - 23/04/66, 08/02/69, 15/02/69;

Folha do Oeste (São Miguel do Oeste) – 24/10/87, 20/02/88; 28/01/90

Jornal Regional – 06/11/93;

O Celeiro – 25/12/83, 07/01/1984, 15/02/1984, 19/02/1984, 12/05/84, 02/06/84, 09/06/84, 22/09/84, 06/10/84, 13/10/84, 31/01/85, 30/05/85, 15/11/86;

O Estado – 27/12/73, 28/12/73, 10/02/74, 21/04/76, 30/12/78;

Revista PERFIL – maio/89;

Tribuna do Oeste - 03/01/81, 04/04/1981, 13/06/81, 06/02/82, 30/10/82;

### **Internet**

Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste. Associadas fundadoras da Associação Comercial e Industrial: Olímpio Dal Magro. Disponível em: [www.smo.com.br/acismo/historia/olimpio.htm](http://www.smo.com.br/acismo/historia/olimpio.htm). Consulta em 22.04.2002.

A História do Leonismo no Brasil. Disponível em: [www.lions.org.br](http://www.lions.org.br).  
Consulta em 05.11.03.

Governo de Santa Catarina. Mapa de Santa Catarina. Disponível em: [www.mapainterativo.ciasc.gov.br](http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br). Consulta em 30.11.03.

História da Câmara Júnior. Disponível em: <http://www.jcbrasil.org.br/>.  
Consulta em 05.11.03.

O que é o Rotaract? Disponível em: [www.rotaract.org.br](http://www.rotaract.org.br). Consulta em 05.03.03.

Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Feriados Municipais. Disponível em: <http://www.tj.sc.gov.br/institucional/feriados.htm>. Consulta em 06.07.02.

Rádio Peperi AM. O Globo em Foco. Disponível em: <http://cidades.smo.com.br/peperi>.

Rotary Brasil. O Rotary é a maior e mais respeitável Organização Não Governamental da Humanidade. Disponível em: [www.rotarybrasil.com.br/rotary.htm](http://www.rotarybrasil.com.br/rotary.htm).  
Consulta em 05.11.03

SMO Internet Provider. [www.smo.com.br](http://www.smo.com.br).

Votorantim On Line. Votorantim vive a primeira semana da emancipação. The Way/Cidades. Disponível em: [www.theway.com.br/votorantim/historia3.asp](http://www.theway.com.br/votorantim/historia3.asp).  
Consulta em 06.07.02.

### **Documentos Oficiais**

Câmara Municipal de Vereadores. Indicação nº 262/93 do vereador Maurício José Eskudlark. São Miguel do Oeste, 26 out. 1993.

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. Lei nº 18 de 13/05/1955. Declara Feriados Municipais.

\_\_\_\_\_. Lei nº 30/59 de 09/11/59. Altera dispositivo de lei e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 326/67 de 18/02/1967. Altera a lei nº 18, de 13 de maio de 1955.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.346 de 20/11/1981. Altera a lei municipal nº 326/67, de 18 de fevereiro de 1967, e contém outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 701 –Amplia o perímetro urbano da cidade de São Miguel do Oeste e dá outras providências. São Miguel do Oeste: Prefeitura Municipal, 14 de abril de 1972.

\_\_\_\_\_. Lei nº611 – Aprova o Plano Diretor da Cidade e dá outras providências.  
São Miguel do Oeste: Pref. Municipal, 09 de novembro de 1970.

\_\_\_\_\_. Lei nº 47, de 10 de dezembro de 1955. Altera a área do perímetro urbano da

cidade. São Miguel do Oeste: Prefeitura Municipal, folha 76, livro 01.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1358 – Institui o código das posturas municipal de São Miguel do Oeste e dá outras providências. São Miguel do Oeste: Prefeitura Municipal, 11 dez. 1981.

\_\_\_\_\_. Ofício nº 141/01. São Miguel do Oeste: Secretaria Municipal de Ação Social, 09 ago. 2001.

\_\_\_\_\_. Plano físico territorial de São Miguel do Oeste: diagnóstico. São Miguel do Oeste: Gaplan/Prefeitura Municipal, 1981.

\_\_\_\_\_. Proposta de Projeto: habitação e terra aos favelados. São Miguel do Oeste: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Promoção Social/AMAPEC, 06 mai. 1985.

Registro de Imóveis. Matrícula R-1/11.624. – De 21 de julho de 1982. – MEAÇÃO.  
São Miguel do Oeste: Registro de Imóveis/Registro Geral.

\_\_\_\_\_. Matrícula R:2/11.624.- De 09 de julho de 1984.- PERMUTA. São Miguel do Oeste: Registro de Imóveis/Registro Geral.

Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Programa integrado de desenvolvimento sócio-econômico: diagnóstico municipal de São Miguel do Oeste. Florianópolis: IOESC, 1990.

## **Entrevistas**

ANDREATTA, Carmelinda B. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 27 jan. 2003. Acervo do autor.

ANDREATTA, David. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 27 jan. 2003. Acervo do autor.

ANDRIN, Martin José. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva.

São Miguel do Oeste, 06 mai. 2002. Acervo do autor.

BARBIERI, Neide. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do

Oeste, 23 jan. 2003. Acervo do Autor.

BARBOSA, Nelcy de Almeida & BARBOSA, Elisete. Entrevista coletiva concedida a

Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 05 fev. 2003. Acervo do autor.

BARP, Anastácia. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste,

15 jan. 2003. Acervo do autor.

CARDOSO, Arthur. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do

Oeste, 31 jan. 2003. Acervo do autor.

CARDOSO, Vítório da Cruz. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São

Miguel do Oeste, 05 fev. 2003. Acervo do autor.

DAL MAGRO, Olímpio. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do

Oeste, 11 mai. 2002. Acervo do autor.

DANIEL, Josefina Aurélia. Entrevista coletiva concedida a Adriano Larentes da Silva. São

Miguel do Oeste, 04 fev. 2003. Acervo do autor.

DANIEL, Nelson Pedro. Entrevista coletiva concedida a Adriano Larentes da Silva. São

Miguel do Oeste, 04 fev. 2003. Acervo do autor.

DONATTI, Lenira Marcon. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel

do Oeste, 30 jan. 2003.

DREFAHL, Margareth M. M.. Entrevista informal concedida a Adriano Larentes da Silva.

Joinville, 28 jul. 2002.

FRANCISCO, Carmen Dal Magro. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 24 jan. 2003. Acervo do autor.

FURLANETTO, Idelvino. Entrevista informal concedida a Adriano Larentes da Silva. Florianópolis, 28 jul. 2003.

GIONGO, Maria. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 23 jan. 2003. Acervo do Autor.

GOMES, Lurdes. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 05 fev. 2003. Acervo do autor.

GOMES, Maria Terezinha. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 31 jan. 2003. Acervo do Autor.

GREGGIO, Atílio. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. Florianópolis, 14 fev. 2003. Acervo do autor.

GRUBER, Alfredo. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 14 jan. 2003. Acervo do autor.

JAGNOW, Adolfo & JAGNOW Eleonora. Entrevista coletiva informal concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 07 fev. 2003.

JEZIOSRQUI, Maria Edir. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 31 jan. 2003. Acervo do Autor.

LUCHESE, Ruy A. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 10 mai. 2002. Acervo do autor.

MIRANDA, Davi. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 24 jan. 2003. Acervo do autor.

MIRANDA, Maria. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 24 jan. 2003. Acervo do Autor.

MIRANDA, Sebastião. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 24 jan. 2003. Acervo do Autor.

MORAIS, Ilair. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 31 jan. 2003. Acervo do autor

MOSS, Pedro Severino. Entrevista informal concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 08 fev.2003.

OLIVEIRA, Joarez Alves. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 05 fev. 2003. Acervo do autor.

PEREIRA, Catarina; PEREIRA, Eduardo P. & PRUDENTE, Emilia. Entrevista coletiva concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 31 jan. 2003. Acervo do autor.

RECH, Terezinha Fátima. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 31 jan. 2003. Acervo do autor.

RIBEIRO, Marli T. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 27 jan.2003. Acervo do autor.

SANTOS, Carlinda. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 31 jan. 2003. Acervo do autor.

SANTOS Ramão. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 31 jan. 2003. Acervo do autor

SANTOS, Dinarte Lemes. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 05 fev. 2003. Acervo do autor.

SILVA, Juarez. Entrevista concedida a Adriano Larentes da Silva. Florianópolis, 15 jun. 2002. Acervo do autor.

PELISSARI, Emidio & VON DENTZ, Osmar. Entrevista coletiva concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 07 fev. 2003.

ZANDONÁ, Marli. Questões [entrevista concedida por e-mail]. Mensagem recebida por larentes@yahoo.com.br em 05 junho 2003.

ZANELLA, Eli, et. al. Entrevista coletiva concedida a Adriano Larentes da Silva. São Miguel do Oeste, 19 jan. 2003. Acervo do autor.

### **Outros documentos**

Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste. São Miguel do Oeste. SMOeste: ACISMO, 1983/1984.

Associação dos Coletores de Material Reciclável de São Miguel do Oeste. Ata da reunião realizada no dia 02 de agosto de 1999. São Miguel do Oeste. Ata nº 001.

Associação Migueloestina de Apoio à Pessoa Carente. Ata da reunião realizada no dia 20 de setembro de 1985. São Miguel do Oeste. Livro 01, Ata nº 004.

\_\_\_\_\_. Programa de reeducação e reabilitação para atendimento das pessoas carentes na periferia da cidade, na área da habitação. São Miguel do Oeste: AMAPEC, out. 1985.

\_\_\_\_\_. Programa de reeducação e reabilitação para atendimento das pessoas carentes na periferia da cidade, na área do trabalho. São Miguel do Oeste: AMAPEC, out. 1985.

Câmara Júnior de São Miguel do Oeste. Boletim Informativo CAJUSMO. São Miguel do Oeste: Câmara Júnior, 1978.

\_\_\_\_\_. Relatório das principais atividades CAJUSMO, dando ênfase ao primeiro Festival Artístico Cultural 1º FAC. São Miguel do Oeste: Câmara Júnior, nov. 1976.

\_\_\_\_\_. II Fac: trabalho de “abertura”. São Miguel do Oeste: Câmara Júnior, 25 jul. 1977.

\_\_\_\_\_. Relatório II Fac. São Miguel do Oeste: Câmara Júnior, 15 a 23 out. 1977.

\_\_\_\_\_. II Festival Artístico Cultural – antologia: poema e poesia. São Miguel do Oeste: Câmara Júnior, out. 1977.

Comissão Municipal de Cultura. Comemore São Miguel do Oeste: 30 anos de município. São Miguel do Oeste: CMC, 1984.

Delegacia de Polícia de Comarca. Livro de queixa do plantão – 76 e 77: queixa 685/76. São Miguel do Oeste: DPCº, 21/11/76.

FAISMO. Regulamento geral da 1ª feira agro-industrial e comercial de São Miguel do Oeste. São Miguel do Oeste, jan. 1974.

Foto Stúdio Andrin. Alguns atletas do C. E. Guarani e moças na homenagem ao sr. prefeito e vereadores. 1954. 1 álbum (33 fot.): preto e branco, 10 X 15, foto nº 06.

Foto Stúdio Andrin. Homenagem ao sr. Olimpio Dal Magro, qdo. de sua posse como

prefeito. 1954. 1 álbum (33 fot.): preto e branco, 10 X 15, foto nº 09.

Fundação Catarinense de Cultura. Proposta de conservação, restauração e inventário de bens culturais para 1984. Florianópolis, 1984.

História de alguns pioneiros de SMO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico/Depto de Turismo e Meio Ambiente. São Miguel do Oeste. 2001. 1 videocassete (30 min.): VHS, son., color. Entrevista.

Paróquia São Miguel Arcanjo. São Miguel do Oeste. Livro Tombo: 1949 a 2002. Livro nº 01.

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. Dados sobre o município de São Miguel do Oeste. São Miguel do Oeste: Secretaria Municipal de Educação, 2002.

\_\_\_\_\_. Cerimônia de abertura dos XIII Jasmos e 40 anos de São Miguel. São Miguel do Oeste: Sec. de Cultura, Esporte e Comunicação/Comissão Municipal de Cultura, 1994.

\_\_\_\_\_. Festa do desenvolvimento, da cultura e da tradição. São Miguel do Oeste: Prefeitura Municipal, fev. 2003.

\_\_\_\_\_. Guia Turístico de São Miguel do Oeste. São Miguel do Oeste. Prefeitura Municipal/Depto de Turismo e Meio Ambiente, 2001.

\_\_\_\_\_. Lançamento da Festa da Cultura. São Miguel do Oeste: Comissão Municipal de Cultura, 1992.

\_\_\_\_\_. Projeto melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos coletores de papel de São Miguel do Oeste, SC. São Miguel do Oeste: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, sd.

\_\_\_\_\_. São Miguel do Oeste – hora de progresso. São Miguel do Oeste: folder da gestão

Ademar Quadros Mariani, 1979.

Rádio Peperi Am. Fundação da UDR: entrevista com Kit Abdala. São Miguel do Oeste, 24 out. 1987.

RAMGRAB, Pedro W. Programa de uma administração – 1966-1970. São Miguel do Oeste, ago. 1965.

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Fotos aéreas de São Miguel do Oeste. 1978. Preto e branco, 23 x 23, foto nº 16904.

SGUÁRIO, Alexandra. ACOMAR: construindo a identidade dos catadores de material reciclável de SMO. São Miguel do Oeste, 200(?).

TELLES, Marcos. Convite. São Miguel do Oeste, out. 1984.

WATHIER, Sérgio L. São Miguel do Oeste – Ontem... Hoje. São Miguel do Oeste: Estrela, 1986.